

Elias Diniz Sacramento - Thiago Enes (Orgs.)

HISTORIO GRAFIA

NOVOS DEBATES, NOVAS PERSPECTIVAS



HISTORIOGRAFIA NOVOS DEBATES, NOVAS PERSPECTIVAS



Elias Diniz Sacramento
Thiago Enes (Orgs.)

HISTORIOGRAFIA

NOVOS DEBATES, NOVAS PERSPECTIVAS



Copyright © by Os organizadores.
Copyright © 2023 Editora Cabana
Copyright do texto © 2023 Os autores

Todos os direitos desta edição reservados
© Direitos autorais, 2023, organizadores e autores.

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Diagramação, capa e projeto gráfico: Eder Ferreira Monteiro.

Edição e coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto.

Revisão: Autores.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Historiografia: [livro eletrônico] novos debates, novas perspectivas/
Organizadores Elias Diniz Sacramento, Thiago Enes. – Ananindeua-PA:
Cabana, 2023.

H673

Autores: Elias Diniz Sacramento, José Do E.S. Dias Jr., Ariel Feldman,
Ivo Pereira da Silva, Carlos Leandro Esteves, Fábio Tadeu de Melo
Pessôa, Benedita Celeste de Moraes Pinto, Francivaldo Alves Nunes,
Thiago Nicodemus Enes dos Santos.

177 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-85733-06-9

1. Historiografia. 2. Amazônia - História. I. Sacramento, Elias Diniz (Organiza-
dor). II. Enes, Thiago (Organizador). III. Título.

CDD 901

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. Historiografia



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
CEP: 67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Anderson Dantas da Silva Brito (UFOB)

Dra. Adriana Angelita da Conceição (UFSC)

Dra. Ana Zavala (Facultad de la Cultura, Instituto Universitario –
Centro Latinoamericano de Economía Humana, Montevideo, Uruguay)

Dra. Camila Mossi de Quadros (IFPN)

Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil (UFRGS)

Dra Cláudia Mortari (UDESC)

Dr. Francivaldo Alves Nunes (UFPA)

Dra. Juliana Teixeira Souza (UFRN)

E-mail: julianasouza@cchla.ufrn.br

Dra. Luciana Rossato (UDESC)

Dra. Luciana Oliveira Correia (UNEB)

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva (UEPA)

Dr. Márcio Couto Henrique (UFPA)

Dr. Sandor Fernando Bringmann (UFSC)

COMITÊ CIENTÍFICO

Dr. Adilson Junior Ishihara Brito (UFPA)

Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)

Dr. Elison Antonio Paim (UFSC)

Dr. Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO)

Dra. Mônica Martins Silva (UFSC)

Dr. Wilian Junior Bonete (UFPel)

Dra. Pirjo Kristiina Virtanen (University of Helsinki, Finland)

Apoio:



FACHTO
Faculdade de História do Campus Universitário de Tocantinópolis

Sumário

APRESENTAÇÃO.....8

IDENTIDADES QUILOMBOLAS:

Uma experiência com Estágio Supervisionado em História.....10

José Do E.S. Dias Jr.

VIOLÊNCIA, MEDO E MORTES

em um município da Amazônia: a chegada dos projetos

agroindustriais em Moju/Pa (1980).....28

Elias Diniz Sacramento

FEDERALISMO, PODER CENTRAL E MUNICÍPIOS:

do império aos dias atuais.....43

Ariel Feldman

O ANTICLERICALISMO POLÍTICO

NO BRASIL OITOCENTISTA:

do combate a confessionalidade à laicidade estatal.....60

Ivo Pereira da Silva

DIDÁTICA DA HISTÓRIA, UMA CIÊNCIA DA

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

breve balanço historiográfico.....76

Carlos Leandro Esteves

A REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR

ao Movimento de Educação de Base (MEB) no estado

do Pará (1964-1985).....100

Fábio Tadeu de Melo Pessôa

**HISTÓRIAS, MEMÓRIAS, RESISTÊNCIAS
E FAZERES DE MULHERES NEGRAS**

na Amazônia tocantina, no Pará.....124

Benedita Celeste de Moraes Pinto

O RIO CAPIM POR JOÃO BARBOSA RODRIGUES (1875):

Entre fazendas, engenhos, sítios e moradas

nos sertões amazônicos.....143

Francivaldo Alves Nunes

DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL AO ANTIGO

REGIME NOS TRÓPICOS: a história e a escrita da história

sobre o período colonial brasileiro.....157

Thiago Nicodemos Enes dos Santos

SOBRE OS AUTORES.....172

APRESENTAÇÃO

Em 2015 quando foi lançado o livro “Historiografia: nove debates, nove perspectivas”, a Faculdade de História do Campus universitário do Tocantins/Cametá tinha como proposta apresentar o resultado das pesquisas de cada um de seus professores. Por isso o título. Historiografia: nove debates”. Um título sugestivo que procurava fazer com que cada autor apresentasse algum texto sobre suas linhas de pesquisa.

Assim, tivemos por exemplo, “Historiografia política do Brasil Imperial”, de Ariel Feldman; “Historiografia da cultura Afro-brasileira”, de Luiz Augusto Pinheiro Leal; “Historiografia, resistência negra e formação de quilombos na Amazônia Tocantina”, de Benedita Celeste de Moraes Pinto; “Historiografia sobre Inquisição na Amazônia Portuguesa”, de Ivo Pereira da Silva; “Historiografia da agricultura na Amazônia”, de Francivaldo Alves Nunes; “Historiografia dos conflitos pela terra na Amazônia”, de Elias Diniz Sacramento; “Historiografia da cultura popular”, de José do Espírito Santo Dis Júnior; “Historiografia do Israel Antigo”, de Josué Berlesi e “História, Historiografia e

História da Historiografia: breves considerações à guisa da introdução”, de Carlos Leandro Esteves da Silva.

Em 2015 a Faculdade ainda continuava com os mesmos professores que havia iniciado o curso em 2009. Posteriormente, teriam buscado (alguns buscaram) outros caminhos, outros campus da UFPA. Então, naquele momento, cada autor procurou sintetizar em seus capítulos um pouco das historiografias, resultados de pesquisas, apresentadas até então em trabalhos de mestrado ou doutorado. O resultado foi muito produtivo. No período do lançamento foi apresentado a versão física do livro e anos depois, a versão e-book, disponível para acesso gratuito.

Oito anos passados da primeira, a Faculdade de História retoma a ideia de uma segunda edição. Agora, intitulado “Historiografia: novos debates, novas perspectivas”, autores-professores da ‘casa’ e outros que contribuíram em algum momento com a faculdade estão com textos nesta nova edição. Não tem o subtítulo ‘nove’, trocado por ‘novos’. Novos debates, que continua a saga de trazer resultados de pesquisas apresentado como parte de nossa historiografia da Amazônia Tocantina e outros temas.

Apresentamos esta obra no momento em que estará acontecendo o VII Encontro de História da Amazônia Tocantina, que tem como tema principal “Desafios e perspectivas para uma nova história no ensino e na pesquisa”. Espera-se que com o lançamento do livro na abertura do evento, e com a participação nas diversas atividades como Oficinas, Minicursos, Mesas redondas, Conferências e Simpósios Temáticos, tenhamos novos ‘produtos’ para continuarmos as publicações, resultado dos debates que acontecerão.

Assim, deixamos o convite a todos e todas que quiserem nos acompanhar nestes debates ‘historiográficos’ que esta Amazônia já tem produzido e muito mais ainda tem por fazer. Esperamos, assim como a primeira edição, que foi bastante enriquecedor, este agora não seja diferente. Tão pouco os que virão futuramente.

JOSÉ DO E.S. DIAS JR.¹

IDENTIDADES/ QUILOMBOLAS:

Uma experiência com Estágio Supervisionado em História



Introdução

Vamos aqui discorrer sobre a ação pedagógica vivenciada na última etapa da disciplina de Estágio Supervisionado em Ensino de História IV, realizada com os alunos de graduação concluintes da turma de Licenciatura em História 2016/UFPA – Campus Universitário do Tocantins/Cametá-Pará, realizada entre os dias 03 a 05 de dezembro de 2019 na comunidade Quilombola de Igarapé Preto, localizada no Km 76 da BR422, no sentido Cametá-Tucuruí, na divisa dos Municípios de Baião e Oeiras do Pará. A atividade envolveu os alunos do 6º ao 9º ano das Escolas Municipais de Igarapé Preto (Baião) e Zumbi dos Palmares (Oeiras)².

A experiência de estágio supervisionado realizada pela turma de estagiários se deu após elaboração de projeto de pesquisa,

¹ Doutor em História. PUC-SP, Professor de História-UFPA. <http://lattes.cnpq.br/7994103518602397>

² A Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, por se tratar de uma vila localizada nos limites dos dois municípios, tem duas escolas de ensino fundamental, cada uma pertencendo a um município.

intervenção e regência realizado nos meses anteriores, nas aulas de preparação do estágio ocorridas na Universidade Federal do Pará, nesse momento também ocorreu o planejamento estratégico das ações didáticas a serem realizadas em formato de oficinas nas escolas da comunidade quilombola. O trabalho envolveu vinte e seis estagiários que se dividiram em oito grupos, sendo quatro em cada escola, enfatizando as temáticas relacionadas a identidades quilombolas e ancestralidade afro-brasileira e novas formas de abordagem do conteúdo de História nas escolas da educação básica.

As oficinas foram preparadas nas escolas e foram pensadas por estagiários professores e alunos que produziram o material de exposição. A exibição dos trabalhos se deu com a socialização das oficinas em uma culminância entre as equipes no último dia de estágio, os grupos se reuniram na sede do Centro Comunitário da Associação dos Remanescentes Quilombolas de Igarapé Preto a Baixinha - ARQIB³. - Momento em que apresentaram para a comunidade da vila de Igarapé Preto o resultado dos trabalhos.

Metodologicamente, o trabalho foi embasado nas discussões sobre pesquisa-ação e suas interfaces com o ensino de história e a educação inclusiva. A partir dos estudos de (THIOLLENT,2019), propusemos discorrer sobre educação inclusiva, pensando na modalidade de educação rural, atentando para a realização de ações pedagógicas em grupos de comunidades rurais, ribeirinhas ou quilombolas, otimizando as propostas acadêmicas de ensino pesquisa e extensão, nessas frentes de pesquisa. Para isso, propusemos oficinas in loco utilizando diferentes estratégias de intervenção em sala de aula, com narrativas que sensibilizassem o público estudantil para outros olhares relacionados as Identidades Quilombolas e Pretas, valorização das me-

³ A Comunidade Quilombola de Igarapé Preto é uma das 12 comunidades da ARQIB, Associação de Remanescentes Quilombolas de Igarapé Preto a Baixinha, que tem as seguintes comunidades associadas: Igarapé Preto(sede da associação), Carara, Teófilo, Igarapezinho, Cupu, França, Itaperuçu, Araquembaua, Baixinha, Varginha, Campelo e Pampilônia.

mórias e identidades da comunidade, sempre atentando para os possíveis vínculos da Comunidade Quilombola de Igarapé Preto com a ancestralidade negra na Amazônia.

Para dar conta das estratégias de intervenção no chão da sala de aula, que envolveram, produção de narrativas, rodas de conversa, uso de artes cênicas, habilidades criativas com construção de enredos, ou de materiais didáticos para apresentação, nos baseamos nas discussões de Nilda Alves para tratar do uso das narrativas como método no cotidiano escolar, bem como nos substratos das etnografias da prática escolar com Marli de André, discussões necessárias para compreendermos algumas questões pertinentes aos debates pedagógicos que se juntaram as discussões relacionadas as ações afirmativas e a as temáticas de cultura africana, afro-brasileira e indígena na sala de aula. Essas orientações teórico-metodológicas se fizeram necessárias para demarcarmos as atividades pedagógicas de ações afirmativas cumpridas através do Estágio Supervisionado, componente curriculares do curso de História.

Primeiras impressões

Iniciemos relatando a última etapa de trabalho realizada na Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, pois esse momento foi marcado por algumas atribulações não programadas em nosso planejamento inicial. Foi uma semana muito difícil, por conta da morte repentina de um colega de trabalho que exercia a função de psicólogo do Campus Universitário e que tinha uma forte ligação com toda a comunidade acadêmica. Mas apesar do luto e de não podermos contar com a presença da Professora Rosemeire Souza, professora da Faculdade de História que fazia dupla docência na disciplina e que participou dos momentos preparatórios, e de termos que reprogramar as atividades agendadas previamente, conseguimos por fim terminar nossa disciplina de Estágio Supervisio-

nado em História IV com os alunos concluintes da turma ingressa em 2016/UFPA - Campus/Cametá.

A etapa do estágio em sala de aula ocorreu, como mencionado acima, na Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, vila localizada no Km 76 da BR422, mais precisamente na divisa dos Municípios de Baião e Oeiras do Pará, área rural de ambos os municípios e distante cerca de 100 Km do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, na Micro região do Baixo Tocantins estado do Pará, distancia que requereu planejamento prévio para a execução do trabalho com os vinte e seis estagiários.

A turma de estágio em história chegou na comunidade por volta das 8:30 da manhã e foi acolhida pelas diretoras, professoras e professores das escolas e pela diretoria da ARQIB na vila de Igarapé Preto, ficando alojada nas duas escolas onde foram realizadas as atividades formativas. A partir daí cada equipe organizou suas ações e foi dado o início dos trabalhos. Reforço que todo o processo de preparação do projeto de estágio contou com a elaboração prévia três meses antes, processo que falaremos mais adiante. O momento de três dias nas escolas realizada entre os dias 03 a 05 de dezembro de 2019, representou não só a culminância das atividades de estágio, mas também uma ação pedagógica coletiva nas escolas, uma vez que as duas escolas envolvidas, abriram mão de outras atividades com outras disciplinas para ficarem exclusivamente dedicadas a disciplina de história e a montagem das oficinas, é importante destacar aqui que professoras e professores das escolas também participaram das atividades pedagógicas, bem como com o apoio logístico de suporte e infraestrutura para os estagiários.

Diferentemente das etapas anteriores do estágio marcadas pela observação, diagnóstico e regência em escolas de ensino fundamental e médio, o estágio supervisionado IV prevê, segundo o Projeto Político do Curso de História do Baixo Tocantins/UFPA, a produção de um projeto de intervenção de ensino de história que

deve ser executado em escolas do ensino fundamental ou médio, preferencialmente de zonas rurais ou ribeirinhas.

Para que a execução fosse realizada a contento foi necessário a realização dos contatos prévios com as Secretarias de Educação de Oeiras do Pará e Baião, uma vez que cada escola da comunidade pertence a um desses municípios, a formalização da parceria com as escolas também foi necessária para programação do agendamento de trabalho com as turmas no final do período letivo, programação do evento, alojamento dos estagiários e transporte da turma, que foi realizado pela Secretaria de Educação de Baião.

É importante destacar que o Campus Universitário do Tocantins/Cametá, é uma das 12 Unidades Acadêmicas em formato de Campi da Universidade Federal do Pará e conta com dez cursos dos quais oito são de licenciatura e sua área de ação estende-se a micro região do Baixo Tocantins no estado do Pará, abrangendo os Municípios de Cametá (sede do Campi), Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará. Essa dimensão operacional e acadêmica do campus exige o esforço institucional para que sejam feitas parcerias com as prefeituras e secretarias de educação dos supracitados municípios para fins de promover o diálogo e o bom desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão nesses municípios.

Dito isto, vamos ao relato da experiência realizada com a turma de estagiários em Igarapé Preto. Como mencionado acima, tivemos que iniciar a atividade de estágio dois dias depois do programado, fato que não chegou a comprometer o planejamento inicial, pois as oficinas acabaram acontecendo nos turnos da manhã e tarde nas escolas, durante os três dias de estada na comunidade quilombola. No último dia o horário da tarde ficou dedicado a socialização do resultado das oficinas com as oito turmas das duas escolas. Este momento foi realizado no barracão da associação quilombola. O trabalho envolveu os alunos do 6º ao 9º ano das Escolas Muni-

ciais de Igarapé Preto, escola pertencente ao Município de Baião e Zumbi dos Palmares, escola pertencente ao Município de Oeiras do Pará. Os 26 estagiários se dividiram em 8 grupos que organizaram oficinas com diferentes estratégias de abordagem da temática sobre identidades quilombolas e afro-brasileiras.

Figura 1 - Estagiários com alunos do 8º ano da Escola Zumbi dos Palmares.



Fonte: DIAS JR. J., 2019.

O momento de preparação e execução das oficinas com os alunos do 6º ao 9º teve como proposta de abordagem as discussões em sala de aula sobre história e memória, ancestralidade negra no Brasil, a formação dos mocambos e quilombos, identidades negras, o uso de música, dança, ritmos afro-brasileiros, a produção de materiais didáticos e de performances cênicas apresentadas no momento de socialização das oficinas.

É importante frisar que apesar das orientações de se trabalhar com a temática africana e afro brasileira nas escolas, a partir do

que foi estabelecido pela lei 10.639/03, ainda é muito incipiente a exploração das temáticas sobre negritude nas escolas de educação básica, mesmo em uma comunidade quilombola, que pelo menos em tese, deveria contar com essa discussão de forma mais eloquente.

Figura 2 - A coleta da castanha: Encenação com professoras e alunos do 9º ano na ARQIB.



Fonte: DIAS JR. J., 2019.

Após os momentos em sala de aula quando foram tratados diferentes assuntos relacionados com a temática africana e afro brasileira, momento também de troca de ideias e de preparação das performances que seriam apresentadas no final da oficina as equipes se organizaram para apresentar o resultado de seus trabalhos no último turno da oficina, que foi realizado no barracão da ARQIB.

Por fim as equipes se reuniram no barracão da comunidade e socializaram seus trabalhos. No final das apresentações das equipes a associação quilombola ofereceu um encerramento recreativo com

a apresentação do grupo de samba de cacete da comunidade, formado em sua maioria por idosos da comunidade, o grupo de dançarinas do samba de cacete, composto por mulheres da comunidade também se apresentou complementando a atividade recreativa. Esse momento de culminância, representou o ápice da visita deixando estagiários, alunos e demais pessoas da comunidade visivelmente felizes com a realização do evento na comunidade.

Estágio supervisionado: preparação e planejamento

Segundo Projeto Político do Curso de História o desenho curricular apresenta um perfil “pluriétnico e condizente com as necessidades do Baixo Tocantins” preocupando-se com as discussões relacionadas as ações afirmativas e de “reparação social, diversidades étnico-raciais e de múltiplas representações sociais e de cidadania”⁴. Sendo assim, a pertinência de canalizar os debates sobre negritude, cultura africana, afro-brasileira e indígena em diferentes componentes curriculares do curso, se justifica pela relevância desse debate no espaço social onde acontecem os cursos de graduação em História na região.

A disciplina de Estágio Supervisionado em História, componente curricular obrigatório do curso, que se desenvolve em 400 horas de atividades disciplinares subdivididas em quatro partes, ou períodos semestrais de 100 horas cada, também se integra a essa dinâmica de privilegiar os conteúdos relacionados às ações afirmativas com o desenvolvimento de debates sobre a lei 10.639/03, cultura africana e afro-brasileira e identidades negras. O planejamento das aulas se desenvolve com a realização de projetos de pesquisa no campo de ensino, observando a etnografia da prática escolar, planejamento de ação, uso de recursos didáticos e preparação de regência.

⁴ Projeto Político do Curso de História, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, UFPA-2019. Disponível em: <http://www.ppc.proeg.ufpa.br/view/paginas/pdfProjeto.php?idProjeto=155>

Todas essas diretrizes foram aplicadas na turma regular de história que foi para a comunidade quilombola.

Na organização do curso o Estágio Supervisionado em História, cada etapa obedece a uma sequência de trabalho que subdivide cada período semestral. O Estágio Supervisionado I, por exemplo, consiste em um momento de pesquisa-ação de diagnóstico do ambiente escolar com a observação, pesquisa, análise de conteúdos, percepção dos sujeitos sociais que compõe a escola, o capital cultural de pais, alunos e demais membros da comunidade escolar, e por fim, produção acadêmica realizada após as observações feitas em escolas de ensino fundamental.

Já o Estágio Supervisionado em História II, além dos dados de observação previstos na primeira etapa de estágio, se destaca pelo planejamento, preparação teórico-metodológica e regência em escolas de ensino fundamental, essa etapa é marcada pela intervenção direta do estagiário na regência de turma, sempre auxiliado pelo professor titular da turma.

O Estágio Supervisionado III se organiza de forma muito parecida com a etapa anterior, tendo o desenvolvimento de pesquisa, oficinas, planejamento, preparação teórico-metodológica e regência. No caso específico do Estágio III as ações acontecem exclusivamente com turmas de ensino médio.

Por fim, o Estágio Supervisionado em História IV, diferencia-se dos demais por propor um projeto de pesquisa-ação em turmas da educação básica dos ensinos fundamental ou médio. No caso das turmas de estágio do curso de História da Faculdade do Campus do Tocantins-Cametá, se executa o estágio, preferencialmente em escolas ribeirinhas, escolas rurais ou escolas em comunidades quilombolas, dada a realidade da região que é mista, tendo parte da população dos municípios da região morando em áreas não urbanas ou em pequenos vilarejos.

Foi justamente pensando nesses princípios dispostos no PPC do curso que foi programada a disciplina de Estágio Supervi-

sionado em História IV para ser executada em uma comunidade quilombola. Como a disciplina ocorreu ao longo do segundo semestre de 2019, nos planejamos para executar as ações de intervenção nas escolas no final do período letivo das turmas de ensino fundamental e no final do semestre acadêmico dos graduandos concluintes.

A disciplina teve início no dia 21 de agosto de 2019 em dupla docência⁵. com a apresentação da proposta de trabalho do Estágio Supervisionado para ser executada em diferentes espaços escolares. A ementa da disciplina previa as discussões teórico-metodológicas dos seguintes assuntos: História e Memória, oralidade e ensino de História, projetos de ensino, lei 10.639/03, Identidades Negras, Ações Afirmativas, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, estudo e análise das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino; materiais didáticos e práticas avaliativas. A esses princípios dispostos na ementa da disciplina se acrescentou a proposta de se trabalhar o projeto de pesquisa-ação em uma comunidade quilombola da região.

O primeiro passo foi entrarmos em contato com a Diretoria da ARQIB, Associação Quilombola local para formalizarmos o pedido de parceria para a realização da ação pedagógica na comunidade, assim como foi feito a solicitação de realização do estágio nas duas escolas envolvidas no projeto. É importante frisar que a comunidade quilombola de Igarapé Preto já é velha conhecida de ações pedagógicas em seu espaço, nela já foram realizados outros trabalhos com turmas de História e Agronomia, sempre com atividades de campo que pontuavam a temática da cultura africana, afro brasileira e indígena, uma interação proporcionada pelo contato com a comunidade local através da associação quilombola. Nesse sentido podemos afirmar que a comunidade já dispensa de certa

⁵ Segundo o PPC do curso, a disciplina de Estágio Supervisionado sempre acontece em dupla docência de professores efetivos vinculados a faculdade e deve seguir o cronograma das quatro etapas (semestres), na qual o curso acontece. Ver: http://www.ppc.proeg.ufpa.br/view_pagi-nas/pdfProjeto.php?idProjeto=155.

familiaridade acadêmica com a Universidade Federal do Pará, o que facilitou no planejamento e preparação logística para a realização da ação de estágio na comunidade.

A etapa preparatória também contou com os debates teóricos e metodológicos das diferentes estratégias didáticas realizadas em cada oficina. A formatação das oficinas e suas estratégias foram organizadas pelos grupos em suas ações pedagógicas de formação das equipes que atuariam nas duas escolas. Cada equipe desenvolveu uma proposta para uma série do ensino fundamental, utilizando uma estratégia de intervenção a partir da proposta de conteúdo dedicada ao trabalho em sala de aula. Falaremos das oficinas no próximo tópico.

As oficinas nas escolas Igarapé Preto e Zumbi dos Palmares

O uso de oficinas pedagógicas nas atividades de estágio já é algo corrente nas práticas de ensino em cursos de licenciatura, bem como já consta no repertório de estratégias didáticas elencadas nas propostas de trabalho didático em sala de aula. Sua eficácia depende muito das táticas utilizadas por seus executores e as formas de abordagens apresentadas no momento do trabalho, que podem ser com uso de jogos, danças, performances teatrais, debates, gincanas, enquetes de perguntas e respos, jogo de palavras e outras possibilidades lúdicas pensadas em conjunto durante o momento de execução das oficinas.

Como o próprio nome diz, oficina vem de ofício, algo que é produzido de forma laboral no sentido de apresentar um produto final. No caso específico das oficinas pedagógicas aqui mencionadas, nos apropriamos das diretrizes pré estabelecidas sobre o conhecimento pedagógico de vários conceitos, para a partir dessa compreensão planejarmos as atividades didáticas a serem produzidas.

As oficinas foram pensadas no ato do planejamento das ações de estágio, nas aulas de preparação. Assim foi possível se discutir inicialmente as propostas didáticas e as estratégias de pesquisa ação. A turma composta de 26 alunos foi dividida em quatro grupos, que por sua vez se subdividiram em dois, pois a ação ocorreu em duas escolas e era necessário a formação de oito grupos para atender as oito turmas das duas escolas. Cada grupo ficou responsável por desenvolver um assunto dedicado a uma das séries do ensino fundamental maior. Após as reflexões teóricas que privilegiaram as questões envolvendo narrativas didáticas e a metodologia das intervenções a partir do diagnóstico escolar, foram feitas as relações tangenciais com os debates propostos pela lei 10.639/03, de se incluir a temática negra nos planejamentos escolares contemporâneos.

Figura 3 - Professores da Escola Zumbi dos Palmares na oficina do 6º ano.



Fonte: DIAS JR. J., 2019.

Essas discussões deram subsídio para os grupos pensarem em cada estratégia que seria seguido posteriormente no momento prático da disciplina, ou seja, no momento de intervenção nas escolas. Assim, cada grupo obedeceu a uma norma de ação e foi para o *front* de batalha produzir a oficina para ser executada em campo, ou melhor, no chão da sala de aula.

Figura 4 - Professoras da Escola Zumbi dos Palmares ensaiando dança



Fonte: DIAS JR. J. 2019.

É importante destacar que no momento de execução das oficinas durante os três dias nas duas escolas, os bolsistas fizeram pequenas alterações nas propostas pensadas inicialmente. Isso porque os professores e professoras titulares das turmas também participaram das oficinas, dando contribuições significativas sobre o olhar dos alunos a determinadas questões, bem como eram os sujeitos dotados de experiência com os alunos e tinham mais

propriedade para dar palpites no planejamento feito pelos estagiários. Outros professores de outras disciplinas também participaram das oficinas, uma vez que as escolas ficaram com a agenda exclusiva dedicada aos estagiários, as oficinas de estágio, acabaram se tornando um evento acadêmico inclusive com a expedição de certificado para os participantes proponentes, no caso estagiários e professores das duas escolas.

A primeira equipe, composta por seis estagiários, responsável pelo trabalho com crianças ou adolescentes do 6º ano, priorizou as oficinas com música e danças africanas e afro-brasileiras. Para isso, foi realizado com as duas turmas a discussão sobre as origens da humanidade, tomando como referencia o continente africano, as formas de ancestralidade legadas aos povos da América e por fim as identidades marcadas no estabelecimento da própria comunidade quilombola. Nesse momento de debates e discussões teóricas, estagiários e professores das escolas se preocuparam em enfatizar a identidade quilombola e a herança das culturas negras presentes na comunidade. Para a realização da culminância das oficinas cada turma deliberou por uma estratégia diferente.

Os estagiários que ficaram responsáveis pela turma de 6º ano da escola Zumbi dos Palmares, tiveram a participação efetiva das professoras da escola, que sugeriram a realização de uma dança e exibição de mensagens de valorização da cultura negra durante a apresentação da turma. A intenção era marcar a ligação da temática apresentada em sala de aula com a identidade do local, visto que a dança ensaiada pelas professoras com alunos da turma, diz respeito ao samba de cacete, modalidade rítmica e musical típica da comunidade quilombola de Igarapé Preto e de outras comunidades próximas.

Já os estagiários que ficaram responsáveis pela turma de 6º ano da comunidade quilombola de Igarapé Preto, utilizaram a mesma estratégia de produção de cartazes, mas foi a fundo nos ritmos

musicais e sonoridades africanas e afro-brasileiras. Os estagiários contaram com a participação dos professores responsáveis pela banda de marcial da escola e propuseram uma apresentação com determinados ritmos musicais considerados de matriz africana, tais como Carimbó, Siriá, Samba, Axé Music e outros. É importante frisar que parte dos alunos da escola já dominava os instrumentos percussivos por fazerem parte da dança, mas que se sentiram bastante estimulados, principalmente após compreenderem as discussões históricas apresentadas pelos estagiários em sala de aula.

Figura 5 - Estagiárias na escola Igarapé Preto com o livro resultado da oficina.



Fonte: DIAS JR. J. 2019.

Os estagiários que trabalharam com as turmas do 7º ano, tiveram a responsabilidade de fazer uma recapitulação dos assuntos relacionados com os conteúdos que já haviam sido abordados na escola durante o ano letivo. Foram revistos de forma panorâmica O tráfico de negros para o Brasil, o sistema da escravidão, a cultura negra e as várias etnias vindas para o Brasil e as identidades legadas pelos negros escravizados para as populações do presente. Os

sete bolsistas divididos nas duas escolas utilizaram a estratégia de abordar alguns temas relacionados a cultura, artes e depois produzir juntamente com os alunos o material didático que foi apresentado como resultado do trabalho final.

Para além do material didático apresentado na culminância, as estagiárias da escola Igarapé preto, produziram dinâmicas em sala de aula, desenhando o mapa da África com sandálias havaianas e estimulando os alunos a aprenderem alguns passes do jogo de capoeira, praticado por uma das estagiárias. Já os estagiários da escola Zumbi dos Palmares produziram a oficina de cabelo *black*, dinâmica que proporcionou bastante empolgação nos participantes da oficina.

Os estagiários responsáveis pelas turmas de oitavo ano, utilizaram como tema, as discussões sobre escravidão, abolição do tráfico, direitos humanos, racismo e heranças da cultura negra para o presente, bem como chamaram a atenção dos alunos para a importância de os mesmos valorizarem a identidade local como de ancestralidade negra na Amazônia.

Os estagiários de ambas as escolas utilizaram a estratégia de construir jogo de palavras para identificar termos do vocabulário da língua portuguesa que guardam origens africanas e que são utilizados no cotidiano das sociedades do presente. Alguns cartazes foram produzidos, juntamente com imagens para reforçar aspectos da identidade negra. Outro ponto que ambas as escolas utilizaram como tema foi a discussão sobre identidade quilombola, fato que ajudou na organização das oficinas e da culminância apresentada na socialização. Os alunos da escola Zumbi dos Palmares fizeram uma mostra com cartazes e imagens, montados a partir das discussões na oficina e apresentadas ao público presente para a socialização. Já os alunos da escola Igarapé Preto, apresentaram uma mostra com a exibição de um pequeno vídeo apresentando um repertório bastante extenso de palavras do nosso vocabulário que têm origens no dicionário banto e iorubá.

Os estagiários responsáveis pelo 9º ano, tiveram um desafio maior, pois a eles ficou a responsabilidade de tratar dos assuntos mais atuais relacionados a agenda das ações afirmativas. Foram discutidas na preparação das oficinas, questões polêmicas como “feminismo preto”, decolonialidade, racismo e outros assuntos que trouxeram muitas reflexões por parte das duas turmas. Os alunos das escolas pensaram estratégias diferenciadas para a apresentação no barracão da comunidade. Os alunos de Igarapé Preto produziram um manifesto, denominado por eles como “o manifesto da cor negra”, que foi lido para todas as pessoas presentes na culminância, um momento bem interessante de catarse vivida pelos presentes. Já os estagiários da escola Zumbi dos Palmares, produziram uma encenação teatral abordando uma temática que é muito familiar pra eles. O trabalho na lavoura. Os alunos procuraram mostrar através da peça a importância da agricultura familiar, como um nexo importante de ligação de identidade com a ancestralidade africana e afro-brasileira.

Assim, as oficinas foram encerradas com a socialização das atividades na sede da associação, contando com a participação da comunidade que se fez presente prestigiando o trabalho. Pode-se considerar que a atividade de estágio foi completa, pois teve a importância de um evento social para a comunidade, cumprindo os objetivos estabelecidos para a realização do trabalho.

Considerações finais

O Estágio Supervisionado, como componente curricular obrigatório dos cursos de licenciatura em História, ainda é visto de forma pouco atenciosa por parte das congregações de professores dos cursos de formação de professores, que ainda o consideram como um “patinho feio” no repertório das disciplinas que compõem o currículo dos cursos de licenciatura. Talvez essa reflexão equivo-

cada exista pelo fato de o Estágio Supervisionado obedecer a critérios objetivos de realização prática das atividades de formação de professores, com a ligação direta entre Universidade e Escolas da Educação Básica, o que por si só já representa um esforço, acadêmico, pedagógico e burocrático para se obter a finalidade das ações prevista em legislação e nos PPCs dos cursos de Graduação.

Assim, ainda se percebe que a disciplina de Estágio Supervisionado ainda fica restrita aos poucos professores que se dedicam a estabelecer um link entre o saber histórico acadêmico e o saber histórico escolar. Saberes com expertises específicas, diferenciadas, mas não menos científicas, pois elas se materializam no fluxo dialético de troca de experiências e de espaços diferentes de difusão de conhecimento e de troca de aprendizados. O que faz de ambos os caminhos importantes para o ajuste de direcionamentos relacionados ao processo formativo de professores.

Nos últimos anos essa lógica apartada entre o saber bacharelado e o saber escolar vem se modificando graças a guinada epistemológica que possibilitou, não só no campo teórico da história, mas em outras ciências que debatem a educação, uma maior atenção para as práticas cotidianas vivenciadas na escola como elementos importantes para a obtenção de conhecimentos valorativos do ponto de vista da ciência educacional.

O Estágio Supervisionado portanto, se coloca na vanguarda das atividades acadêmicas de formação de professores, contribuindo inclusive para a formação continuada de professores já estabelecidos no mercado de trabalho. Seu direcionamento, competências e habilidades permitem que se proponha ações ousadas capazes de balançar o cotidiano rotineiro de escolas, docentes, estagiários e estudantes, que podem, no dizer de Paulo Freire, exercer uma visão libertadora de mundo, contribuindo para o processo de transformação social, e em alguns casos, transformação pessoal também.

VIOLÊNCIA, MEDO E MORTES

em um município da Amazônia: a chegada dos projetos
agroindustriais em Moju/Pa (1980)



Os cineastas Adrian Cowell e Vicente Rios quando lançaram o documentário em 1989, intitulado *Chico Mendes – Eu Quero Viver*, classificaram a década de 1980 como a ‘década da destruição’. Não estavam errados os produtores. O assassinato do líder seringueiro no Acre apenas comprovaria que o latifúndio na Amazônia não tinha limites. O estado paraense, por exemplo, conhecia bem a prática cometida por quem ousasse ‘atrapalhar’ os planos ‘desenvolvimentistas’ desses homens.

Este artigo pretende mostrar um caso emblemático ocorrido no município de Moju² no estado do Pará no final da década de 1980. Trata-se do assassinato do posseiro conhecido por ‘Canindé’³. Homem franzino, nordestino, aventureiro em busca da tão sonhada

¹ Doutor em História – UFPa – Professor da Faculdade de História do Campus universitário do Tocantins/Cametá. Autor de vários livros, artigos e capítulos de livros.

² O município de Moju está localizado na região nordeste paraense. Em linha reta fica aproximadamente a 60 km da capital paraense, Belém. Durante os fins dos anos de 1970 diversos projetos agroindustriais se instalaram neste município, o que fez com que os índices de violências no campo aumentassem consideravelmente.

³ Sobre Canindé pouco se sabe. Apenas que morava na região do Jambuaçu, uma região próxima de alguns projetos agroindustriais como da empresa na época chamada de Reasa.

‘terra sem homens para homens sem terra’ (PETIT, 2003). Canindé foi morto barbaramente por pistoleiros e policiais que serviam a fazendeiros e grileiros no município mojuense no início de janeiro de 1988. Seu assassinato serviu para que uma multidão de aproximadamente 80 homens com os rostos pintados de carvão, armados de espingardas e outras armas artesanais, invadissem a sede do município e botassem pra ‘correr’ pistoleiros, jagunços, delegado, policiais, fazendeiros, numa cena cinematográfica.

A década de 1980 foi à década da destruição, não só no Acre, mas em grande parte da Amazônia, principalmente no estado paraense. Destruição em todos os sentidos. Ambiental, mas acima de tudo, na parte humana. Só no estado paraense, foram aproximadamente 581 mortes no campo (BARATA,1995). Dentre as vítimas do latifúndio estão religiosos, advogados, políticos, colonos e diversos sindicalistas. Grande parte ou a maioria dos casos foram relatados pela Comissão Pastoral da Terra e reproduzidos no livro ‘Inventário da Violência - crime e impunidade no campo paraense’ do autor Ronaldo Barata.

Em Cidade Febril (CHALHOUB, 1996) nos mostra as tensões vividas na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. Para o autor os ânimos dos moradores, principalmente os mais pobres e negros se exaltaram devido uma serie de mudanças instituídas pelas autoridades na cidade carioca. Segundo este autor foram dias de tensões, ‘quebra-quebra’de prédios públicos de bondes. A população ficou extremamente revoltada, principalmente quando começaram a demolição dos cortiços.

Na Amazônia, momentos de tensões sempre existiram. No entanto, um dos episódios mais clássico da história, temos a morte do presidente da Província do Grão Pará Bernardo Lobo de Souza quando do início da Cabanagem⁴. A então Capitania do Norte vivia

⁴ A Cabanagem foi o episódio conhecido como a revolta dos colonos pobres, índios, negros, tapuios contra os desmandos do Presidente da Província. Ocorreu no dia 07 de janeiro de 1835 e durou aproximadamente cinco anos.

sob fortes tensões. Lobo de Souza era a autoridade maior. Presidente da Província não fazia muito pelos colonos pobres, mestiços, negros livres. Havia grandes insatisfações, fato que fez com que a revolta se desse no dia 07 de janeiro de 1835.

A região sul do Pará possui um histórico de violência no campo quase infindável. Ali centenas de casos já foram registrados. Desaparecimento de homens, mulheres, crianças, assassinatos de lideranças sindicais, freiras, padres, advogados pistoleiros, prisões e torturas de trabalhadores, enfim, uma lista extensa de casos de violação dos direitos humanos. Essa é uma região considerada de grande fluxo de pessoas vindas das mais diferentes partes do Brasil. Fazendeiros, grileiros, pistoleiros, garimpeiros, todos se aventurando em troca de algum benefício ou riqueza. No livro intitulado Pisando fora da própria sombra (REZENDE, 2004) procura mostrar o quanto essa região atrai homens de outros estados brasileiros, existindo um grande número de trabalhadores utilizados como mão-de-obra escrava, ou análogo a escravidão.

O município de Moju, localizado na região nordeste paraense já havia vivenciado em toda esta década estes problemas. Chegada de projetos agroindustriais, expulsão de famílias, queima de roças, prisão de colonos, atentados contra religiosos, morte de vereador e acionista de empresa de dendê, assassinato de liderança sindical (SACRAMENTO, 2009; SACRAMENTO, 2012).

Os anos 80 estavam chegando ao fim, mas a violência no campo em Moju não. Prova disso era a morte do líder sindical Virgílio no mês de abril de 87. Também nesse mesmo ano, em setembro, havia sido morto o presidente do PMDB local, de forma não esclarecida, e pela forma como aconteceu tudo indicava que este havia sido a mando de alguém. Manoel Coimbra como era conhecido, um comerciante que mantinha uma relação amistosa com os colonos, sempre comprava os produtos agrícolas direto destes nas suas casas, e no dia da sua morte, viajando de madrugada para algumas vilas da PA 150, em um trecho entre os municípios de Moju e Tailândia, encontrou vários pedaços de pau na estrada, que seus ajudantes foram retirar os obstáculos, vários homens

encapuzados se aproximaram do carro e dispararam vários tiros de escopeta, acertando a vítima sem nenhuma chance de reação e que teve morte instantânea, não sendo levado nada, nem algumas jóias como cordão, pulseira e relógio de ouro que era usado como sendo de certa forma uma marca registrada do falecido. (SACRAMENTO, 2013).

Por tudo isso, somado aos anos anteriores, o município vivia momentos extremos. Assim, no início dos anos de 1988, mais uma vez a cidade foi “sacudida” por um ato de violência, desta vez causada pela organização dos colonos da região do Jambuaçu⁵. A ação dos lavradores foi tamanha que causou susto e temor em todos os moradores, pois jamais imaginava-se um ato tão ousado como que estes homens fizeram. Nada mais, nada menos que invadir a cidade no dia 08 de janeiro deste ano.

Segundo informações do então padre Sérgio⁶, os moradores da região do Jambuaçu, cansados pela onda de violência que assolava município, estavam se programando para virem para a cidade expulsar um grupo de pistoleiros que ali se encontravam, sendo o chefe deste chamado de Claudomiro Barbosa. o ‘bando’ do chefe da pistolagem era composto aproximadamente por mais sete homens, que destacavam-se como os mais perigosos o Alvim, Quelezinho e o Bira. Os moradores, principalmente do Jambuaçu e outras lideranças sindicais acusavam esses pistoleiros, sob o comando do Claudomiro Barbosa, de receberem propostas de interessados para comprarem as terras de colonos, e se estes se negassem a vender, poderiam retirá-los a força de suas propriedades.

⁵ Jambuaçu é uma região composta de varias localidades que está situada no município de Moju. EÉ também o nome de um rio corta a região. Foi muito cobiçado por fazendeiros para projetos agroindustriais. Também foi palco de grandes conflitos nos anos de 1980. Hoje existem diversas comunidades quilombolas que formam o território Quilombola do Jambuaçu.

⁶ Sérgio Tonetto. Padre italiano. Atuou em Moju nos anos de 1977 a 1987. Depois foi pároco em Bujaru quando tornou-se coordenador da CPT Guajarina. No início do século XXI mudou-se para Ananindeua para dedicar-se exclusivamente aos trabalhos da Comissão Pastoral da Terra da região Guajarina.. Em 2007 apresentou o trabalho intitulado Poderão matar as flores, mas não a primavera: a construção de Benezinho e Virgílio como símbolos de luta pela terra no imaginário social do campesinato da região guajarina.

O plano dos colonos estava tudo acertado, faltando definir a data da ‘invasão’, por conta de falta de algumas coisas, sabia-se apenas que seria em janeiro. Porém, um colono conhecido por Canindé e outro chamado de João, moradores da mesma região estiveram na cidade por volta do dia 03 de janeiro. Bebendo em um estabelecimento comercial da cidade, excederam-se e após certa embriagues, Canindé comentou em bom tom, que sozinho iria matar o principal alvo dos colonos, Claudomiro. Tendo alguém avisado neste momento o delegado de polícia do município, que não teve dificuldade para fazer a prisão dos dois homens.

À noite, ainda de acordo com informações do padre e também da imprensa paraense, que registrou os fatos, o sargento de polícia conhecido apenas por Modesto, adentrou na delegacia e retirou o Canindé junto com o outro homem chamado João e junto com outros pistoleiros os levou para um lugar desconhecido, tendo ali nesta noite torturado os dois, mandado cavarem uma cova, tendo logo em seguida, os executados com tiros pelo corpo, principalmente no peito.

Passado aproximadamente uns dois dias, alguns moradores, caçando nestas proximidades perceberam vários urubus sobrevoando uma área, e seguindo nesta direção, descobriram marcas de sangue que os levou até onde estava uma cova rasa com os corpos das duas vítimas, e em seguida foram denunciar a polícia de Moju, gerando uma curiosidade, e fazendo com que a notícia se espalhasse, chegando até a região do Jambuaçu.

Foi então quando os lavradores não tiveram dúvida que havia chegado à hora de entrarem em ação e tentar dar um basta na situação. Com a manchete principal, “Delegacia e casa destruídas”, assim o jornal O Liberal, um dos maiores meio de comunicação do estado paraense noticiou a ação dos colonos da região do Jambuaçu.

Por volta das 10 horas da manhã de ontem, cerca de cem homens armados com espingardas cartucheiras (de caça), invadiram o município de Moju, com 15 mil habitantes e a 70 km de Belém. Eles chegaram em caminhões

e, numa ação ordenada, dispersaram-se em grupos pela pequena cidade. quase que simultaneamente destruíram o posto telefônico da Telepará, invadiram e destruíram a delegacia e em seguida incendiaram a casa de Claudomiro Barbosa, dono da fazenda “Terra Vista”.⁷

De forma contraditória em relação ao horário, o jornal fazia referencia a ação do grupo dos colonos que haviam adentrado a cidade no dia 07 de janeiro. Diferente do que a reportagem frisava, não era um número de cem e muito menos o horário teria sido as 10:00 hs, e sim mais cedo da manhã e a quantidade de homens seria de aproximadamente uns 80. Também estavam todos com os rostos pintados de carvão, para não serem reconhecidos.

O jornal Diário do Pará, outro grande meio de comunicação paraense, do dia 08 noticiava da seguinte maneira a ação. Para o jornal, os mais de ‘100’ posseiros haviam invadido a cidade onde destruíram e incendiaram a delegacia de polícia. Para o jornal, o objetivo dos revoltosos era matar os policiais que davam cobertura ao pistoleiro Claudomiro, e que conseguiu escapar.

No entanto, o morador da região, que também participou da ação, conhecido por Pregote, enfatiza que os moradores do Jambuaçu não estavam tendo sossego por conta das ameaças constantes do grupo do pistoleiro Claudomiro que vivia a lhes aterrorizar, primeiro com as propostas de comprar suas terras por preços muito baixos, sendo que os que se recusavam, geralmente era retirados à força ou com ameaças de morte, tendo quase sempre empregado o terror, com destruição de plantações, roças e morte de animais. Para ele, os moradores estavam muito insatisfeitos. Nas suas palavras abaixo, este nos dá uma noção mais precisa de como realmente os fatos aconteceram.

Muito insatisfeito, por que existia nove pistoleiro aqui, junto com o Claudomiro. Claudomiro, Agostinho. A frente se arrumou. Eu fui um dos companheiros, viemo

⁷ LIBERAL, Jornal O. Delegacia e casa destruída, Grupo mascarado invadiu a cidade de Moju. 08/01/1988. Fonte: CPT – Belém-PA.

80 pessoa, tá, fui o primeiro que deu o tiro no fio da ocorrência (comunicação) ali da Telepará, do telefone, descei por aqui, com a cara cheia de carvão e tudo mais, peguemo ali uns litro de gasolina no posto que não queiriam nos dá, “olha se vocês não nos dar, nós bota fogo é aqui mesmo”. Ai foi mais quem nos deu carote, ai a gente subiu por aqui, nessa, o Mário estava assumindo a própria delegacia, o Mário tava até tomando um banho, quando ele viu, correu de cueca e caiu dentro de um barril pra se esconder e o sargento correu e foi se esconder dentro da casa da Dulcirene, dentro do guarda-roupa dela, mas nós não tinha nada com eles, nós ia na casa do Claudomiro. Não sei quem ou quem repassou pro Claudomiro e o Claudomiro saiu, enxerguemo só a casa dele, só toquemo fogo na casa, foi isso.⁸

Podemos perceber na fala do memorialista como se deu parte da ação, informando que o grande objetivo realmente não era matar as autoridades policiais de Moju, mas sim o pistoleiro Claudomiro com seu bando, fato não se concretizando por que fugiram não evitando a destruição de sua casa, bem como parte da delegacia de policia. O senhor Mario, era o então o comissário de policia. Porém, seu nome era Edwaldo Gomes silva, que nesse período estava a frente do comando da delegacia de policia, e que também outras pessoas afirmavam que este ao ver o grupo se escondeu em um tanque de óleo queimado da Celpa⁹, visto que a delegacia fazia divisa com o escritório da empresa de energia elétrica do Pará na época.

Segundo o Jornal O Liberal já do dia 08, mostrava que a ação tinha se dado por que vários posseiros estariam ocupando a colônia de Jambuaçu há mais de dez anos, e aproximadamente mais de seis meses havia ocorrido uma intensificação de homens

⁸ RODRIGUES, Odorico Amaral, popularmente conhecido por “Pregote” Morador da comunidade do Castanhandeua da região do Jambuaçu. Entrevista concedida em 25 de fevereiro 2007.

⁹ Em 1988 a energia elétrica de Moju já funcionava 24 horas por conta de uma linha de retransmissão vindo diretamente de Tucuruí, posto que anteriormente a energia era gerada por motores movidos a óleo diesel, e por isso nem todos os equipamentos ainda haviam sido retirados da cidade, ficando ali vários tanques que serviam para armazenar óleo queimado que não serviam mais para serem utilizados.

armados nas suas terras. Para dizer que as propriedades pertenciam a fazendeiros grileiros, os pistoleiros utilizavam a estratégia de abrir picadas no meio da mata fazendo uma separação das terras. Isso era feito geralmente a mando do pistoleiro Claudomiro Barbosa e que contava com a cobertura do sargento Modesto, conhecido por “Peção”. Segundo o jornal, o lavrador Canindé teria sumido depois de reagir à ocupação de sua terra, sendo “seqüestrado e depois morto”.

Verdade ou não, a matéria extensa do Jornal O Liberal sobre a situação do município mojuense apontava sempre para a pessoa do Claudomiro como sendo o principal responsável pelos atos de violência no Jambuaçu. Para algumas pessoas da cidade, como o ex-prefeito Didi Teixeira, o Claudomiro era uma pessoa boa, influente na sociedade e que sempre estava participando dos eventos que ali aconteciam como das festividades locais, além de ser sócio do Lyons Clube, uma importante organização que trabalha atividades sociais, mas que na sua maioria de componentes é formada por pessoas que tinham um poder aquisitivo, como principalmente comerciantes. Assim, as palavras do ex-prefeito, apontam para este homem, que era odiado pelos colonos.

Quando eu cheguei aqui, o Claudomiro pertencia ao Lyons Club daqui de Moju. Era homem da sociedade mojuense quando eu cheguei. Então quem era que ia dizer que o Claudomiro tinha envolvimento com pistolagem se o cara era do Lyons, ninguém, que o Lyons é um clube. Então era onde eu via o Claudomiro, no Lyons Club, então eu nunca pensei que o Claudomiro fosse quando eu cheguei. Procurei não fazer grandes amizades, mas também não ser mal com ele, por que ele era um cara até que serviu os professores quando faziam festa, ia buscar porco lá, parecia ser um cara bom né, parecia né. Então era assim. De repente apareceu esse negócio da São Pedro, fizeram esse negocio de marcação pra lá, ai já apareceu com esse Quelezinho. Esse Quelezinho apareceu por aqui, mas eu nunca vi, eu nunca vi, já vi depois de morto, o Quelezinho eu não conheci ele, eu conheci só o Claudomiro. Esse tal de Alvim eu não conheci, tinha um outro, que esqueci o nome dele agora, esse outro eu vi umas duas vezes pela

cidade mas, trabalhou naquele projeto do Salame, ali naquela fazenda do Salame como empleiterio, o Salame me disse que ele trabalhou direito com ele, fez as empreitadas dele, tudo deram certo com ele. E era o pior disque que tinha, não era nem o Claudomiro, mas ele é que era o pior deles. Houve aquele negócio ai eles começaram a desaparecer daqui né, não deu certo e que eles foram embora né, foi o melhor, o bom foi isso que eles foram embora.¹⁰

No jornal *A Província do Pará*¹¹, com o título “delegado fala sobre as causas da invasão”, a reportagem mostrava que dois dias depois do ataque a cidade, o delegado (Comissário) Edwaldo teria ido a Belém para explicar melhor os fatos. Em suas palavras, os lavradores ao chegarem na delegacia queriam a qualquer custo o sargento Modesto, sendo que os homens não quiseram ouvir suas explicações pelo fato do procurado não estar lá. Assim, este não teve outra alternativa se não sair correndo, pois neste momento já se encontrava sozinho, sendo que os outros policiais já haviam deixado o prédio há algum tempo. Para ele, foi ‘um ataque de guerra’, por que todos estavam armados de cartucheiras e pintados o rosto com carvão para não serem identificados, sendo que após o ato, rapidamente conseguiram retornar para suas localidades sem serem identificados.

Também no dia 09, o Jornal *O Liberal*¹² denunciava a situação em que tinham sido encontrados os dois corpos, confirmando a versão dada pelas pessoas que tinham encontrado o local. De acordo com a reportagem, o vice-prefeito de Moju, João Cardoso teria repassado a informação de que o lavrador conhecido por “Canindé”, que morava na colônia de Jambuaçu, foi encontrado no dia 06 a tarde, já em estado de decomposição, enterrado

¹⁰ TEIXEIRA, Benedito de Azevedo. Ex-prefeito de Moju no período de 1983 a 1987. Entrevista realizada em 20/04/2006.

¹¹ PARÁ, Jornal A Província do. Delegado fala sobre as causas da invasão. 09/01/1988. Fonte: CPT – Belém-PA.

¹² LIBERAL, Jornal O. Cadáveres encontrados em Moju: queimados, com marcas de torturas e balas. 09/01/1988. Fonte: CPT – Belém-PA.

em uma cova situada à margem de um ramal, no km 35 da rodovia PA-150, junto com outro cadáver, também em estado de decomposição, e ocupando a mesma cova. A matéria afirmava ainda que pela autópsia, feita no município de Moju pelo medico Leite, havia constatações que os dois teriam sofrido torturas e depois teriam sido baleados, o Canindé levando uma bala no peito e outra na cabeça e, por fim teriam sido queimados sendo enterrados juntos em uma cova rasa.

Para o ex-presidente do STR, Mário de Souza, não havia dúvida de que o caos que tinha se instalado no Jambuaçu era por causa do Claudomiro, pois a partir do momento de que teria começado a comandar um grupo de pistolagem, o município não teria sido mais o mesmo, pois tanto na região dos conflitos quanto na área urbana o temor era geral. De certa forma causou surpresa para muita gente saber que uma importante figura da cidade estava envolvida com esse tipo de coisa. Segundo suas palavras, a situação chegou a um ponto que as pessoas não suportaram mais.

Eu cheguei a ver e lembro muito bem da forma que eles procediam, agiam a ponto de não mais ser suportável aquela situação em que viviam e os trabalhadores acabaram se organizando sim pra dar combate a essa situação e acabaram se mascarando, se pintando, se organizando de modo geral e vieram pra cidade, entraram na cidade de uma forma silenciosa e procuraram justamente a casa desses cidadãos na tentativa de pegá-los e de uma vez por todas dar um basta nessa situação, foi em pleno dia mesmo isso e foi uma correria pra todo lado, saiu tiroteio, por que chegaram armados na cidade e com isso foi um trabalho que não vou dizer que concordo em função de ser a melhor coisa. Mas foi uma forma de tentar evitar a expansão da permanência do que acontecia na época. Chegaram, se dirigiram-se as casas desses cidadãos, considerados pistoleiros e não chegaram a pegar nenhum deles em função da correria acabaram escapando da mira desse povo que veio pra ver se iam encontrar e ver se de uma forma ou de outra, dar combate a essa situação. Após isso, a gente louva a Deus e atitude desses homens, mudou pra melhor, por

que boa parte desse pessoal já passaram a outro tratamento, trataram de uma forma totalmente diferente e não mais tendo condição de permanecer na cidade.¹³

Passado alguns dias da invasão na sede do município de Moju, uma comissão composta por 25 pessoas se organizou para ir até a cidade de Belém se encontrar com o então governador Hélio da Mota Gueiros para lhe entregar uma pauta com várias reivindicações. A comissão se organizou e foram ao encontro da autoridade maior do estado. Esta era composta por autoridades políticas como o prefeito, vice-prefeito, vereadores, líderes religiosos, sindicalistas entre outros. Para a comissão que teria se encontrado no dia 13 de janeiro, a tensão na cidade ainda se encontrava muito forte, mesmo depois da invasão. Por isso a grande preocupação. O jornal informava ainda que o prefeito teria se retratado das acusações de que seria amigo de Claudomiro, afirmando que em seu gabinete recebia qualquer pessoa, e que um favor pedido pelo então chefe da pistolagem, de abrir um ramal que seria para uma suposta fazenda de sua propriedade só teria sido atendida por que também beneficiaria famílias de uma comunidade.

Várias denúncias foram apresentadas ao governador do estado nesta ocasião, sendo que dentre as principais constava das arbitrariedades cometidas pelo delegado de polícia, que mais uma vez o prefeito eximiu-se de ter conhecimento, e afirmou nesta ocasião que no dia do desaparecimento do lavrador Canindé, este não se encontrava na cidade, sendo que o vice-prefeito, também conhecido por Parola, não assumiu nenhuma responsabilidade, pois também não sabia de nada.

Já para o presidente do STR de Moju que acompanhou a comissão, afirmou na ocasião que o clima no município era tenso não só por conta da invasão na cidade cometida pelos lavradores do Jambuaçu, mais sim em função dos conflitos existentes em todo o município, e

¹³ SANTOS, Mário de Souza. Ex-presidente do STR de Moju. Entrevista realizada em 28/02/2006.

que o Iterpa não tomava nenhuma atitude. De acordo com a matéria, utilizando das palavras do presidente do STR, assim houve a descrição.

Para ele, Claudomiro e mais dois moradores conhecidos como Alvim e Agostinho, não passam de pistoleiros de várias empresas agroindustriais, existentes na região. “Ninguém pode acusar quais das firmas os possuem, mas sabemos que elas são responsáveis pelos pistoleiros.”¹⁴

Além de serem ouvidas pelo governador do estado, as comissões teriam procurado outros órgãos na capital paraense, sendo que as autoridades judiciárias seriam um dos alvos para entregarem as denúncias, como noticiou o jornal Diário do Pará¹⁵. Porém, por estarem de férias, não foram sequer recebidos para denunciar a situação da violência cometida por pistoleiros, com a ‘convivência da polícia’.

Com toda essa série de acontecimento em Moju, a diocese de Abaetetuba se pronunciou de forma oficial no dia 08 de fevereiro. Junto com outros órgãos como a Comissão Pastoral da Terra, norte II, Conferência dos Religiosos do Brasil, Conferência dos Bispos do Brasil, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral dos Pescadores, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Paróquia de Confissão Luterana em Belém, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá e Central Única dos Trabalhadores, entregaram uma nota contendo uma serie de ações que tivessem permitido que o município chegasse a esse ponto.

No documento apresentado, o histórico da violência no campo teria se intensificado desde o início dos anos de 1981, quando os órgãos de imprensa do estado paraense passaram a noticiar os problemas ligados a terra, não tendo durante todos esses anos as autoridades tomado medidas para conter esses problemas. Os organizadores da denúncia também apontaram mais de 12 atos que fizeram com o município passasse por momentos muito tensos, como

¹⁴ LIBERAL, Jornal O. Gueiros recebe comissão do Moju e ouve prefeito. 14/01/1988. Fonte: CPT – Belém-PA.

¹⁵ PARÁ, Jornal Diário do. Moradores de Moju são vítimas de violência. 19/01/1988.

o assassinato do líder sindical, Virgílio Serrão Sacramento, ameaças de morte do padre Sérgio Tonetto, assassinato do comerciante Manoel Coimbra, ameaças de morte a populares, vereadores e comerciante que denunciavam a morte do comerciante Coimbra, tiroteio dentro da Telepará, contratação de pistoleiros por um fazendeiro conhecido por Mundi, para fazer corte de ‘picos’ no jambuaçú, confronto entre pistoleiros e posseiros, sendo que dois pistoleiros foram mortos, mais seus corpos desapareceram. Tortura e assassinato do homem conhecido por Canindé e a entrada na cidade de 100 lavradores pintados e armados com o objetivo de liquidar os pistoleiros e devolver o sossego à população de Moju. “Com a cobertura da polícia e aparente ingenuidade do prefeito, os pistoleiros Claudomiro Barbosa, Agostinho e Alvim, conseguiram fugir e estão soltos”. Assim finalizava a listagem das ações de violência no município.

Concluindo o texto, o documento mostrava a grande insatisfação, lamentando a total ausência do estado e das autoridades competentes, mas deixava um alerta pela impaciência do povo da cidade Moju, “pois seria extremamente perigoso deixar esgotar a paciência do povo empobrecido”.

Os anos seguintes a toda violência que se tornou extrema no município de Moju, deu uma oscilada, passando por momentos tão tensos como os da década de 1980, culminando ainda com ameaças as lideranças sindicais, como a que ocorreu com o presidente do STR Raimundo Aventino ainda em 1986, feitas pelo gerente de uma fazenda do Alto Moju, Nilo Franciosi Fossati, prisão do delegado sindical Juvenal dos Santos, ameaça ao diretor do STR, Armando Alves em 1986 e em 1990, já como presidente da instituição, entre outras. Porém, a situação vivida no campo com tantas mortes e situações de dimensões extremas jamais se viu no município, como a morte de político, dirigente sindical, de posseiros e invasão da área urbana, apenas ficaram na história, como lição que não foi por completa aprendida.

No clássico *Senhores e Caçadores* (THOMPSON 1987), é dado destaque a famosa Lei Negra. De acordo com o historiado, no século XVIII, a Inglaterra passou por diversas transformações, principalmente relacionadas ao processo da revolução industrial. As terras, que durante vários séculos eram tidas como ‘comunais’, ou de uso comum, com o aumento das fabricas nas cidades, precisavam de muitas matérias primas. Nesse sentido, explica o autor, começaram os cercamentos, impedindo que os camponeses também usufríssem do que a floresta oferecia, como madeira, caças, áreas para plantação. Devido a grandes pressões dos ‘donos’ dessas áreas, o estado inglês então sancionou a Lei Negra no ano de 1720 e eu durou por mais de cem anos, tendo como único objetivo impedir os camponeses de utilizarem os recursos naturais.

No livro, ‘Quando novos personagens entraram em cena’ (SADER, 2001) procura nos mostrar as experiências vividas por trabalhadores da grande São Paulo na década de 1970 e 1980. Eder Sader mostra como os movimentos sociais produzem um novo sujeito; um sujeito coletivo; um sujeito diferente do moderno que é um sujeito individualista e racional, mostra ainda o cotidiano popular, novos lugares e assim, procuram juntos conquistar direitos. Foi o que ocorreu na década de 1980 em varias partes da Amazônia, inclusive no município de Moju. Talvez sem saber, esses sujeitos foram personagens importante de uma história que marcou época.

Em uma publicação mais recente, ‘Pororoca pequena: marolinhas sobre a(s) Amazônia(s) de Cá (ALMEIDA, 2012) procura nos mostrar todo o contexto relacionado a violência no campo, além da região do sul do Pará, passando pelo Araguaia-Tocantins, mostrando velhos e novos personagens que se intitularam donos de grandes extensões de áreas como a família do então empresário Vavá Mutran e o banqueiro Daniel Dantas. Todos se envolveram em grandes conflitos com colonos, posseiros, sem terra, povos indígenas. Nosso autor também destaca a região de Carajás, onde a Vale

do Rio Doce, ou só Vale, como passou a se denominar a empresa de exportação de minério cada vez mais procura se apossar dos territórios dos camponeses e dos povos indígenas.

Grandes feridas têm surgido na Amazônia nas últimas décadas, principalmente, do final do século XXI. O grande episódio do massacre dos sem terra em Eldorado dos Carajás, no ano de 1996 é uma dessas que não se apagará da memória, pois como disse o renomado historiador Jacques Le Goff “*a oposição passado/presente é essencial da consciência do tempo*”(LE GOFF, 2003).

ARIEL FELDMAN

FEDERALISMO, PODER CENTRAL E MUNICÍPIOS: do império aos dias atuais



No dia 25 de setembro de 2022, o então candidato à presidência, Luis Inácio Lula da Silva, ao ser entrevistado em rede nacional pela bancada do Jornal Nacional, chamou o Orçamento Secreto de “uma excrescência”. Muito provavelmente reagindo à crítica realizada pelo líder nas pesquisas, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, no dia 11 de outubro, afirmou:

Eu defendo o orçamento [...] porque a RP-09, que foi votada em 2019, ainda na gestão do Rodrigo Maia, com todos nós votando a favor no plenário, ela vem evoluindo, ele não é secreto porque todos vocês sabem para onde vai [...], todas as emendas são cadastradas no sistema, elas são enviadas via sistema para os ministérios, elas são publicadas, elas são empenhadas, elas são liberadas, elas são fiscalizadas, e eu defendo justamente por isso, por que ele é municipalista [grifo nosso].¹

¹ Lira nega orçamento ‘secreto’ e diz ser ‘municipalista’: ‘Sempre teve; antes, parlamentar era refém’. Arthur Lira no Uol Entrevista. 11 de out. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5e1asNA7SEE&list=PL_pL0plruBjli5yaNDVlj1yDhaJrm-zYPV&index=2>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Voltemos à 1994. Estava em curso no Congresso Nacional a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Orçamento. O escândalo de corrupção que ficou conhecido como os Anões do Orçamento havia chocado o país. Em depoimento à CPMI, o então deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), explicava sua linha de atuação parlamentar:

Por isso, o meu interesse em representar o meu estado a fim de para lá enviar recursos maiores, e representar os meus municípios, particularmente o município de Paulo Afonso, onde fui muito bem votado, a fim de para lá mandar recursos (Jose Carlos Aleluia, CPMI do Orçamento, 07/01/94).²

Essas duas falas, a de Lira definindo o orçamento secreto como municipalista e a de Aleluia caracterizando sua atuação parlamentar como a canalização de recursos federais para sua base municipal, demonstram a atualidade do tema desse capítulo. **A relação entre poder central e municípios** ocupa lugar de destaque na Nova República. Nesse texto, iremos refletir sobre essa relação no Segundo Império (1840-1889), na Primeira República (1889-1930) e na Nova República (1988-dias atuais).

Para nortear nossa reflexão iremos recorrer a três obras seminais. A obra do historiador e brasilianista norte-americano Richard Graham, *Clientelismo e política no século XIX*, pautará nossas discussões sobre a relação entre poder central e municípios durante o reinado de D. Pedro II.³ Para pensar essa relação na Primeira República, iremos recorrer ao trabalho clássico de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, que, antes de ser publicado em 1948 com o título que celebrizou a obra, era uma tese intitulada “O municipalismo e o regime representativo no Brasil - uma contribuição para

² Apud. BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das “bases”*: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Núcleo de Antropologia da Política: 1999, p. 39

³ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997 [1994].

o estudo do coronelismo”.⁴ Por fim, para nortear o debate sobre a relação entre poder central e municípios no Brasil contemporâneo, iremos utilizar a etnografia política do antropólogo Marcos Otávio Bezerra, *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*.⁵ Bezerra esteve em Brasília realizando pesquisa de campo entre março e julho de 1996 e analisou exaustivamente os relatos prestados na já citada CPMI do Orçamento, que ocorreu entre 1993 e 1994.

Comparar contextos históricos diferentes é algo bastante complicado. Contudo, acreditamos que a análise em perspectiva histórica, que é a proposta desse capítulo, é capaz de contribuir de maneira *sui generis* para esse debate extremamente atual. As comparações que serão realizadas entre o Segundo Reinado, a Primeira República e a Nova República têm, portanto, mais o objetivo de distinguir as principais características de cada período do que a intenção de sugerir uma linha de continuidade entre o século XIX e o XXI.

Segundo Reinado (1840-1889)

A historiografia, majoritariamente, define o Segundo Reinado como um Estado unitário.⁶ É preciso, contudo, mencionar a obra de Miriam Dolhinikoff que questiona o paradigma vigente e entende que, mesmo depois da lei de interpretação do Ato Adicional (1841), o Estado brasileiro pode ser definido como uma federação.⁷ Para Dolhinikoff, o espírito federalista do Ato Adicional (1834) foi mantido, tendo em vista que as Assembleias Provinciais mantiveram as prerrogativas de legislar, tributar, criar empregos e construir obras públicas.

⁴ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. O município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997 [1948].

⁵ BEZERRA, Marcos Otávio. *Op. cit.*

⁶ A literatura sobre o tema é muito vasta. Indicamos, introdutoriamente, o texto de CARVALHO, José Murilo de. “Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento”, *In: CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte : Editora da UFMG, 1998.

⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

Segundo William H. Riker, o “federalismo é uma organização política em que as atividades do governo são divididas entre os governos regionais e um governo central, de tal forma que cada tipo de governo tem certas atividades sobre as quais ele toma as decisões finais”.⁸ Do ponto de vista formal, então, o Segundo Reinado até pode ser definido como uma federação. Contudo, se Segundo Reinado, como sugere Dolhinikoff, de fato foi uma federação, ele foi uma federação altamente centralizada. Primeiro, por que o presidente de província era nomeado pelo governo central, o que gerava muitas nomeações em efeito cascata, vinculando os municípios ao ministério no Rio de Janeiro. Segundo, porque as províncias, com raras exceções, como São Paulo nas décadas finais do século XIX, tinham pouca margem tributária. A coleta dos impostos de exportação e importação, os principais à época, eram de atribuição do poder central.

Assim, sem desconsiderar que as municipalidades no Segundo Reinado tinham um forte vínculo com as Assembleias Provinciais, até porque elas eram administrativamente e politicamente vinculadas aos legislativos de cada província, vamos aqui tecer reflexões sobre a relação entre políticos locais e o poder central. Como já observamos, realizaremos essas reflexões a partir da obra de Richard Graham.⁹

Para Graham, que analisou uma infinidade de correspondências privadas entre lideranças municipais e políticos sediados no Rio de Janeiro, “o clientelismo constituía a trama de ligação da

⁸ *Apud*. LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia*. Desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003, p. 214.

⁹ Como leitura introdutória à obra de Graham, sugerimos um texto de divulgação escrito por ele: GRAHAM, Richard. Clientelismo na cultura política brasileira: toma lá dá cá. *Braudel Papers*, edição 15, 1999. Disponível em: <https://www.braudel.com/wp-content/uploads/2022/12/Toma-la-da-ca-15_pt.pdf>. Acesso em: 17 de fev. de 2023. Para uma ótima resenha do livro de Graham: LIMA, Ivana Stolze. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. *Mana*, v. 5, n. Mana, 1999 5(2), out. 1999. Por fim, sugerimos que você assista a um vídeo da *Universidade Virtual do Estado de São Paulo*, que é uma conferência que Graham proferiu sintetizando as ideias dele expostas no capítulo 4, “O Teatro das Eleições”: *Richard Graham: a eleição como um drama*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F4C_OLjDACY>. Acesso em 17 de fev. de 2023.

política no Brasil do Século XIX e sustentava virtualmente todo ato político” e “a vitória eleitoral dependia sobretudo de seu uso competente”.¹⁰ Para o autor, “clientelismo significava tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem terra”. Segundo ele, os dois tipos de clientelismo “entrelaçavam-se através das eleições”. Para Graham, “os dois níveis de clientelismo – o local e o nacional – têm sido estudados, em geral, separados, tipicamente por antropólogos, de um lado, e cientistas políticos, do outro.” O brasilianista propõe, então, estudar essas duas dimensões de forma integrada, argumentando que “as eleições testavam e ostentavam a liderança do chefe local”. As eleições, ademais, através de um sistema de dois turnos, montavam a composição do Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro.¹¹ Segundo Graham,

Um líder municipal lutava pela vitória eleitoral não para se opor ao governo, mas para ser o governo. Se conseguisse amearhar a maioria dos votos para si mesmo ou seus protegidos, isto seria uma prova de sua liderança. Poderia então contar com uma nomeação para importantes cargos locais. Além de uma patente na Guarda Nacional, conseguiria ser designado delegado ou juiz municipal substituto, com poder para nomear clientes seus como subdelegados, inspetores de quarteirão, tabeliães e carcereiros. [...] A posse desses cargos, por sua vez, ampliava a clientela do chefe e assegurava sua influência no processo eleitoral, tornando ainda mais certa sua vitória no pleito seguinte.¹²

É importante, então, distinguir o sistema político descrito por Graham daquele que foi mencionado sucintamente na introdução deste texto, o sistema político da Nova República, no qual o orçamento da União adquire centralidade. As teias políticas que uniam o poder central às lideranças municipais no Segundo Reinado, para Graham, não passavam pela liberação de recursos

¹⁰ GRAHAM, Richard. *Op. cit.*, p. 15.

¹¹ *Ibidem*, p.16-17.

¹² GRAHAM, Richard. *Op. cit.*, p. 165.

financeiros, até porque o orçamento do governo central imperial era muito menos capilarizado do que o atual orçamento do governo federal. O orçamento imperial, portanto, era muito diferente do atual, que tem no seu escopo a implementação de políticas públicas e, de forma muita mais intensa do que no século XIX, a execução de obras.¹³ Dessa forma, as teias que uniam o poder central às lideranças municipais eram, sobretudo, tecidas através da indicação de cargos locais: juiz municipal, delegado, subdelegado, inspetor de quartelão ou uma patente na Guarda Nacional. Não cabe no escopo deste texto descrever a estrutura burocrática imperial, que se modificou bastante ao longo do século XIX. Resaltemos, contudo, algo que é central na análise de Graham, as nomeações em efeito cascata, que vinham do Rio de Janeiro, muitas passando pelo presidente da província, que também era nomeado pelo poder central. Era esse um dos principais mecanismos institucionais utilizados pelo poder central para influenciar o processo eleitoral no nível da municipalidade, não sendo essa relação entre poder central e lideranças municipais uma via de mão única, mas um complexo jogo de barganhas.

Passemos, pois, à análise da relação entre poder central e municípios na Primeira República.

Primeira República (1889-1930)

Nesse momento, nosso objeto de investigação altera-se significativamente, pois, a partir da obra *Coronelismo, enxada e voto*, nossa atenção vai recair, sobretudo, na relação entre o poder estadual e os municípios. Leal, em seu livro clássico, não despreza a importância do governo central, isto é, federal. Mas a Primeira República é, na análise consagrada de Leal, um contex-

¹³ Sobre o orçamento imperial, recomendamos a leitura de MORAIS, Viviane Alves de. *Estradas interprovinciais no Brasil central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)*. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010, pp. 73-151.

to histórico em que os governos estaduais concentraram grande autonomia e poder.¹⁴

É importante ressaltar que as poderosas estruturas dos governos estaduais da Primeira República não surgem repentinamente, como num passe de mágica, com o golpe militar que proclamou a República e com a Constituição de 1891. Como já foi observado, o Estado imperial, apesar de unitário, já havia lançado o embrião dos governos estaduais que seriam fortalecidos com advento da república. Os governos estaduais da Primeira República foram um desdobramento dos governos provinciais instituídos a partir de 1834 com o Ato Adicional. Aliás, os municípios, como também já mencionamos, eram um apêndice administrativo e político das Assembleias Províncias durante o Império, e assim continuaram a ser, na ampla maioria das unidades da federação, um apêndice dos governos estaduais republicanos até a constituição de 1934.

Feitas essas ressalvas, passemos, então, a uma brevíssima síntese da tese de Victor Nunes Leal. Segundo ele,

A essência [...] do compromisso “coronelista” – salvo situações especiais que não constituem a regra - consiste no seguinte: da parte dos chefes locais [municipais], incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar.¹⁵

A semelhança entre as relações de troca e barganha descritas por Graham em torno do período imperial não é mera coincidência. Graham

¹⁴ Recomendamos, como leitura introdutória às ideias de Victor Nunes Leal: CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. *Dados*, v. 40, n. Dados, 1997 40(2), 1997. Para saber mais sobre a vida de Leal, recomendamos o documentário produzido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), *Tempo e História - Victor Nunes Leal*, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KGcpROfsvE0&t=22s>>. Sugerimos, ainda, o episódio 45 do podcast *Politiquês*, intitulado “Coronelismo: no passado e em novas formas”. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/podcast/2018/08/05/O-que-%C3%A9-coronelismo-no-passado-e-em-suas-novas-vers%C3%B5es>>. Acesso em: 17 de fev. de 2023.

¹⁵ LEAL, Victor Nunes. *Op. cit.*, p. 70.

leu *Coronelismo, enxada e voto*, pois escreveu seu livro na década de 1990. Além disso, o contexto histórico da Primeira República é imediatamente posterior ao Segundo Reinado. Por vezes, apenas trocando o governo central por governo estadual, as relações descritas por Leal são quase idênticas às descritas por Graham. Vejamos mais uma passagem de Leal:

Com o chefe local [municipal] – quando amigo – é que se entende o governo do estado em tudo quanto respeite aos interesses do município. Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. Professoras primárias, coletor, funcionários da coletoria, serventuários da justiça, promotor público, inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc., para tantos cargos a aprovação ou indicação do chefe local costuma ser de praxe.¹⁶

Um dos eixos do compromisso coronelista, portanto, é a possibilidade de a liderança municipal indicar pessoas aos cargos estaduais. Leal repete à exaustão em sua obra que o objetivo dos chefes locais-municipais não era ser oposição ao governo estadual, mas ser parte do governo. Para o governo estadual, por sua vez, quanto mais hegemônica fosse a liderança municipal, melhor. Quanto menos o chefe local-municipal precisasse recorrer à violência, garantindo ao governo estadual a vitória eleitoral tanto no executivo quanto no legislativo estadual, melhor seria. Assim, por um lado, as lideranças municipais precisavam demonstrar capacidade de vencer eleições, para assim garantir por parte do governo estadual a indicação de cargos. Graham afirmou, para o período imperial, que “um líder municipal lutava pela vitória eleitoral não para se opor ao governo, mas para ser governo”.¹⁷ Leal, por sua vez, refletindo sobre a Primeira República, escreveu que “o maior mal que pode acontecer a um chefe político municipal é ter o governo do Estado como adversário. Por isso, busca seu apoio ardorosamente”.¹⁸

¹⁶ *Ibidem*, p. 65.

¹⁷ GRAHAM, Richard. *Op. cit.*, p. 165

¹⁸ LEAL, Victor Nunes. *Op. cit.*, p. 70.

A força de uma liderança municipal, tanto para Graham como para Leal, era medida pela sua capacidade eleitoral. Quanto mais votos, mais forte o chefe local. Quanto menos precisasse recorrer à violência para garantir um resultado eleitoral, ao contrário do que o senso comum sugere, mais forte era o “coronel”. Como já alertamos na introdução deste texto, comparar contextos históricos diferentes é algo temerário. Contudo, se há alguma linha de continuidade entre o Segundo Reinado, a Primeira República e os tempos atuais, é que a quantidade de votos alcançados por uma liderança municipal segue sendo um fator de prestígio determinante nas relações sociais.

Façamos, então, dentro do escopo deste texto curto, que não tem como analisar toda a história política brasileira, um salto cronológico. Passemos a analisar a relação entre poder central e municípios na Nova República.

Nova República (1988-2023)

Como já alertamos, comparar contextos históricos diferentes é tarefa arriscada. Ainda mais quando a comparação é entre a Nova República, nascida da constituição de 1988 (e do processo de redemocratização) com o Segundo Reinado e a Primeira República. Entre a constituição de 1891 e a de 1988 tivemos quatro constituições: a de 1934, 1937, 1946 e 1967. O século XX, no Brasil, foi palco de um amplo processo de industrialização e urbanização. Vivemos, nesse ínterim, um regime altamente autoritário centralizado, o Estado Novo (1937-1945), que se voltou contra a força dos governos estaduais, chegando até a realizar um ritual simbólico de queima das bandeiras dos estados; vivemos, entre 1946 e 1964, um regime democrático descentralizado, momento histórico em que ganhou força o movimento municipalista, sendo inclusive nesse contexto que Victor Nunes Leal produziu sua obra; vivemos, como que num movimento pendular, novamente, outro regime autori-

tário e centralizado, entre 1964 e 1985; por fim, chega-se a Nova República, com a constituição de 1988 consagrando o município como ente federado, num regime federativo tridimensional formal bastante peculiar e inédito no mundo.

Outras nações federativas também tem circunscrições administrativas/territoriais semelhantes aos municípios brasileiros, mas receber o *status* constitucional de ente federado é algo próprio da nossa federação pós-1988, o que demonstra a força do municipalismo no processo constituinte.

Assim, uma primeira ressalva comparativa precisa ser feita para distinguir as relações descritas por Leal e Graham do contexto histórico da Nova República: a força do governo central (ou estadual) em indicar cargos nos municípios não é mais um fenômeno tão decisivo. Um processo de criação de burocracias municipais foi iniciado timidamente na década de 1970 e acentuado com a reforma do Estado e a descentralização de diversas políticas públicas na década de 1990. Os municípios, em 1973, respondiam por somente 20% dos funcionários públicos do Brasil, em 1990 por 36,02%, em 2000 por 43,5%, em 2010 por 54,1% e em 2017 por 57,3%.¹⁹ Lembremos que o prefeito como cargo eletivo foi uma realidade construída à duras penas durante o século XX, sendo que em alguns poucos estados isso ocorreu durante a Primeira República.²⁰ Assim, é preciso ter em mente que o município, na atualidade, possui muito mais autonomia política do que aquele descrito por Leal e Graham, quando as municipalidades eram, via de regra, um anexo administrativo das províncias ou estados.

Inclusive na questão orçamentária, os municípios, atualmente, têm uma realidade difícil de ser comparada com a penú-

¹⁹ LOPES, F.; GUEDES, E. Três décadas de evolução do funcionalismo público no Brasil (1986 - 2017). In: *Atlas do Estado Brasileiro*, 2018. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasestado/download/154/tres-decadas-de-funcionalismo-brasileiro-1986-2017>>. Acesso em 16 de fev. 2023.

²⁰ Conferir o Capítulo Terceiro, “Eletividade da Administração Municipal”: LEAL, Victor Nunes. *Op. cit.*, pp. 127-161.

ria descrita por Victor Nunes Leal.²¹ O Fundo de Participação dos Municípios (FPM), criado na década de 1960 e potencializado substancialmente na constituição de 1988, concedeu um mínimo de dignidade orçamentária aos caixas municipais. Não é que a realidade orçamentária dos municípios hoje seja confortável, muito longe disso, até porque a responsabilidade pela implementação de diversas políticas sociais, como educação e saúde, caiu no colo do ente municipal. Assim, se a receita tributária aumentou, através de transferências intergovernamentais, as responsabilidades municipais aumentaram em volume maior. Por tudo isso, é muito complicado comparar o orçamento municipal da atualidade com orçamento no Segundo Reinado ou na Primeira República.

Talvez nem o orçamento federal seja possível de ser comparado. No sistema político descrito e analisado por Leal e Graham, como já vimos, o orçamento federal ou estadual não ocupa um lugar central. Na obra de Leal, a questão do orçamento estadual sendo drenado às municipalidades - por exemplo, para a construção de estradas, algo primordial num país agrário que precisa escoar sua produção, lembrando que os coronéis eram proprietários de terra – até chega a aparecer com algum destaque, mas está longe de se constituir em um elemento central do sistema coronelista. O eixo central de ambas as análises, a de Graham e de Leal, é a troca de cargos políticos por vitória eleitoral. Atualmente, o panorama não é esse. Vejamos.

Na Nova República, o orçamento federal adquire centralidade no que diz respeito à relação entre municípios e poder central (o orçamento estadual, em menor medida, também, mas não teremos fôlego para abordar essa temática). Como já procuramos provocar na introdução deste texto, com a fala de Arthur Lira definindo o Orçamento Secreto como municipalista e a do deputado Aleluia caracterizando sua atuação parlamentar como a canalização de recursos federais para sua base municipal, a relação entre municí-

²¹ Conferir o Capítulo Terceiro: “Receita Municipal”: LEAL, Victor Nunes. *Op. cit.*, pp. 161-213.

pios e o poder central nas últimas décadas tem como eixo condutor principal, talvez, a disputa por um quinhão do orçamento federal. Vejamos o que a obra de Marcos Otávio Bezerra, *Em nome das bases*, tem para dizer sobre esse assunto.

Bezerra, após observação *in loco* no Congresso e realização de diversas entrevistas com parlamentares e outros atores políticos durante o ano de 1996, distinguiu duas formas de representação política. A primeira diz respeito ao lugar do deputado ou senador como representante da nação. A segunda diz respeito ao congressista como um representante da comunidade que o elegeu. Bezerra constatou que, por mais que a primeira forma de representação política tenha grande significado discursivo, na prática os parlamentares investem a maior parte do seu tempo para drenar recursos para sua base eleitoral. Conforme um deputado do PMDB-ES relatou à Bezerra, para além de discutir as questões nacionais

o parlamentar corre atrás dos recursos de seus municípios, de seus estados; ele participa da discussão do orçamento da União para tentar angariar recursos para seu estado e município. O deputado corre atrás de pequenas coisas de comunidades, de pessoas. (...) Às vezes, ele funciona também como um despachante.²²

Os prefeitos, atores relevantes nesse processo, segundo Bezerra, “esperam dos parlamentares que estes realizem pequenos favores, encaminhem seus interesses junto à burocracia governamental e, principalmente, consigam obter verbas federais para a realização de investimentos nos municípios.”²³ Bezerra descreve, seguindo os princípios do trabalho etnográfico, isto é, com densidade, com riqueza de detalhes, as relações políticas que vinculam prefeitos à parlamentares. Segundo um relato de um assessor de um senador dado à Bezerra, “tem prefeito que semanalmente está aqui [Congresso Nacional], são uns caçadores de verba”.²⁴

²² *Apud*. BEZERRA, Marcos Otávio. *Op. cit.*, p. 38.

²³ *Ibidem*, p. 121.

²⁴ *Ibidem*, p. 123.

Para entender a força dessa relação entre parlamentares e prefeitos, é preciso entender o conceito de *base eleitoral*, que segundo Bezerra é uma categoria móvel, pois pode ser uma rua, um bairro ou uma cidade. Para um deputado entrevistado:

Base eleitoral é aquela rua que você mora, o bairro que você mora, a cidade que você mora, é aquela cidade onde você tem o vereador que é seu conhecido, que é seu amigo, tem o líder da igreja que é seu amigo, o presidente da associação de moradores, da associação de bairro que é seu amigo. Aquele lugar onde você chama a pessoa pelo nome, aonde você tem o compadre, tem a comadre. É aquele lugar onde você vai à festinha, à festa junina, você vai à festa da igreja, vai ao campo de futebol. Essa é a base eleitoral propriamente dita. É aonde, naturalmente, você volta e direciona sua atividade parlamentar.²⁵

A leitura da obra de Bezerra torna-se extremamente atual depois de vivenciarmos, entre 2020 e 2022, o que ficou popularmente conhecido como orçamento secreto.²⁶ Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) explica que

O orçamento de 2021 apresentou atipicidades que decorreram da apresentação de emendas de relator-geral, com o objetivo de incluir novas programações no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Tais inclusões, entretanto, não têm relação com a correção de erros das projeções ou das omissões, condicionante constitucional para alteração do PLOA.²⁷

²⁵ *Ibidem*, p. 102.

²⁶ Para um entendimento introdutório sobre o Orçamento Secreto, recomendamos dois episódios do podcast *O Assunto*, o nº 749 (“O Orçamento Secreto no mundo real”) e o nº 860 (“O fim do Orçamento Secreto”). Disponível em: <<https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/>>. Acesso em 17 de fev. de 2023. Para uma compreensão mais aprofundada, sugerimos: FÁRIA, Rodrigo Oliveira de: *As emendas de relator-geral do PLOA nas normas regimentais do Congresso Nacional: gênese, configuração e evolução histórica*. Escola Nacional de Administração Pública (Enap): XI Prêmio SOF de monografias, 3º lugar, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6928>>. Acesso em: 17 de fev. de 2023.

²⁷ Tribunal de Contas da União. *Emendas de Relator-Genal do Orçamento da União (RP9)*. Disponível em: <<https://sites.tcu.gov.br/contas-do-presidente/09-emendas-de-relator-geral.html>> Acesso em: 17 de fev. de 2023.

Para entendermos o impacto das emendas de relator geral, que tem a rubrica RP-09, observemos como as emendas parlamentares, que já existem há décadas no Brasil, cresceram durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). A Tabela 1 mostra como as emendas parlamentares cresceram nesse período em função, sobretudo, do crescimento das emendas de relator geral.

Tabela 1 - Emendas parlamentares (2019-2022), em valores correntes.

ANO	TOTAL EMPENHADO - A	EMENDAS DO RELATOR GERAL (EMPENHADO)-B	B/A (%)
2019	13.863.064.452,72	417.357.964,59	3%
2020	37.540.725.479,42	21.233.190.173,25	57%
2021	33.398.615.010,67	16.719.609.211,00	50%
2022	25.403.369.370,60	8.648.785.191,77	34%

Fonte: Portal da Transparência.²⁸

Observa-se, na Tabela 1, que as emendas parlamentares mais que dobraram de 2019 a 2020, passando de cerca de 13 bilhões para 37 bilhões. Esse crescimento, conforme pode ser observado na última coluna da Tabela 1, é decorrente do aumento das emendas de relator geral, que passaram a representar, no auge do que ficou conhecido como Orçamento Secreto, entre 2020 e 2021, mais da metade do total das emendas parlamentares empenhadas.

É importante, ainda, observar a importância dos municípios dentro do “orçamento secreto”. Segundo o já citado relatório do TCU, 79% da execução das despesas decorrentes de emendas de relator-geral do orçamento, por modalidade de execução, foram transferências a municípios.²⁹ Assim, não foi por acaso que Arthur

²⁸ Disponível em: <<https://portaldatransparencia.gov.br/emendas?ano=2022>>. Acesso em: 17 de fev. 2023.

²⁹ Tribunal de Contas da União. Emendas de Relator-Geral do Orçamento da União (RP9).

Lira, ao defender essa forma de o legislativo emendar o orçamento da União, buscou realizar uma operação de ressignificação semântica e definiu o “orçamento secreto” como municipalista.

Entender os significados políticos e eleitorais de alocações orçamentárias de verbas federais aos municípios é tarefa complexa. O Brasil, em 2010, tinha 5.565 municípios. É uma realidade muito diversa, num território de dimensões continentais extremamente desigual. Observemos o Quadro 1, que mostra os 5.565 municípios agrupados por porte populacional.

Tabela 2 - Municípios brasileiros por porte populacional (2010).

Distribuição dos municípios	Porte populacional
Cidades brasileiras= 5.565 municípios	189.798.423 (s/DF)
Porte Pequeno I (até 20 mil habitantes) -3 .915 1municípios -70%	32.651.969-17,%
Porte Pequeno II (+ 20 a 50 mil habitantes) -1.043 -municípios -19%	31.735.460-16,%
Porte Médio (+50 a 100 mil habitantes)-324 - municípios-6%	22.296.466-12%
Grande Porte (+ 100 a 900 mil habitantes) -266- municípios -5%	63.307.418-33%
Metrópole (+900 mil habitantes)-17 municípios-0,3%	41.184.295-22%
Distrito Federal, 2.609.997 habitantes - Total de habitantes no Brasil em 2010, 192.382.739 habitantes.	

Fonte: Elaborado por Aldaíza Sposati,³⁰ com base nos Resultados do Censo de 2010.

O significado eleitoral de emendas parlamentares destinadas aos municípios é, provavelmente, muito diferente se comparamos uma metrópole a um município de pequeno porte. Cerca de 45% da população brasileira residia, em 2010, em municípios

Disponível em: <<https://sites.tcu.gov.br/contas-do-presidente/09-emendas-de-relator-geral.html>> Acesso em: 17 de fev. de 2023.

³⁰ SPOSATI, Aldaíza. Sistema único: modo federativo ou subordinativo na gestão do SUAS. *Revista Katálysis*, v. 18, n. Rev. katálysis, 2015 18(1), jan. 2015, p. 52.

com menos de 100 mil habitantes. Qual o impacto eleitoral de uma emenda parlamentar em um município de pequeno ou médio porte? É difícil de mensurar. Alguns pesquisadores medem o impacto das emendas parlamentares no processo eleitoral.³¹ O que podemos afirmar, com boa dose convicção, é que na Nova República um dos aspectos centrais da relação entre municípios e poder central está na alocação de recursos orçamentários. Tanto o escândalo dos Anões do Orçamento (1993-1994)³² e o Orçamento Secreto (2020-2022) tiveram, como um de seus eixos estruturantes, a conexão entre prefeitos e o Congresso Nacional na luta por um pedaço do orçamento federal.

Considerações finais

Neste texto, nosso objetivo era analisar, em perspectiva histórica, a relação entre poder central e municípios com foco no Segundo Reinado, na Primeira República e na Nova República. Como norte de nossa reflexão, recorremos a três obras, a de Graham, Leal e Bezerra. Cada autor sugere um *modus operandi* da política nacional no que diz respeito à nossa temática de interesse: a relação entre poder central e municípios (no caso de Leal, como já observamos, o foco está mais no poder estadual que no central).

Ao longo do texto, mostramos a diferença entre o *modus operandi* sugerido por Graham e Leal em comparação ao sugerido

³¹ BAIÃO, A. L.; COUTO, C. G.. A eficácia do pork barrel: a importância de emendas orçamentárias e prefeitos aliados na eleição de deputados. *Opinião Pública*, v. 23, 23(3), set. 2017; PEREIRA, Fábio Springer de Freitas. *Incentivos na alocação de emendas parlamentares obrigatórias ao orçamento*. Dissertação (mestrado) — Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, 2022

³² Recomendamos, à título introdutório, o documentário produzido pela TV Cultura em 1993 *CPI do Orçamento*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IVN-Gs0hHUCw&t=956s>>. Acesso em 17 de fev. de 2023. Para um aprofundamento do assunto, recomendamos: LARANJA, Anselmo Laghi. *Negócios públicos, riquezas privadas: o escândalo dos “Anões do Orçamento” (1993-1994)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

por Bezerra. Para Graham e Leal, a distribuição de cargos às lideranças municipais ocupa lugar central. Já na etnografia de Bezerra, o orçamento federal é o aspecto principal.

A importância de estabelecer essas diferenciações e analisar a relação entre poder central (e estadual) com os municípios em perspectiva histórica não é apenas acadêmica. Extrapola os muros do debate acadêmico. Termos como “coronelismo” e “clientelismo” são muito comuns no debate público e político. É parte de nossa memória afetiva coletiva entender nossas mazelas como tendo origem numa suposta (ou real?) essência coronelista. Por isso, olhar em perspectiva histórica pode ser útil, para diferenciar o que ainda temos de coronelismo e o que já superamos. Maria Isaura Pereira de Queiroz fazia, grosso modo, essa pergunta na década de 1970: o que ainda sobrou do coronelismo no Brasil?³³ Essa parece ser uma dúvida que muitos ainda têm em 2023.

³³ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O Coronelismo numa interpretação sociológica”. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

O ANTICLERICALISMO POLÍTICO NO BRASIL OITOCENTISTA:

do combate a confessionalidade à laicidade estatal



Introdução

Em sete de janeiro de 1890, cerca de dois meses após a implantação da República no Brasil, o Governo Provisório torna público o Decreto 119-A. Este documento, redigido por Rui Barbosa, foi a medida inicial que estabeleceu a separação entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, colocando termo ao secular padroado régio². Posteriormente, o conteúdo desse decreto foi incorporado na Cons-

¹ Doutor em Altos Estudos em História pela Universidade de Coimbra (Portugal). Possui Mestrado em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2008), especialização (2007) e graduação em história pela mesma instituição (2008). Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará, onde atua na Faculdade de História da Amazônia Tocantina no Campus de Cametá. Investigador associado do Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Atualmente atua como Analista Técnico de Políticas Sociais no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC).

² Guilherme Pereira das Neves. A religião do Império e a Igreja. In: Keila Grinberg e Ricardo Sales (orgs.). *O Brasil Imperial* - Vol. I (1808–1831). RJ: Civilização Brasileira, 2009; Thales Azevedo. *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978; Riolando Azzi. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992.

tituição de 1891³, originando uma *república laica* ou, como afirma o historiador português Fernando Catroga, quase laica⁴.

A constituição legal de um Estado laicizado no Brasil foi o corolário da militância ideológica, intensificada a partir de 1870, de políticos e/ou intelectuais “ilustrados”⁵. Com efeito, durante décadas os anticlericais, em especial os parlamentares, defenderam incessantemente a secularização externa da sociedade e interna das consciências⁶. Fazendo uso do desenvolvimento dos novos espaços públicos criados pela Modernidade - como o Parlamento, a imprensa periódica e a liberdade de publicação e circulação de livros - divulgaram amplamente suas concepções sobre a liberdade de consciência, liberdade de culto e a separação entre o Estado e a Igreja⁷.

Importa ressaltar que a mola mestra que moveu decisivamente o processo de laicização do Estado foi o anticlericalismo, ideologia agenciada por indivíduos que combatiam as pretensões dominadoras - reais ou alegadas - do clero sobre a sociedade e a política⁸. O historiador francês René Rémond, no afã de relevar essa ideologia, afirma que o anticlericalismo deve ser considerado como um componente essencial no repertório e na cultura política história política do século XIX, tanto na Europa quanto no Bra-

³ Ivo Pereira da Silva. *Secularização, ainda que tardia: Catolicismo, Protestantismo e Laicização da República no Pará, 1889-1891*. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Pará, 2001, pp. 16-17.

⁴ CATROGA, Fernando. A “quase laicidade” dos países católicos do sul da Europa. *In: _____*. *Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2006, pp. 351-386.

⁵ Miguel Baptista Pereira. Iluminismo e Secularização. *Revista de História das Ideias*. Vol. 4 - Tomo II, 1982, pp. 439-500.

⁶ A *secularização* externa pode ser identificada como a defesa da separação do Estado da Igreja, ensino laico, etc; por sua vez, a *secularização interna* visava romper com ideias e atitudes religiosas interiorizadas há séculos e inocular novos comportamentos que traduzissem uma visão laica do mundo e da vida. Cf.: Owen Chadwick. *The Secularization of the European Mind in the Nineteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

⁷ Jürgen Habermas. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁸ John B. Thompson. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009, pp. 75 e 79.

sil⁹. Esse artigo pretende ressaltar esse “componente essencial” na realidade política brasileira do oitocentos.

Há, por conseguinte, uma relevância política e historiográfica sobre o tema. Mas há também uma importância para o tempo presente, em razão dos intensos debates sobre o lugar da religião na esfera pública. A antropóloga Paula Montero, analisando a questão a partir da obra de Jünger Habermas, afirma que esse filósofo “reconhece que as religiões podem introduzir seus argumentos no debate público e ganhar adesão legítima a suas proposições. [...] Do ponto de vista do sistema político, o que importa para Habermas são as afirmações e as questões que conseguem motivar cognitivamente as decisões e ganhar visibilidade no fluxo impessoal da comunicação pública” (grifo da autora)¹⁰. Como é perceptível, para o individualismo axiomático dos anticlericais do século XIX, a religião deveria ser matéria do foro íntimo e iria desaparecer com o avanço da ciência e do progresso, prognóstico hoje muito contestado. Por isso, acreditamos que, sem se cair no anacronismo, a reflexão sobre a experiência do passado pode ajudar a repensar os dilemas do tempo presente¹¹.

Mas, afinal, o que é anticlericalismo? Quais as incidências do anticlericalismo no Parlamento brasileiro, no século XIX? Como se deu o advento do Estado laico na República brasileira? Essas são algumas das questões que este artigo pretende responder.

Antes, convém consignar que, o estudo das incidências do anticlericalismo durante a segunda metade do século XIX não deve ser feito sem a prévia compreensão de que o fenômeno possui elementos comuns aos países católicos da Europa e das Américas (sul e

⁹ RÉMOND, René. *L'Anticlericalisme en France de 1815 à nos jours*. Paris: Fayard, 1976.

¹⁰ Paula Montero. Jürgen Habermas: religião, Diversidade Cultural e Publicidade. *Novos Estudos*, São Paulo, nº 84, pp. 199-212, julho 2009, p. 211. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n84/n84a11.pdf>. Acesso em 08 de julho de 2014.

¹¹ Donizete Rodrigues. *Em nome de Deus*. A Religião na Sociedade Contemporânea. Porto: Edições Afrontamento, 2004; Cesar Alberto Ranquetat Junior. O acordo entre o Governo Brasileiro e a Santa Sé e a Lei Geral das Religiões. *Debates do NER*, Rio Grande do Sul, nº 18, pp. 173-192, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/17640>. Acesso em 08 de julho de 2014.

norte), merecendo destaque a influência do Iluminismo e da Revolução Francesa e o contraste entre os Estados nacionais em construção e a Igreja de Roma¹². Em decorrência dos embates entre clericais e anticlericais, essa instituição foi vista, pelas forças reformistas e revolucionárias, como um dos sustentáculos do Antigo Regime e da ordem colonial, razão pela qual muitos dos “herdeiros da revolução” entendiam que não possível “preservar e consolidar as conquistas de 1789 sem desarmar a Igreja”¹³. Por isso, a construção dos processos de modernidade política¹⁴ – isto é, liberdade de consciência e de expressão, laicidade do Estado, soberania nacional frente ao poder supranacional de Roma, responsabilidade do Estado em matéria de formação moral e cívica do indivíduo etc –, nos países de hegemonia católica, foi acompanhada pela emergência daquilo a que no século XIX se chamará, mesmo em suas expressões menos extremas, “questão religiosa”¹⁵, ou *culture wars*, como propõem Christopher Clark e Wolfram Kaiser¹⁶. Tudo isso nos autoriza a sustentar que os conflitos com a Igreja Católica envolvendo Estados nacionais da Europa e os da futuramente chamada América Latina¹⁷, não obstan-

¹² Cf.: AYER. Madrid: Asociación de Historia Contemporánea, v. 27, 1997. El anticlericalismo. Edição de Rafael Cruz Martínez; DI STEFANO, Roberto (org.). *Pasiones anticlericales: uno recorrido iberoamericano*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2013; SOLIS, Yves; SAVARINO, Franco (org.). *El anticlericalismo en Europa y América Latina: una visión transatlántica*. Ciudad de México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2011.

¹³ VOLVELLE, Michel. *A Revolução Francesa contra a Igreja: da razão ao ser supremo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

¹⁴ Sobre o conceito de *modernidade*, cf.: KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: o que é o Iluminismo”. In: KANT, Immanuel. *Da paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2009; CATROGA, Fernando. *Entre deuses e césares*. Secularização, Laicidade e Religião Civil. Uma perspectiva histórica. Coimbra: Almedina, 2006, pp. 286-287; BERGER, Peter. *Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 48.

¹⁵ RÉMOND, René. *Introdução à história do nosso tempo*. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2011. p. 249.

¹⁶ CLARK, Christopher; KAISER, Wolfram. *Culture wars: secular-Catholic conflict in nineteenth-century Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

¹⁷ BRUIT, Hector H. A invenção da América Latina. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas, 5., 2002, Belo Horizonte. *Anais* [...]. São Paulo: ANPHLAC, 2002. p. 1-12. Disponível em: <https://bit.ly/3iTkQWo>. Acesso em: 14 jul. 2015.

te a especificidade de cada processo, foram comuns a esta geografia político-religiosa. E o Brasil não foi exceção¹⁸.

“Os irmãos siameses”: anticlericalismo e clericalismo

Sobre a origem destes conceitos, René Rémond escreve que “o aparecimento na linguagem política dos vocábulos clerical e anticlerical, clericalismo e anticlericalismo, é quase concomitante: opera-se entre os anos 1850-1870”¹⁹. Por sua vez, Fernando Catroga afirma que o “termo ‘clericalismo’, ao que parece, precedeu o de ‘anticlericalismo’”. Entretanto, “ambos funcionavam como irmãos siameses”, pois o primeiro teve necessariamente de gerar o segundo”²⁰. No Brasil, a partir da década de 1870, os termos “clericalismo” e “clericalização” foram amplamente utilizados no parlamento imperial. Por conseguinte – tanto na experiência francesa, portuguesa e brasileira –, é razoável aceitar como recente a adjetivação e substantivação de, respectivamente, “anticlerical” e “anticlericalismo”, embora como prática social sejam realidades muito mais antigas: na Europa remontam à Idade Média e no Brasil ao período colonial.

Em razão de “anticlericalismo” ser um conceito polissêmico²¹, cabe aqui consignar algumas de suas acepções, em particular a de sua definição como *anticlericalismo popular* (muito mais antigo) e *político* (que se desenvolveu na viragem do século XVIII para o

¹⁸ Cf. OLIVEIRA, Anderson José Machado de; RODRIGUES, Cláudia. El anticlericalismo en el Brasil. In: DI STEFANO, Roberto (org.). *Pasiones anticlericales: un recorrido iberoamericano*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2013. p. 191-244.

¹⁹ RÉMOND, René. *L'Anticlericalisme en France*, p. 9-10.

²⁰ CATROGA. *Entre deuses e césores*. p. 305.

²¹ Sobre as várias acepções do lexema “anticlericalismo”, além das obras já citadas, cf. também: CATROGA, *Entre deuses e césores*.; ABREU, Luís Machado de; MIRANDA, António José Ribeiro (org.). *O anticlericalismo português: história e discurso: actas do colóquio*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002; ABREU, Luís Machado de. *Ensaio anticlericais*. Lisboa: Roma Editora, 2004; LALOUETTE, Jacqueline. *La république anticléricale, XIXe-XXe siècles*. Paris: Seuil, 2002.

XIX). O primeiro é mais difuso e manifesta-se em atitudes nascidas no seio do próprio cristianismo, sendo por isso um fenômeno interno, expresso normalmente na rejeição de certos dogmas, na oposição ao abuso de poder do clero e a seus comportamentos morais. Este tipo de anticlericalismo recebeu forte impulso com os novos regulamentos emanados do Concílio de Trento (1545-1563), que deram força ao celibato clerical e à confissão auricular, práticas que causavam receio, sobretudo aos homens²². No fundo, ele manifestava as dificuldades que a prática do cristianismo ocidental com nuances pagãs sentia em face da cultura letrada e eclesial do clero, mesmo que não colocasse em causa a Igreja, e muito menos a religião.

No contexto da progressiva secularização do Estado, o anticlericalismo político indicia um conflito secularizador mais profundo, pois foi teorizado por elites ilustradas que, “com a sua inserção em ideologias culturalmente mais inovadoras e politicamente mais avançadas”, recebeu “novos impulsos e enquadramentos teóricos”. Seja como for, nos seus primórdios iluministas e liberais, seu conflito com a Igreja também não punha em causa a verdade do cristianismo como religião revelada, nem a sua validade como fonte última da ética e da moral, nem ainda sua vivência ritualística e seu crucial papel na reprodução dos elos de sociabilidade²³. No entanto, a radicalização da questão religiosa na segunda metade do século XIX em países católicos, interligada com questões políticas (monarquia ou república) e sociais (socialismo, anarquismo), e também com a crescente atração pelas filosofias racionalistas e críticas, fizeram que, ao anticlericalismo político de tendência liberal e, em última análise, católico, viesse se juntar um “anticlericalismo livre-pensador, de base não só agnóstica, mas também atea”²⁴.

²² RIEGELHAUPT, Joyce Firstenberg. O significado religioso do anticlericalismo popular. *Análise Social*, Lisboa, v. 18, n. 72-74, p. 1213-1230, 1982.

²³ CATROGA, *Entre deuses e césores*, p. 10.

²⁴ CATROGA, *Entre deuses e césores*, p. 11. Cf. também FERREIRA, António Matos. Anticlericalismo. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. v. A-C. p. 80.

O anticlericalismo também poderá ser melhor apreendido se o trabalho historiográfico recorrer a uma ideia clara do sentido que o investigador atribui ao conceito de clericalismo. E, neste campo, teremos sempre em mente a definição oferecida por um dos principais doutrinadores franceses do livre-pensamento: o clericalismo é “la prétention d’une minorité à dominer la majorité au nom d’une religion”²⁵. E terá sido este entendimento o que ganhou mais luz e força com a célebre afirmação feita em 1872 pelo grande líder republicano francês Léon Gambetta (1838-1882): “le cléricalisme, voilà l’ennemi”²⁶. Por sua vez, tal definição não pode ser confundida com divisas mais radicais e ateias, como o lema de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865): “ni Dieu, ni prêtres”, que surge no contexto em que a questão religiosa tendia a fundir-se com a questão social.

René Rémond também postula que o “l’anticlericalisme est plus que une idéologie négative”²⁷. Esse movimento contém em si uma ideologia positiva, constituindo um campo fértil de proposições, sobretudo daquelas voltadas para a ação política, particularmente em defesa de um ideal de Estado livre de intervenções clericais, tendo como bandeira de luta a defesa do Estado secularizado, com todos os seus componentes: livre consciência, liberdade de culto, separação entre o temporal e o espiritual, registro civil, casamento civil, ensino laico, secularização de todas as esferas públicas etc. Em função dessa compreensão do anticlericalismo como proponente de uma nova cosmovisão (mundividência), Fernando Catroga sustenta que essa ideologia é um *fenômeno totalizante*, isto é, uma visão de mundo que se

²⁵ BUISSON, Ferdinand apud CATROGA, Fernando. *Entre deuses e césoares: secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2006. p. 303. A trajetória de Ferdinand Buisson, segundo Jacqueline Lalouette, sublinha uma aliança ideológica entre um deísmo vago, certo “sentimento religioso” e uma fé secular. LALOUETTE, op. cit., 2002.

²⁶ LALOUETTE, Jacqueline. El anticlericalismo en Francia, 1877-1914. *Ayer*, Madrid, n. 27, p. 15-38, 1997. p. 16.

²⁷ RÉMOND, René. *L’Anticlericalisme en France*, p. 4.

propõe a explicar todas as dimensões da realidade humana (sociedade, economia, religião, etc)²⁸.

Perceber como os anticlericais se autorrepresentaram é outro aspecto importante do fenômeno. René Rémond chama a atenção para o fato de que eles “ne se désignent pas spontanément ainsi: ils s'appelleront libres penseurs, racionalistes, ils se diront attachés à l'indépendance de la société civile, partisans de la séparation des Églises et de l'État, hostiles à l'ingérence du clergé dans la vie privée ou les activités collectives; anticléricaux, rarement”²⁹. Enfim, não apenas a dimensão negativa de “anti” define os anticlericais, mas também o conjunto de proposições positivas.

Portanto, o clericalismo é aqui entendido como o conjunto de intervenções do clero na vida política, tradição histórica que – em fins do século XVIII e por todo o seguinte –, passou a ser considerada inadequada aos novos tempos. Por sua vez, o anticlericalismo é a ideologia que enfrentará essa ingerência do clero nas diversas esferas da vida pública e no Estado. A dimensão combativa dos anticlericais, assim como suas propostas de transformação nas relações entre os Estados e a Igreja de Roma, é claramente identificável em diversos espaços ao longo do século XIX. Na realidade brasileira é possível perceber, a partir das décadas de 1860 e 1870, a intensificação da militância anticlerical, sobretudo no Parlamento Imperial brasileiro.

²⁸ CATROGA, Fernando. Entre deuses e césores; FERREIRA, António Matos. Anticlericalismo. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*.

²⁹ RÉMOND, René. *L'Anticlericalisme en France*, p. 8. “não se denominam espontaneamente como tal: chamarão a si mesmos como livres pensadores, racionalistas, dirão que são apegados à independência da sociedade civil, partidários da separação entre Igreja e Estado, hostis à ingerência do clero na vida privada ou atividades coletivas; anticlericais, raramente” (em livre tradução).

O anticlericalismo no Parlamento brasileiro: sintonizado com o “mundo”

Entre os séculos XVIII e XIX, as mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais contribuíram para intensificar o processo de secularização na Europa e no continente americano³⁰, tendo como resultado maior autonomização do indivíduo e da sociedade em relação à Igreja, embora com especificidades e ritmos diferentes. Com efeito, essa nova realidade – que adquiriu feições concretas com as diversas revoluções políticas e sociais, com a revolução industrial, com o crescimento das cidades e das culturas urbanas etc. –, produziu transformações na percepção do mundo e no sentido da vida e do viver em comum. As novas ideias tomaram corpo em conflitos concretos. Materializa-se uma nova conjuntura política e social que tinha como propósito romper as amarras do Antigo Regime, e foi com esse objetivo que eclodiram diversas revoluções nos séculos XVIII e XIX, destacando-se a Revolução Francesa, ou melhor, “as revoluções modernas em França” (1789, 1848, 1871)³¹.

Ora, a Igreja Católica tinha interesses associados ao Antigo Regime e ao mundo colonial, o que a fez legitimar sua ordem sacro-natural subjacente³², gerando a oposição das forças “progressistas” da sociedade moderna.

Na década de 1860 e sobretudo na de 1870, ocorreu no Brasil Imperial – assim como em outros países católicos da Europa

³⁰ Fernando Catroga escreve que a secularização percorreu “um longo caminho”: desenvolvendo-se desde a Alta Idade Média, desaguou na modernidade, “provocando a progressiva autonomia da razão humana, da natureza e da liberdade, exemplarmente expressa na crítica kantiana à especulação metafísica, na redução da natureza ao reino da fenomenalidade físico-matemática e na incondicional relevância da acção humana na construção do seu próprio destino”. CATROGA, Fernando. *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal: 1865-1911*. 1988. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Departamento de História da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1988. 2 v. p. 21.

³¹ CATROGA, Fernando. *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal*, p. 76.

³² A preservação do status quo político do Antigo Regime equivalia à preservação dos interesses materiais da Igreja. No caso do mundo colonial, a posse de enorme quantidade de terras, casas e escravos por todo o território “nacional”.

e das Américas – um assomo ultramontano³³, com a ascensão de vários padres “romanizadores” ao episcopado, curiosamente indicados pelo próprio imperador³⁴. Ora, essa nova realidade criou nos espíritos mais livres a sensação de que se assistia a uma “invasão ultramontana”. Sensação que foi se transformando em convicção ao longo da campanha contra o mundo moderno durante o papado de Pio IX.

Não cairíamos em grande erro se afirmássemos que o papa que melhor encarnou o enfrentamento da Igreja Católica contra o mundo moderno foi Pio IX (1792-1878). O seu longo pontificado (1846-1878) provocou grandes controvérsias nas relações da Igreja com diversos Estados europeus.

Pois bem, esse revigoramento dos partidários dos interesses da Santa Sé na Europa e no Brasil desencadeará importantes desentendimentos entre a Igreja e o Estado. No Brasil, a culminância das tensões eclodiram na “questão dos bispos” (1872-1875) – episódio fulcral da longa questão religiosa brasileira. Esse conflito – em que a desobediência à Constituição e às leis do país foi considerada reflexo da obediência a uma instância de poder maior, o Papa, agora portador da infalibilidade *ex cathedra* – teve como desfecho a prisão de dois bispos e, após um ano, a anistia concedida por D. Pedro II. Desde então, as relações entre os dois poderes ficaram sob o signo da suspeição.

³³ O *ultramontanismo* pode ser definido como certo tipo de pensamento, existente desde pelo menos o século XVI, defendido por católicos que buscavam a liderança de Roma (na perspectiva francesa “do outro lado da montanha”), ou que “defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos”. No século XIX é possível afirmar que o ultramontanismo colocou-se não apenas numa posição a favor de uma maior concentração do poder eclesástico nas mãos do papado, mas também contra “uma série de coisas que eram consideradas erradas e perigosas para a Igreja” expressas com clareza na bula *Quanta Cura* e no *Syllabus*. Neste artigo, o clericalismo confunde-se com o *ultramontanismo*, ao mesmo tempo que o *antiultramontanismo* é uma expressão do *anticlericalismo*. Cf.: Ítalo Domingos Santirocchi. *Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. Fino Traço: Belo Horizonte, 2015, p. 63; David Gueiros Vieira. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, p. 32.

³⁴ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência*, pp. 104-105.

As mudanças conjunturais que ocorreram na política imperial nas décadas de 1860 e 1870 também contribuíram de forma significativa para intensificar os conflitos entre anticlericais e ultramontanos. Com efeito, o meio político-partidário no Brasil estava passando por uma inflexão desde 1868, quando ocorreu uma forte dissensão entre os conservadores e liberais, com intensas repercussões parlamentares, culminando no surgimento de tendências partidárias radicais/reformistas que, a curto prazo, formaram agremiações políticas questionadoras do status quo hegemônico. Referimo-nos ao movimento republicano, que foi paulatinamente se fortalecendo e se consolidando em partidos provinciais. Movimento que, entre outras bandeiras, passou a defender a separação entre o Estado e a Igreja Católica.

Por conseguinte, o *incremento do ultramontanismo* fora e dentro do Parlamento associado ao surgimento e fortalecimento do *radicalismo político* – liberal e republicano – contribuiu para intensificar as tensões entre o clero, a maçonaria e os “radicais”, o resultado foi o maior choque entre o Estado e a Igreja – a chamada questão dos bispos – fazendo com que os “radicais” intensificassem a luta pela implementação da agenda anticlerical. Portanto, a questão dos bispos entroncando-se com o radicalismo político agudizou as tensões e os conflitos entre a Igreja Católica Romana e o Estado Imperial no Segundo Reinado, fazendo emergir uma agenda anticlerical bastante progressiva para a época. Passaram a defender uma agenda reformista, tais como: separação entre a Igreja e o Estado, casamento civil, registro civil, secularização dos cemitérios, ensino leigo, forte controle e restrições diversas as ordens religiosas, igualdade política entre católicos e acatólicos.

Mesmo entre os que não abraçaram o republicanismo num primeiro momento, é possível encontrar, já na década de 1870, posições anticlericais bem radicais – nomeadamente a dos deputados Silveira Martins, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, en-

tre outros que, embora não contestassem o sistema monárquico, questionavam algumas das suas instituições, entre elas o catolicismo romano como religião oficial.

Esse movimento anticlerical – republicano e liberal – elegerá a separação entre a Igreja e o Estado como medida prioritária. Era preciso desatar o nó que enlaçava as duas instituições. E a urgência impunha-se não só para pôr fim aos potenciais conflitos, mas devido à necessidade que o país tinha de recrutar imigrantes num contexto de crise do sistema escravocrata, tarefa dificultada, pelo menos em relação à imigração de não católicos, pelas limitações de direitos civis (como a do acesso ao funcionalismo público) impostas pelos que não perfilhavam a religião de Estado.

Por conseguinte, a conjuntura político-religiosa das primeiras duas décadas do Segundo Reinado foi determinante para os contornos futuros do anticlericalismo no parlamento imperial. Em outros termos, a eclosão da questão dos bispos, ao lado do novo radicalismo anticlerical no meio político (republicano e liberal), associada com a necessidade de imigrantes, agudizou as tensões entre a Igreja Católica romana e o Estado imperial, fazendo irromper um conjunto de reivindicações bastante progressistas para a época. A par do antijesuitismo, do anticongreganismo e do anticlericalismo liberal, ganhou força a luta pela separação da Igreja e do Estado. Ora, se esse objetivo era crucial para respeitar uma ideia mais plena de liberdade religiosa pleiteada pelos acatólicos³⁵, não deixa de ser relevante que os avanços concretos tivessem dado prioridade ao registro civil, ao casamento civil e à secularização dos cemitérios, e não tanto, como ocorreu em França e viria a acontecer em Portugal, ao ensino leigo.

Ora, se a agenda anticlerical era frontalmente contra a ultramontana, também era diferente e, em muitos pontos, antagônica

³⁵ VIEIRA, David Gueiros. O problema do direito civil do imigrante e a queda do gabinete de Olinda, 1866. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, v. 11, n. 44, p. 153-160, 1974.

ao legado regalista³⁶, como as consignas que estiveram em alternativa bem revelam: “Igreja livre no Estado livre”, “Igrejas livres no Estado livre” (que acabou por vencer) e “Igrejas livres no Estado indiferente ou neutro”.

Com efeito, tanto a questão dos bispos quanto a militância anticlerical parlamentar contribuíram para uma certa dessacralização do poder monárquico na década final do Império. Situação que deu azo ao movimento republicano, que – imbuído de certo ecletismo de fundo positivista, ou de um positivismo religioso – encontrou, nos meios intelectuais e militares, uma massa crítica suficiente para liderar, nos núcleos urbanos, algo que não foi propriamente uma revolução, mas um golpe de Estado, de onde saiu a implantação da República em 1889.

Esse foi o pano de fundo com que os republicanos tiveram de lidar uma vez chegados ao poder. E, se estes deram a primazia à institucionalização e constitucionalização do novo regime, é nossa intenção aqui mencionar o cordão umbilical que conectou este processo com o da solução da questão religiosa, pois a separação

³⁶ Durante todo o período Imperial brasileiro, os defensores de uma concepção regalista do Estado foram tenazmente confrontados por parlamentares que esboçavam e defendiam uma visão de maior protagonismo de Roma nas decisões do episcopado brasileiro. O confronto regalismo/padroado *versus* ultramontanismo foi estruturante no período abrangido por esta tese. O *regalismo* praticado no Brasil Império foi uma herança da monarquia portuguesa. Como teoria e como prática política, ele serviu para fortalecer o poder régio, definindo a jurisdição do Estado e os limites do poder eclesiástico. O período áureo, com diversas consequências para Portugal e sua colônia na América, do controle da Coroa sobre a Igreja ocorreu sob o reinado de D. José I (1750-1777), sobretudo com a consolidação do poder do primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1781), depois Marquês de Pombal. A tradição regalista passa do Antigo Regime para o liberalismo. O Brasil do século XIX foi herdeiro desse modelo de regalismo. Cf.: Zília Osório de Castro. Antecedentes do regalismo pombalino: O Padre José Clemente. In: *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Vol. VI. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 323; ver também: Zília Osório de Castro. O regalismo em Portugal. António Pereira de Figueiredo. In: *Cultura. História e Filosofia*, vol. VI, 1987, pp. 357-411.; Luís de Oliveira Ramos. “Regalismo”. In: *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, pp. 96-99.; Brasil Gérson. O Regalismo Brasileiro. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL/MEC, 1978, p. 15.; Guilherme Pereira das Neves. “Padroado”. In: *Dicionário do Brasil Colonial*, pp. 465-466.; Ítalo Domingos Santirocchi. *Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. Fino Traço: Belo Horizonte, 2015, p. 63.; Fernando Catroga. *Entre deuses e césares*, p. 46.

entre as Igrejas e o Estado foi decretada menos de dois meses após o advento da República – por meio do Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890 – e, na sequência, surgiram diversas leis secularizadoras, tais como a do casamento e do registro civil, da secularização dos cemitérios, do ensino leigo na capital etc. Naturalmente, tais medidas suscitaram apoio e oposição, tensão rica de significado político e cultural.

Com efeito, na agenda anticlerical brasileira – diferente da francesa e também da portuguesa, onde a questão do ensino laico foi prioritário – o “carro chefe” era questão tese da separabilidade e o problema casamento civil, sobretudo em função dos direitos civis dos imigrantes acatólicos. O resultado foi que, com a implantação da República, os anticlericais republicanos e liberais radicais, envia-daram esforços, sem grandes resistências para colocar em prática a agenda anticlerical. O regime republicano, seja por meio dos decretos do Governo Provisório, seja por meio da Constituição de 1891, profundamente influenciado pelo modelo de separabilidade entre o Estado e a Igreja dos Estados Unidos, acabou estabelecendo um Estado de cariz laico.

Considerações finais

Como pôde ser constatado, foi em meados do século XIX que o clericalismo, agora na forma de ultramontanismo, ganhou maior relevância no Brasil e em alguns Estados europeus. Nesse contexto, por meio da encíclica *Quanta cura* e do *Syllabus*, o romanismo elencou uma série de inimigos modernos que deveriam a todo custo ser combatidos. Foi o período da ascensão ultramontana.

As ações de Pio IX resultaram na circulação transatlântica de ideias anticlericais. Apesar de não identificarmos uma sistemática articulação entre os anticlericais das duas margens do Atlântico, a realidade foi que, na segunda metade do Oitocentos, as experiências

conflituosas europeias, envolvendo os opositores dos ultramontanos, eram bem conhecidas no Parlamento imperial brasileiro.

A visão panorâmica aqui apresentada nos permite constatar que a experiência do anticlericalismo brasileiro, quando comparada com alguns casos europeus, alcançou certo pioneirismo em relação à separação entre o Estado e a Igreja de Roma. Antecedeu em quinze anos ao clássico modelo da *laïcité* francesa e em 21 anos a lei de separação portuguesa, sem mencionar a proeminência em relação a alguns Estados latino-americanos³⁷.

Concordamos que os Estados Unidos foram o modelo para muitas das decisões que o governo republicano brasileiro adotou, incluindo o relacionamento entre o Estado e a Igreja. No entanto, deve-se lembrar que a *separação à americana* implicou uma emenda constitucional (1791) e que ela ocorreu num clima de relativo consenso entre as igrejas dominantes (boa parte delas de tradição calvinista) e um novo poder político que, em simultâneo, fundava uma nação. Por outras palavras, nos EUA foram as igrejas protestantes, criadas por imigrantes que haviam vivenciado a experiência das guerras religiosas na Europa, que desejaram a separação. Ora, nos países católicos, o processo foi diferente, porque a separação ocorreu em Estados-nação já implantados e deu-se em confronto com a hegemonia de uma estrutura eclesiástica pouco atenta aos proces-

³⁷ Quando comparado com alguns países da América Latina (entre eles pode-se citar Argentina, Bolívia e Costa Rica), com Portugal e, fundamentalmente, com a França, modelo paradigmático de luta pela laicidade do Estado, o Brasil ocupa certa posição de vanguarda na separação do Estado da Igreja Católica. Importa mencionar que Colômbia, México, Guatemala e Honduras implantaram o regime de separação entre Igreja e Estado respectivamente em 1853, 1859, 1879 e 1880. Ari Pedro Oro e Marcela Ureta analisaram a constituição de vinte países na América Latina, privilegiando aqueles que foram fruto de uma colonização ibérica. Acerca das relações entre Estado e Igreja hoje, os autores afirmam que existem três distintos posicionamentos: aqueles que adotam o *regime de Igreja de Estado* (Argentina, Bolívia e Costa Rica); os que adotam o *regime de separação Igreja e Estado*, com dispositivos particulares em relação à Igreja Católica (Guatemala, El Salvador, Panamá, República Dominicana, Peru e Paraguai); e, enfim, aqueles que mantêm um *regime de separação Estado-Igreja* com a consequente igualdade de cultos (México, Haiti, Honduras, Nicarágua, Cuba, Colômbia, Venezuela, Equador, Brasil, Chile e Uruguai), evidenciando os diversos posicionamentos até a atualidade. Cf. ORO, Ari Pedro; URETA, Marcela. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 281-310, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3o52OfE>. Acesso em: 6 jan. 2017.

sos de nacionalização e de modernidade. Por isso, a separabilidade emergiu, regra geral, em contexto de confronto entre duas atitudes estruturais, designadas a partir de meados do século XIX por *clericalismo* e *anticlericalismo*, realidade quase inexistente na cultura política e ideológica dos países de maioria protestante.

Daqui inferimos outra conclusão: reduzir a compreensão da separabilidade à comparação *exclusiva* com o seu modelo americano será reduzir o processo à letra da Lei de Separação³⁸. Portanto, o caso da *separabilidade à brasileira* deve mobilizar diversas tradições: a americana, a alemã e a franco-belga. No caso brasileiro, houve sempre uma resistência da Igreja institucionalizada à desconfessionalização do Estado, realidade que não esteve presente nos Estados Unidos.

Em suma: o fato de o “modelo” americano ter sido evocado por alguns dos parlamentares que defendiam a tese da separabilidade no Brasil, não invalida a necessidade de sustentar esta outra face da questão. Com efeito, o debate estava sendo esgrimido num país católico, onde, ao contrário do que aconteceu com as igrejas protestantes dos EUA, a Igreja oficial resistia a tudo o que pudessem alterar sua condição ou soasse à secularização da sociedade e do Estado. Concomitantemente, as personalidades e movimentos que, no Brasil, a defenderam, conquanto em nome da liberdade de consciência, como os seus êmulos norte-americanos, partiam desse pano de fundo resistente, sinal de que só uma vitória política sobre essa “hostilidade”, por mais hábil e tática que fossem as suas manifestações, levaria à separação. Daí que, ao contrário do que aconteceu nos EUA, no Brasil, como em outros países católicos da América e da Europa, o debate sobre a secularização (e laicização) do Estado irrompeu umbilicalmente ligado à agenda da luta anticlerical, a qual, no entanto, teve expressões com intensidades diversas.

³⁸ Encontramos o manuscrito do Decreto 119-A na Fundação Casa Rui Barbosa. Cf. BARBOSA, Rui. *Decreto s/n, 7 de janeiro de 1890. Estabelece a plena liberdade de cultos e decreta a separação entre a Igreja e o Estado*. Setor de manuscrito. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa. 2 p.

DIDÁTICA DA HISTÓRIA, UMA CIÊNCIA DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

breve balanço historiográfico.



A Didática da História tem se mostrado uma das elaborações mais férteis no âmbito dos debates sobre ensino-aprendizagem, sobretudo por eleger o processo de aprendizagem histórica como problemática central a partir do qual emergem profundas reflexões que buscam enfatizar os vínculos incontornáveis entre a formação de um pensamento histórico orientador dos sujeitos e os pressupostos que fundamentam sua ciência de referência, ou seja, a própria história como ciência. Trata-se de uma inequívoca intenção de se criar possibilidades de superação de um modelo de didática da história há muito relegada ao âmbito da Pedagogia e outros referenciais psicológicos de aprendizagem. A Didática da História que abordaremos ao longo deste texto busca compreender os fundamentos que norteiam a produção do conhecimento especificamente histórico enquanto ciência, ao mesmo tempo em que contribui para a valorização desse saber como racionalmente concebido porque indissociável da vida prática dos sujeitos.

¹ Professor Associado da Faculdade de História do Tocantins/Cametá (FACHTO/UFPA); e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHist/UFPA).

Quais as implicações para o ensino de história quando se elege a Didática da História como ciência da aprendizagem histórica? O que significa afirmar que a aprendizagem histórica é um processo de aquisição de competências cognitivas cuja finalidade é o de aprender a pensar historicamente? Tendo em vista a natureza concisa desta coletânea e seu caráter sinóptico e introdutório, o objetivo de nossa suscinta contribuição consiste em estimular graduandos em licenciatura, especialmente em História, a aprofundar seus conhecimentos acerca de como funciona seu ofício, aqui entendido na conjunção das atividades de pesquisa, aprendizagem e ensino.

Para tanto, serão sumarizadas, à guisa de apresentação, algumas das principais ideias de autores e autoras que nas últimas décadas têm se dedicado à elaboração de reflexões sobre os pressupostos da Didática da História entendida em sua relação de interdependência com a ciência histórica e suas teorias de conhecimento². Nosso intuito será complementado ainda pela ênfase em aspectos do debate que nos possibilitam compreender alguns pressupostos da própria Didática da História, seus vínculos orgânicos à vida prática, o trabalho com ideias de história dos alunos, a dimensão narrativa da história e seu caráter público e concorrente que transcende à sua expressão historiográfica formal, bem como a importância da aquisição, no processo de aprendizagem, de competências cognitivas do pensamento histórico formadoras de uma consciência histórica orientada para os desafios surgidos das experiências individuais e coletivas no tempo.

Ao longo das últimas décadas inúmeras publicações em diferentes países subsidiaram teórica e metodologicamente a elaboração de projetos de investigação em educação histórica cujo foco principal reside na mobilização de narrativas históricas por jovens

² Dizer que a Didática da História possui um corpo teórico e epistemológico próprio enquanto “ciência da aprendizagem” não significa que estejamos defendendo que haja uma homogeneidade de pensamento quando consideramos as reflexões de variados autores e autoras que se dedicaram ao tema. Muito embora neste artigo o propósito seja o de elucidar algumas linhas convergentes, outro texto poderia ser elaborado adotando estratégia oposta.

alunos da Educação Básica com vistas a avaliação de processos cognitivos de aprendizagem, obtenção de informações e conhecimento acerca do grau de consciência histórica adquirida, bem como dos elementos que conformam tais consciências. Mais do que apenas fornecer um diagnóstico sobre o estágio de aprendizagem em História num dado momento e lugar, tais estudos tem produzido a partir do material construído no próprio processo de investigação uma série de análises que visam contribuir de modo significativo para o repensar das estratégias de aprendizagem histórica, na medida em que deixam claro a necessidade de se eleger como principal agente do processo de educação histórica os jovens estudantes, alunos e alunas em aulas de História.

Nesse percurso, cumpre assinalar que tanto a matriz de uma Didática da História pensada a partir de sua relação orgânica com pressupostos epistemológicos da História entendida como ciência, quanto a matriz disciplinar desta mesma ciência, tem sua gênese e horizonte de ancoragem na vida prática dos sujeitos. Dito de outra forma, são as carências e interesses de orientação que mobilizam um percurso formativo-disciplinar que visa responder a tais carências e interesses por meio da construção de uma interpretação orientadora da experiência no tempo³. Cabe ressaltar, que esse pressuposto interage de maneira fecunda com a perspectiva que toma como ponto de partida do processo de aprendizagem em história a transformação e complexificação das ideias de história prévias que crianças e jovens vão se apropriando no decurso de suas relações sociais e familiares e nos múltiplos contatos com diferentes meios de produção e divulgação de conteúdos de história.

A principal preocupação dos autores que se dedicam a pensar a Didática da História tem sido, portanto, a de reconhecer que já não é mais possível, sob quaisquer motivos, negligenciar sua pertinência enquanto espaço de reflexão capaz de oferecer uma adequa-

³ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

da junção entre o pensamento histórico em sua expressão acadêmica e escolar, e sua função orientadora na vida prática em geral. Dessa forma, parte-se de uma crítica à noção tradicional de didática vinculada a preceitos gerais e específicos voltados para a aquisição de técnicas de ensino, bem como da postura que confina sua relevância e função a uma mera transposição de um saber científico previamente articulado de modo a torná-lo cognitivamente acessível a um público escolar, como pressupõe as estratégias mobilizadas pela dita “transposição didática”.⁴

Assim, cada vez mais a Didática da História passa a ser reivindicada como disciplina própria, dotada de um conjunto de preocupações não desvinculados das preocupações gerais da ciência histórica, mas ao contrário, referenciada em suas problemáticas e formulações. Significa dizer que a Didática da História deixa de ser uma área exógena à ciência da história e passa a fazer parte, enquanto disciplina científica, da própria teoria da história. Muito embora a historiografia sobre o tema esteja longe de ser homogêneo, o ponto de convergência entre os diferentes autores e autoras reside no reconhecimento da dimensão do vivido e das formas de se relacionar no e com o tempo como aspecto intrínseco, tanto da elaboração da própria história ciência, da qual a escrita historiográfica é a representação resultante, quanto de uma reconstrução didática da história que vislumbre a formação de um pensamento histórico complexo.

Dessa forma, o processo de aprendizagem histórica, assim como as questões acerca do ensino de história e sua metodologia, devem ser pensados à luz das relações sociais presentes que imprimem as marcas temporais no processo de aquisição de conhecimento e, o que para nós é fundamental, estão na conformação de uma

⁴ Para uma defesa e exposição da proposta de “transposição didática”, ver: CHEVALLARD, Yves. *La transposición didáctica: Del saber sábio al saber enseñado*. Buenos Aires: Aique, 2000. Para uma revisão crítica do conceito no âmbito do ensino de história contrapondo-o à “cognição histórica situada”, ver: SCHMIDT, M. Auxiliadora. *Didática Reconstructivista da História*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

dada consciência histórica e na maneira como se atribui sentido ao passado, sua interpretação e mobilização em função do presente com vistas a construir perspectivas de futuro.

Optamos por organizar o texto em quatro seções. As três primeiras destacam as principais contribuições de Klaus Bergman, Jörn Rüsen e Peter Lee; a quarta e última seção trata da contribuição de duas autoras brasileiras, Rosi Gevaerd e Maria Auxiliadora Schmidt.⁵

Klaus Bergmann: ensino-aprendizagem na reflexão histórico-didática.

Klaus Bergmann afirma que o ensino de história lida necessariamente com o *saber histórico erudito* e o *aprendizado informal*, a história vivida, campo de experiências compartilhadas num dado momento, o que inclui todos os espaços de aprendizado, desde a família, a comunidade, grupos de convívio, mídias, e o espaço escolar⁶. Trata-se, portanto, no dizer do autor, de pensarmos para além de uma concepção tradicional de produção científica em história e sua historiografia resultantes de pesquisas realizadas no âmbito de um saber acadêmico, para ampliarmos nosso olhar em direções que abarquem todas as formas possíveis de *mediação intencional* e de representação/exposição de história que são produzidas e circulam na sociedade.

Segundo Bergman, as reflexões em Didática da História devem eleger como eixos prioritários questões de ensino-aprendizagem em sua relação com a sociedade em geral. Aqui reside a premissa de que uma das funções basilares de uma Didática da História que se propõe a cumprir um papel relevante como parte da ciência histó-

⁵ Infelizmente, por razões de adequação a esta coletânea e as estratégias de exposição que adotamos, não pudemos arrolar um número maior de autores e autoras cujos trabalhos tem se mostrado relevantes para o tema. Os mesmos, quando possível, serão citados no corpo do texto e referenciados em notas de rodapé.

⁶ BERGMAN, Klaus. A História na reflexão didática. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 19, p. 29- 42, set. 1990.

rica é a de indagar a própria história ciência acerca dos significados para a sociedade daquilo que resulta das pesquisas históricas. Ainda segundo o autor, o par ensino-aprendizagem na reflexão histórico-didática possui três tarefas complementares, cada qual expressa em conteúdos próprios: *uma tarefa empírica*, aquela expressa através dos conteúdos *realmente* transmitidos; uma *tarefa reflexiva*, que se manifesta em conteúdos que poderiam ser transmitidos; e uma *tarefa normativa*, aquelas que apontam para os conteúdos que *deveriam* ser transmitidos.

Por lidar diretamente com a realidade do ensino-aprendizagem da história num dado momento, a *tarefa empírica* está voltada para a consciência histórica em seu processo formativo nos diferentes espaços sociais de aprendizagem. Surge aqui o entrecruzamento de significados adquiridos e retidos através de uma *história vivida*, aquela cuja experiência se dá na prática cotidiana do viver, do agir e sofrer como parte constituinte dos sujeitos históricos em suas relações históricas; de uma *história transmitida*, apreendida seja por meio do resultado de uma investigação científica e/ou através de variados relatos que tomam a história como conteúdo discursivo e se expressam por variados meios; e, por fim, a *história disciplina*, a ciência histórica materializada no trabalho de historiadores.

A *tarefa reflexiva* da Didática da História pertenceria ao âmbito da própria ciência da história. Caberia, portanto, às preocupações da história ciência analisar os fatores didáticos presentes na própria constituição da operação científica da história. Aqui reside um esforço na estreita vinculação entre o pensamento epistemológico da disciplina histórica e sua orientação didática. Esse esforço busca inserir nas reflexões teóricas pertinentes ao fazer científico da história questões caras ao processo de ensino-aprendizagem pensado como parte do vivido, opondo-se, portanto, a qualquer movimento que vise distanciar a história disciplina, suas preocupações teóricas, das necessidades de orientação histórica das sociedades.

Já a *tarefa normativa*, segundo Bergmann, amplia os fundamentos da disciplina da história para além do conteúdo historiográfico e passa a abarcar toda forma de representação/exposição da história em espaços diversificados de produção de enunciados históricos em seus diferentes veículos e intencionalidades. Trata-se, segundo o autor, do conjunto de técnicas e materiais de ensino dentro e fora da escola, mas também daqueles apreendidos indiretamente como enunciados narrativos que tomam o passado como conteúdo expositivo.

Longe de significar etapas em separado, tais tarefas unem-se em uma mesma prática de investigação. Em síntese, para Bergmann, o objetivo fundamental de uma Didática da História atenta às tarefas de investigação do processo de ensino-aprendizagem, é o de investigar os significados de “história” postos em disputa num dado contexto social. Esse objetivo também é o de analisar os fatores sociais do vivido para além do âmbito da história disciplina e do espaço escolar, entendendo tais fatores como constitutivos e ao mesmo tempo objetos de reflexão em nível teórico da ciência da história.

Jörn Rüsen: Didática da História, narrativa e sua vinculação com o vivido.

O filósofo e epistemólogo alemão Jörn Rüsen parte do mesmo pressuposto defendido por Bergmann no que diz respeito à necessidade de se pensar todo o constructo científico da história disciplina em sua vinculação com o vivido⁷. É na indagação dos potenciais usos da história para a vida humana que deve residir a tarefa maior da Didática da História. Partindo de uma análise histórica da trajetória da relação da didática com a ciência da história na Alemanha desde fins do século XVIII, trajetória essa marcada por um dis-

⁷ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

tanciamento cada vez maior desde o século XIX em função de uma visão de ciência avessa a preocupações didáticas, Rüsen reivindica que a Didática da História deva fazer parte do corpo de reflexões teóricas da ciência da história enfatizando a vinculação de ambas à vida prática⁸. Isso implica em considerar que o fundamento dos estudos históricos, sua razão de ser, assim como sua função didática, residem no espaço comum do vivido, posto que ambas resultam de *carências de orientação* no presente.

A Didática da História proposta pelo autor atenta para as funções do conhecimento e da explicação histórica para a vida prática. Em suma, é como campo de investigação do aprendizado histórico que a Didática da História se afirma como parte da teoria da história em sua correlação com a vida dos sujeitos. Didática da História é, para Rüsen, a ciência da aprendizagem histórica, uma ciência preocupada em compreender como o pensamento histórico é aprendido. Para tanto, é tarefa fundamental dominar o conhecimento do que seja história em sua forma científica, seus pressupostos e metodologias de pesquisa e produção de conhecimento. Deriva dessa premissa que a finalidade da aprendizagem histórica, operada por metodologias de ensino que se apropriem da metódica de que faz uso a história ciência, vislumbre ao alcance da capacidade de pensar historicamente enquanto aquisição de competências na relação com a experiência do passado.

Tendo, portanto, a aprendizagem histórica como objeto, o que implica considerar toda a complexidade intrínseca ao seu processo, a Didática da História lança uma série de indagações acerca dos significados de se aprender história. Para Rüsen, o aprendizado histórico resulta de um processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo. E será através da narrativa, considerada em suas mais variadas formas de expressão, que tal sentido

⁸ SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História. In: *Intelligere, Revista de História Intelectual* vol. 3, nº 2, pp 60-76, out.2017. Disponível em: <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em 11/04/2023.

se manifesta, ou dito de outra maneira: é no próprio percurso de aprendizagem que uma competência narrativa se aperfeiçoa na medida em que narrar é já dotar de alguma ordem a interpretação do sentido temporal tal qual é apreendido.

A aprendizagem histórica, entendida enquanto processo, demanda a superação da ideia de que aprendizagem é sinônimo de “aquisição de conteúdos”, isso porque o processo no qual se dá a verdadeira aprendizagem histórica requer a aquisição de competências que transcendem a mera acumulação quantitativa de informações factuais de caráter substantivo. Aqui a questão se traduz na ideia de desenvolvimento do aprendizado histórico através da aquisição da competência narrativa como instância maximizadora e geradora de sentidos mobilizados mediante apreensão de conceitos epistemológicos da ciência histórica, capaz, portanto, de expressar já no seu fazer-se os componentes fundamentais da aprendizagem histórica, a saber, segundo o Rösen, as dimensões da experiência, da *interpetação* e da *orientação temporal*.⁹

A narrativa histórica em Rösen está intrinsecamente articulada às indagações acerca da problemática da temporalidade histórica. É a ela que cumpre a função: 1) de estabelecer as relações entre a consciência do passado, enquanto conteúdo experiencial da memória (*experiência*); 2) da efetivação de tais experiências por meio da interpretação no vivido presente (*interpretação*); e, 3) da abertura de uma expectativa de futuro enquanto agir intencional (*orientação temporal*). Cumpre ao ato de narrar dar um sentido de continuidade temporal às experiências vividas de modo que o seu conteúdo passado, sua interpretação no presente e seu agir futuro adquiram sentido histórico.

A narrativa histórica, para Rösen, constitui-se a partir da ação de tornar o passado presente¹⁰. Nesse sentido, não é somente a

⁹ RÜSEN, Jörn. “Experiência, interpretação e orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica.” In: SCHMIDT, M. Auxiliadora(Org.). *Jörn Rösen e o ensino de História*. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

¹⁰ RÜSEN, Jörn. “O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral”. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora(Org.). *Jörn Rösen e o ensino de história*. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

narrativa historiográfica, oriunda de um procedimento operacional metodicamente regulado por uma disciplinarização do seu fazer-se que figura entre as modalidades narrativas em curso e atuantes na *vida prática*. Ao contrário, a narrativa historiográfica convive, não sem conflito, com uma variada gama de formas narrativas, escritas ou não, que disputam quotidianamente os espaços públicos onde a história se faz necessária, onde o passado é mobilizado com vistas a satisfazer demandas éticas e políticas do presente. De acordo com Jörn Rüsen, “Narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, antropológicamente universal.”¹¹ . É nesse sentido que passarão a ser consideradas por professores e professoras de História em vários projetos de Educação Histórica realizados no âmbito da Didática da História as narrativas de jovens alunos e alunas como procedimento que visa tanto a aquisição da competência narrativa, quanto de por meio dela alcançar uma consciência histórica complexa enquanto finalidade do percurso da aprendizagem histórica.

Assim, poderíamos considerar, que a narração *histórica* se constitui numa modalidade própria e racional de argumentação que põe em evidência uma coesão temporal dotada de sentido, posto que articula um passado tido como experiência ocorrida a um presente que reivindica e mobiliza esse passado com vistas a orientação e elaboração de uma perspectiva de futuro. Fator fundamental de articulação é a capacidade que tem a narração de conferir um caráter de continuidade entre passado, presente e futuro. Nesse sentido, uma dada *consciência do passado* elaborada a partir de um repertório de experiências pretéritas, que o autor denomina de “conteúdo experiencial da memória”, é mobilizada no presente por um ato de *interpretação* que articula *carências de orientação* presentes e expectativas de futuro a demandas voltadas para um *agir intencional*.

Podemos observar, em consonância com as reflexões de Jörn Rüsen apontadas até aqui, que a preocupação da Didática da

¹¹ RÜSEN, *Jörn. Razão Histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

História entendida em sua articulação com a *matriz disciplinar* da ciência da história, o que pressupõe, portanto, uma Didática da História baseada nos pressupostos epistemológicos de sua ciência de referência, toma a narrativa histórica como fundamento central no processo cognitivo de constituição do pensamento histórico¹². Podemos, portanto, considerar que essa centralidade se desdobra no processo de ensino e aprendizagem da História em um imperativo tríplice que deve ser considerado atentamente por professores e professoras de História em suas atividades: 1) requer em aulas de história a ampliação dos objetos de reflexão da teoria da história no que tange às suas formas de representação para além da escrita historiadora configurada na historiografia; 2) requer, ao levar em conta outras modalidades possíveis de narrativa histórica que emergem do cotidiano, a possibilidade de incorporar à escrita da história outras estratégias de exposição que vão além do texto ao explorar recursos de representação do passado; 3) requer, por fim, a atenção da Didática da História para uma função cada vez mais inserida nos debates públicos que materializam a necessidade ética e política da história.

Peter Lee: literacia histórica e ideias de história de jovens.

Outro autor cuja obra tem sido cada vez mais discutida e apropriada como aporte reflexivo para se pensar o processo de aprendizagem histórica é o historiador inglês Peter Lee. Para Lee, a preocupação central definidora dos objetivos a serem buscados com maior relevância é o de como desenvolver a compreensão dos alunos na disciplina de história. Nesse sentido, irá se aproximar das discussões proporcionadas pela matriz disciplinar da história formulada por Jörn Rüsen, enfatizando o primado do aprendizado histórico como conhecimento racional orientador da vida prática.

¹² RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

Lee destaca duas funções do pensamento histórico adquirido no processo de aprendizagem e orientado para a vida prática: no nível do sujeito, a possibilidade de oferecimento de um “senso de identidade” para a vida cotidiana dos jovens aprendizes; no nível social, um conhecimento que “transcende a orientação do senso comum para cooperações entre diferentes culturas”¹³. Dessa forma, sua proposta para a chamada Educação Histórica requer o necessário desenvolvimento de “estruturas históricas aproveitáveis do passado” de modo a que sejam assimilados novos eventos e processos. Essa premissa depende diretamente de o professor de história tomar como ponto de partida das aulas de história as ideias dos jovens estudantes sobre a própria disciplina história atentando para os preceitos que orientam esses jovens em direção ao passado, ou seja, “quais ideias os alunos trazem para a aula de história”, de modo que, pelo processo de aprendizagem histórica, possa ser elaborado de maneira cada vez mais complexa, ideias de história que se baseiam em uma “estrutura histórica utilizável do passado”.

A conclusão inicial a que chega Peter Lee considerando a observação das ideias dos jovens sobre história realizada por meio de inúmeros projetos de intervenção em sala de aula, o que envolveu o trabalho com fontes primárias e secundárias, respostas e questionários e elaboração de narrativas, é a de que em sua maioria o passado considerado é tenazmente interpretado como sendo um passado fixo, permanente, um lugar de verdade. Aprofundando suas análises do material produzido por meio de tais atividades, o autor irá afirmar que as ideias de história que os jovens trazem para a sala de aula estão carregadas de um senso comum que obstaculiza a compreensão histórica, impondo assim dificuldades para o percurso da aprendizagem. Não podendo, e não devendo ignorar tais ideias prévias de história dos jovens estudantes, os professores de história precisam considerá-las como componente

¹³ LEE, Peter. Em direção a um conceito de Literacia histórica. In: *Revista Educar*. Dossiê Educação Histórica. Curitiba: UFPR, 2006.

indissociável do processo de aprendizagem, mas que precisam ser superadas em direção a uma compreensão histórica elaborada pelo pensamento histórico complexo.

Assim, Peter Lee parte das ideias cotidianas dos alunos não para proclamá-las à maneira populista, mas para evidenciar seus limites e obstáculos de modo a superá-los como condição e em favor de uma compreensão histórica qualificada. Essa premissa ganha importância porque o mesmo percurso de aprendizagem histórica que se faz a partir das ideias de história trazidas pelos alunos busca superá-las posto que tais juízos prévios são considerados inadequados para uma correta compreensão histórica que tomam o pensamento histórico como finalidade da aprendizagem histórica complexa. Aqui Peter Lee está considerando os obstáculos do senso comum para a compreensão histórica.¹⁴

Como exemplos de ideias de história verificadas no âmbito do projeto liderado pelo autor junto a alunos em idade escolar nas escolas de Educação Básica na Grã-Bretanha, os jovens, em sua grande maioria, demonstraram noções limitadoras de um pensar histórico desenvolvido ao conceberem, a partir de ideias nutridas por uma série de preconceitos originados no âmbito de experiências cotidianas de senso comum, de forma errônea uma ideia de passado como permanentemente fixo, uma espécie de “paisagem distante” impossibilitada de ser conhecida/compreendida posto que tida como inacessível, dada a incapacidade lógica de se poder “estar” nesse passado.¹⁵

Subjaz a essas ideias errôneas o pressuposto de que a história estuda “o que aconteceu”, onde geralmente por acontecimento entende-se uma série desarticulada de eventos fragmentados. Segundo

¹⁴ LEE, Peter. “Nós fabricamos carros e eles tinha que andar a pé”: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, Isabel. *Educação histórica e museus*. Minho/PT: Centro de Investigação em Educação – Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho. 2003.

¹⁵ O trabalho realizado por Peter Lee com jovem ingleses encontra paralelo em outra importante autora que se dedica à produção de reflexões sobre Educação Histórica: a historiadora portuguesa Isabel Barca. Barca tem inúmeros trabalhos em que investiga, por meio da produção de narrativas de jovens portugueses, as ideias de história dos alunos. Ver: BARCA, Isabel. *O pensamento histórico dos jovens*. Braga: Universidade do Minho, 2000.

Lee, tais ideias se forjam principalmente porque tem como base noções introjetadas de “verdade” oriundas da experiência e percepção cotidianas, e que uma vez posta em confronto com ideias de história mais complexas originadas no processo de cognição histórica e requeridas como condição para a formação do pensamento histórico, agem como fatores impeditivos desse processo. Tratam-se, portanto, de formas de se interpretar a “verdade” como resultante de uma avaliação que depende de uma experiência observável direta. Essa noção de verdade, dependente de uma testemunha ocular presente ao evento, única capaz de dar garantias acerca do “que aconteceu”, funciona como empecilho quando os jovens são confrontados com atividades complexas de interpretação histórica.

A leitura de Peter Lee sugere que num plano mais amplo essas ideias se originam de uma noção geral orientadora de que o presente se afigura como ponto de partida de que o presente é sempre o “normal”, instância temporal donde irradiam os critérios do que é *certo e errado*, do que é *desenvolvido e atrasado*, o que reforça uma visão de senso comum promotora de uma ideia de linearidade progressiva do tempo histórico, onde o presente é o estágio mais avançado de um percurso ininterrupto lastreado pelo progresso, lido na sua feição técnica. Deriva dessa ideia uma concepção de passado que opera sempre a partir de ausências, ou seja, daquilo que é reconhecido no presente como resultado de progresso e inteligência humana, e que o passado seria desprovido em virtude de uma bem-sucedida naturalização de tempos pretéritos como lugar de insuficiências e atrasos. Assim como em relação a ideia de verdade, a superação da noção do presente como ponto de partida do que é normal, bem como de uma concepção de ensino de história que privilegia o acúmulo de conteúdos substantivos como medida de aprendizagem, exige a adoção de metodologias que incorporem junto a abordagem desses conteúdos o trabalho com conceitos de segunda ordem.

As proposições de Peter Lee podem ser sintetizadas no conceito por ele formulado de *Literacia histórica*. Importante assinalar que tal conceito abarca, em princípio, toda modalidade e espaço que toma o passado histórico como expressão e que, portanto, faz uso de tempos pretéritos com a finalidade de tratar do passado como história. Dessa forma, trata-se de formas de considerar o passado numa dimensão geral, de caráter público, aspecto que nos mantém atentos a múltiplos espaços de produção e difusão de narrativas sobre o passado. Contudo, ainda que diversificadas quanto suas origens e finalidades, e que se efetivem como interpretações competidoras, não poderão ser consideradas como narrativas históricas se não cumprirem com critérios que são pertinentes e pertencentes aos fundamentos da disciplina da história¹⁶. Conhecimento histórico, portanto, não pode ser confundido com quaisquer narrativas sobre o passado, quaisquer opiniões, mesmo que se reivindicuem históricas, se não estiverem comprometidas com premissas disciplinares que atentem para a validade, plausibilidade e evidências condizentes com o que se quer conhecer.

A Literacia Histórica defendida por Peter Lee implica num letramento histórico cognitivo equipado de um vocabulário de expressões históricas apropriado para a organização de ideias históricas correspondentes aos pressupostos epistemológicos da ciência histórica a partir das quais os alunos possam compreender, dentre outros procedimentos, como o conhecimento histórico é possível e como a história pode ser explicada. Nesse processo ganha especial relevo nas ilações de Lee a necessidade de que a aprendizagem histórica mobilize um permanente exercício de *empatia histórica* em relação às pessoas do passado. A empatia histórica figura como fundamental componente cognitivo, compondo o que o autor denominará de

¹⁶ Para a historiadora Maria Auxiliadora Schmidt, a literacia histórica pode ser caracterizada como “a função da Didática Reconstructivista da História de formar sujeitos historicamente letrados”. Trataremos da Didática Reconstructivista da História, nos termos concebidos por Schmidt adiante em tópico sobre as reflexões da autora.

“conceitos de segunda ordem”, ou seja, aqueles conceitos de matiz epistemológica pertencentes ao conjunto de apreciações que viabilizam a história como constructo cognitivo válido.

O que isso significa? Trata-se em linhas gerais de compreender como as pessoas do passado atuaram, por que atuaram *daquela* maneira e não de outra dentre as possibilidades disponíveis, quais seus objetivos ao agirem, como concebem sua situação, ou dito de outra forma, o que pessoas de outras épocas pensavam sobre suas agências, suas escolhas possíveis e interditas. O esforço de Peter Lee nesse sentido, se orienta para a elaboração de um Modelo de Progressão em Empatia Histórica que proporcione, como parte da aprendizagem histórica, a progressão das ideias dos alunos sobre a compreensão das pessoas no passado e sobre o desenvolvimento de seu conceito de empatia.

A questão central para o exercício da empatia histórica estaria, portanto, no estatuto epistemológico da *compreensão*. Dele depende que um profícuo aprendizado histórico resulte de se saber estabelecer uma correta relação entre *intenções, circunstâncias e ações* ante as perspectivas de mundo dos agentes e/ou grupos sociais de outros presentes-passado distintos daquele a partir do qual se observa, ou seja, o presente donde se situam os jovens aprendizes de história. Cabe aqui o alerta feito por Lee para que a compreensão histórica não seja confundida com *simpatia*. Compreender o que os sujeitos históricos pensaram, como pensavam e suas ações, não deve implicar em uma atitude de tipo relativista que supõe como premissa uma adesão acrítica que tem, sobretudo, implicações éticas e humanistas.

Em nossa avaliação, claro deve estar que tais implicações são parte do presente do observador-aprendiz e que uma compreensão histórica fundamentada na empatia histórica não confunde o exercício de apreender por que as pessoas do passado agiram como agiram, seus pensamentos, crenças e valores, nem suas justificati-

vas para as escolhas possíveis, com uma postura que sacrifique, em nome de uma compreensão historicista sem limites, o compromisso dos agentes do presente com um ponderação histórica humanista orientada no tempo ante as “divergências morais entre épocas diversas”. Longe aqui de emular o já devidamente defenestrado pecado do anacronismo, ou de sugerir que o presente deva atribuir-se à tarefa de juiz do passado, mas de reivindicar a legitimidade de uma compreensão histórica que, por meio do exercício da empatia histórica, possa apropriar-se de outros presentes-passado em proveito de uma interpretação do presente comprometida com valores humanistas em prol de uma “cooperação entre culturas diferentes” (relações inter-humanas).

Contribuições recentes sobre a Didática da História no Brasil

Na última década vários trabalhos foram realizados no Brasil a partir de projetos de pesquisa voltados para a análise de narrativas históricas de alunos da Educação Básica. Tais trabalhos tem propiciado uma série de reflexões acerca da aprendizagem histórica e da consciência histórica na medida em que permitem, por meio de um contato direto com as ideias de alunos sobre história, vislumbrar o processo de cognição histórica através da maneira como são mobilizados conteúdos e conceitos históricos. Os projetos têm se pautado pela linha da chamada investigação *e/ou cognição histórica situada*, elegendo o espaço de sala de aula, locus de efetivação concreta da relação entre alunos e professores, como contexto adequado para a compreensão de como a história é apreendida pelos alunos.

Esse exercício volta-se para a elaboração de narrativas históricas como materialização do consciência histórica, em sintonia com a *matriz da Didática da História* elaborada por Jörn Rüsen, e das ideias de história de alunos da educação básica, partindo das contribuições da *Literacia histórica* de Peter Lee, como elementos

fundamentais no processo de aprendizagem histórica cuja finalidade é a de aprender a pensar historicamente, o que requer, como dissemos acima, ir além da mera aquisição de conteúdos substantivos, o que se torna possível por meio da aquisição de competências cognitivas ou epistemológicas, os referidos conceitos de segunda ordem.

Dentre os trabalhos, destacam-se as reflexões de Rosi Gevaerd¹⁷. Segundo a autora, “narrar histórias em aulas de história é uma forma de relatar o passado e, conseqüentemente, de interpretar este passado”, entendendo as narrativas produzidas em sala de aula por alunos como “componente significativo do pensamento histórico e uma ferramenta central no ensino e na aprendizagem em história, podendo ser consideradas como fundamentais nessas aulas”¹⁸. Os resultados do projeto de Gevaerd, por exemplo, mostraram a existência de um conjunto diversificado de narrativas que expressam níveis distintos de consciência histórica em sua relação com os usos de conceitos de segunda ordem, agrupados segundo categorias que visam observar o grau de coerência entre a narrativa, a compreensão da validade empírica do conteúdo histórico, o domínio e capacidade de ordenação temporal dos eventos relatados, bem como o enunciado de conceitos acerca do conteúdo histórico específico e de conceitos pertinentes ao domínio epistemológico da história.

A autora parte da identificação em narrativas presentes nos manuais didáticos e nas aulas de professores, de marcadores históricos espaço-temporais, bem como de personagens e agentes que constituem a narrativa em sala aula. Na abordagem das narrativas produzidas pelos alunos, Gevaerd analisou o nível da trama narrativa, sua proximidade com enunciados de validade empírica quando confrontados com outras narrativas. Sua conclusão revela a preponderância do que chama de “narrativas fragmentadas”, apontando

¹⁷ GEVAERD, Rosi Terezinha Ferrari. “A narrativa de história como uma maneira de ensinar e aprender história: o caso da História do Paraná. Tese (Doutorado em Educação). Setor de Educação – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

¹⁸ *Ibidem*, p. 67.

assim a fragilidade de constructos narrativos que não conseguem estabelecer relações causais entre eventos, dificuldades de ordenamento cronológico e identificação de marcos de temporalidade, dentre outros aspectos. A partir de tais constatações fica claro para a autora a necessidade de se trabalhar o aprofundamento de conceitos epistemológicos de história.

Grande contribuição para a Didática da História no Brasil tem sido dada nos últimos anos pela professora e historiadora Maria Auxiliadora Schmidt. Trata-se de uma obra já reconhecida e que tem rendido variados frutos, tanto na formação de uma geração de professores pesquisadores quanto em projetos junto a escolas resultando em políticas públicas para a Educação e o Ensino de História. Suas reflexões sobre didática e aprendizagem em história tem produzido subsídios originais e instigantes para o aprofundamento da relação entre conhecimento histórico e ciência, metodologia de pesquisa e ensino de história e seus vínculos com a aprendizagem histórica em aulas de história. Os trabalhos de Schmidt partem de um diálogo fecundo com as mais relevantes tradições da Didática da História, sobretudo a obra rüseniana de quem também é grande divulgadora.

Em nosso balanço das reflexões da autora gostaríamos de destacar duas contribuições de relevo que permeiam sua trajetória: a síntese de seu pensamento na elaboração de uma *Didática Reconstructivista da História*, e a proposição da metodologia da Aula histórica. Assim como procedemos em relação aos autores e autoras anteriores, faremos uma incursão introdutória, que tem como finalidade estimular sua leitura ao apontar questões relevantes para a compreensão da aprendizagem histórica e da Didática da História como ciência.

Por Didática Reconstructivista da História Auxiliadora Schmidt entende a “adesão ao princípio fundamental da aprendizagem ou cognição histórica situada na própria História para a formulação

do método de ensino”¹⁹, o que sugere uma estreita relação entre Didática da História, enquanto ciência que investiga e elabora reflexões acerca das possibilidades cognitivas em histórica, e a Teoria da História como ciência, no sentido epistemológico de teoria do conhecimento histórico, que indaga e problematiza os mecanismos que tornam possíveis um saber histórico cientificamente válido. Tal relação, contudo, não deve pressupor o entendimento de que se trata de uma subordinação da Didática da História a concepções teóricas previamente existentes. Nunca é demais ressaltar que a relação evocada é de interdependência. O desafio, segunda a autora, consiste primordialmente em “aceitar os limites e possibilidades da formação do pensamento histórico, de forma científica e de fazer acontecer nas aulas de História, os princípios de metodização do conhecimento histórico”.²⁰

Importante assinalar que, assim como os demais autores aqui arrolados, Schmidt enfatiza que ao se colocar como finalidade de uma Didática da História o aprender a pensar historicamente, processo que necessariamente se realiza pela inter-relação entre a vida prática dos sujeitos aprendizes e o lugar da história como ciência, a prioridade da prática docente se desloca das preocupações com o ensino para as reflexões sobre aprendizagem. Aprendizagem na sua especificidade histórica, que aqui significa a interiorização de novas e mais elaboradas qualidades cognitivas. A pergunta central deixa de ser “Como se ensina História?” para converter-se em “Como se aprende História?”. Note-se que não faria sentido algum se a intenção da Didática Reconstrutivista da História desenvolvida por Schmidt estivesse sugerindo a substituição do ensino pela aprendizagem. Trata-se, ao contrário, de reorganizar a ênfase e reordenar o processo de formação histórica de modo que a relação ensino e aprendizagem em História possa ser considerada nos seguintes

¹⁹ SCHMIDT, M. Auxiliadora. *Didática Reconstrutivista da História*. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 15.

²⁰ *Ibidem*, Id.

termos: o ensino de história requer como finalidade a aprendizagem histórica. Nesse sentido, a aprendizagem, considerada já em sua articulação e derivação das carências de orientação e interesses dos sujeitos, deve ser o ponto de partida orientador de métodos de ensino referenciados na ciência histórica.

Daí deriva sua proposição da *Aula Histórica* como metodologia para a Didática Reconstructivista da História. A metodologia de ensino da “Aula Histórica” precisa ser construída em sintonia com os pressupostos da aprendizagem histórica, o que significa dizer que a ênfase reside na preocupação com as formas de aprender história, prática que pressupõe a incorporação de procedimentos epistemológicos da ciência histórica com vistas a realização do processo de formação do pensamento histórico e consciência histórica dos alunos. As principais referências a partir das quais Schmidt organiza sua proposição de uma Matriz da “Aula Histórica” estão na Matriz da Didática da História e na Matriz do Pensamento Histórico, elaboradas e reelaboradas por autores como Jörn Rüsen, Stéphane Lévesque e Peter Seixas, e nas proposições da “Aula Oficina”, de Isabel Barca²¹. Delas, a autora extrai, sobretudo, a premissa de que uma metodologia adequada ao processo de aprendizagem histórica precisa partir das carências de orientação e interesses dos sujeitos, elementos indicadores de uma busca por conceitos históricos pertencentes a ciência da história e que, por conseguinte, serão mobilizados enquanto competências para a aprendizagem do pensamento histórico formador das competências de atribuição de sentidos na experiência do tempo. Trata-se, portanto, de tentativas de reconstrução, em aulas de história, dos procedimentos metódicos próprios da história como ciência, o que requer que professores e alunos consigam reproduzir em potenciais espaços de aprendizagem, seja a sala de aula ou outros espaços onde atividades de ensino de história estejam sendo

²¹ BARCA, Isabel. “Aula Oficina: do projecto à avaliação.” In: BARCA, Isabel (org.). *Para uma educação histórica de qualidade*. Braga: Universidade do Minho, 2004.p. 131-146.

realizadas, os ditos espaços extraescolares, o “percurso de produção do conhecimento histórico em suas aulas”.²²

Em síntese, a proposta da “Aula Histórica” tal como elaborada por Schmidt considera: 1) partir das carências e interesses dos alunos requer o reconhecimento de que todas as crianças e jovens já possuem algum grau de consciência histórica quando iniciam o contato com os conteúdos das aulas de história; 2) os professores selecionam os conteúdos e conceitos, substantivos e de segunda ordem, tendo como premissa carências de orientação e interesses dos alunos; 3) os recursos e proposições metodológicas adotados devem procurar reproduzir os procedimentos de produção de conhecimento da ciência histórica, como o trabalho com fontes primárias e secundárias, a elaboração de perguntas, etc.; 4) a produção de narrativas históricas pelos alunos como consequências das interpretações realizadas a partir do material histórico trabalhado como fonte; 5) a constante avaliação e exposição de considerações por parte do professor do que foi produzido pelos alunos em todo o percurso desde as carências de orientação, permitindo assim que os próprios alunos percebam o percurso de seu processo cognitivo.

Nas palavras da autora,

A proposta da “Aula Histórica” indica algumas possibilidades, tais como a superação da “didática da cópia”, em que os alunos são receptores passivos de um conhecimento histórico transmitido pelo professor, bem como a utilização de manuais didáticos como referência para o ensino da “verdadeira história” a ser aprendida. Ademais, anuncia um caminho a ser construído na direção da formação do professor como investigador, potencializando a unidade entre a teoria e a prática como síntese possível no trabalho docente.²³

²² SCHMIDT, M. Auxiliadora. *Didática Reconstructivista da História*. Curitiba: Editora CRV, 2020. p.133.

²³ *Ibidem*, p. 147.

Considerações finais

Buscamos aqui em nosso diálogo com os autores, enfatizar a necessidade de se estreitar as relações entre teoria e prática da aprendizagem em história pela via de uma *práxis* que envolva os constructos teóricos de uma epistemologia da história em consonância com a prática dos sujeitos-agentes que protagonizam o fazer educativo. A ênfase dada à necessidade imperiosa de aproximar o campo teórico de reflexão histórica da prática educativa nos espaços de aprendizagem, escolar e alhures, faz-se a partir de um debate profícuo travado nas últimas décadas porque voltado para a tentativa de consolidar no âmbito da teoria da história, mas não a ela subordinada, uma disciplina ou campo de reflexão dedicada ao problema da Didática da Histórica.

Entendemos que um ensino de história que vislumbre formar jovens alunos tomando como premissa a ênfase na aprendizagem orientada para o “aprender a pensar historicamente”, deva partir do pressuposto de que atentar para as relações cotidianas dos alunos, suas experiências e relações com memórias e variados relatos sobre o passado e o sentido a eles atribuído, bem como a maneira como pensam o papel que esses relatos desempenham em suas vidas, torna-se imprescindível para uma adequada problematização da própria aprendizagem histórica na medida em que insere a História e a produção de seu conhecimento na temporalidade própria do vivido.

Torna-se imprescindível nesse percurso, juntamente como a mobilização dos constructos epistemológicos do conhecimento histórico, considerar criticamente as narrativas que fazem uso da história difundidas em meios de comunicação, mídias, no espaço público, de ordem política e/ou cultural, que se fazem presentes cotidianamente e que concorrem pela condição de representação hegemônica, moldando feições impositivas e constringendo in-

interpretações que resultam de compreensões elaboradas derivadas de processos de aprendizagem histórica. E aqui o apelo reside fundamentalmente no trabalho em aulas de história com conceitos cognitivos de “segunda ordem”. Caberá sempre ao professor de História a seleção desses conceitos em sintonia com as carências e interesses dos alunos. Trata-se, por fim, da aquisição de competências cognitivas fundamentadas na própria história como ciência, tais como *narrativa histórica, argumentação, evidência, verdade, tempos históricos, estrutura e agência dos sujeitos, mudança e continuidade no tempo, explicação e compreensão históricas, empatia histórica*, dentre outras que podem ser mobilizadas como conceitos epistemológicos que não apenas auxiliam na compreensão de conteúdos substantivos como dão sentido à própria experiência e vivência dos sujeitos aprendizes na relação que estabelecem com o tempo presente e com tempos pretéritos. Dessa maneira, contribuem indelevelmente no encaminhamento de soluções à secular pergunta: Pra que serve aprender História?

A REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR ao Movimento de Educação de Base (MEB) no estado do Pará (1964-1985).



Introdução: o surgimento do MEB

O surgimento do Movimento de Educação de Base (MEB) está relacionado com duas questões importantes para a Igreja Católica brasileira na década de 1960. Por um lado, a preocupação em incorporar os quadros especializados leigos que atuavam na educação, muitas vezes de forma não coordenada, num momento em que no Brasil a situação educacional da população era extremamente deficitária: em 1960, 46% da população brasileira era composta por analfabetos, e 40% tinham frequentado, mas não concluído o ensino primário (1º a 4º séries). Apenas 1% da população brasileira tivera cessado o ensino superior naquele ano. Além disso, no mesmo ano, dos 2.709 estabelecimentos de ensino existentes no Brasil, 31% eram públicos e 69% compunham a rede privada, mostrando que o acesso à educação aos pobres era extremamente difícil (PNUD/IPEA, 1996). Segundo Márcio Moreira Alves, “a criação do MEB

¹ Professor Adjunto na Faculdade de História (FACHTO) e do Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) da Universidade Federal do Pará – Campus de Cametá.

foi consequência direta do desenvolvimento das ligas camponesas na região de cana-de-açúcar do Nordeste” (ALVES: 1979, p. 135), além de ser uma opção para os jucistas militantes ou não na Ação Popular de verem suas experiências com o movimento popular – a exemplo do Centro Popular de Cultura da UNE, serem usadas em práticas educacionais inovadoras.

Quando o MEB foi criado em 1961, “através de um acordo entre o presidente Jânio Quadros e o bispo progressista de Aracaju, Dom José Távora” (MAINWARING: 2004, p. 88), já havia uma experiência de educação pela rádio iniciada pelo bispo de Natal, D. Eugênio Sales através do SAR – Serviço de Assistência Rural, que, em 1960, fundou o seu primeiro sindicato rural (ALVES: 1979, p. 135). D. Eugênio havia conhecido a experiência de educação radiofônica colombiana e iniciou uma experiência em Natal, em 1949. Quando o decreto 50.370 de 21 de março de 1961 foi assinado pelo presidente Jânio Quadros, a Igreja já havia projetado a criação da Rede Nacional de Emissores Católicos (RENEC), com foco de atuação na região nordeste, de modo a fazer cumprir o que acreditava ser sua missão educacional e, ao mesmo tempo, servir de apoio para iniciativas como o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), cujo objetivo era disputar as bases camponesas com as Ligas, através de formação de sindicatos a partir de lideranças formadas pela Igreja.

O decreto supracitado era uma parceria entre a CNBB, que providenciaria o pessoal, a organização e a execução do projeto, e o governo federal, que pagaria a conta. O MEB deveria elaborar um plano quinquenal de criação de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, sendo que no primeiro ano de implantação (1961) a meta era a de criar 15.000 escolas, com um aporte financeiro de 400 milhões de cruzeiros no primeiro ano. Além disso, segundo Emanuel De Kadt,

Provisões foram feitas para acordos subsidiários com vários Ministérios, tais como Educação, Agricultura e Saúde e, numa cláusula importante, o MEB teria o direito de requerer o apoio de funcionários federais para serviços considerados indispensáveis para o Movimento [...], além de acordos separados com os vários estados com respeito a funcionários, especialmente para trazer professores do estado para o Movimento, nos cargos de supervisores, professores, e assim por diante. O Secretário da RENEK tornou-se Secretário Geral do MEB (DE KADT: 2003, p. 188).

A estrutura de funcionamento do MEB permaneceu praticamente inalterada. Surgiu originalmente como um departamento da CNBB, depois transformado num Conselho Diretor Nacional – CDN, composto por bispos nomeados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que exercia o controle dos outros três níveis: municipal, estadual e nacional. O *sistema* educacional do MEB era composto por uma *equipe* geralmente remunerada e que dava o suporte para a efetivação dos programas radiofônicos de ensino, formada por professores, supervisores, apresentadores de rádio, motoristas, sempre contratados por decisão do bispo local. Para fazer a ponte entre a equipe e os camponeses beneficiados, os *monitores* formavam o elo fundamental:

O monitor é uma das peças mais essenciais da engrenagem do MEB. Durante o primeiro ano de operação ele (ou ela) era nomeado de cima, mais tarde era escolhido pelos próprios camponeses. O monitor era sempre um membro da comunidade. No início, ele era considerado como a ligação entre a escola e o time que dirigia o sistema: uma pessoa que recebeu uma certa educação formal e é ao menos semialfabetizado. Ele era uma espécie de auxiliar sem remuneração, que transmitia as instruções dos programas para os alunos, conferia os exercícios, fazia-os ir ao quadro negro, estimulava os mais lentos e liderava as discussões (DE KADT: 2003, p.192).

Os monitores eram, portanto, as lideranças de uma determinada comunidade, seja por terem alguma educação formal, seja

porque lideravam as discussões e orientavam os demais, tornando-se referências para os camponeses. Este dado é importante porque muitas lideranças camponesas surgidas nos movimentos de luta pela terra no estado do Pará nas décadas de 1970 e 1980, vieram das experiências educacionais do MEB e das práticas político-litúrgicas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

O foco inicial de atuação do MEB era o nordeste brasileiro, mas que aos poucos iria se deslocar para a Amazônia, especialmente a partir de 1966. No Pará, o MEB surge no final dos anos 1960, e utilizava estratégias diferentes a partir da realidade existente em cada localidade. Em parte, utilizava a estrutura das rádios educadoras existentes, a exemplo da Rádio Educadora de Bragança, criada em 1960 pelo bispo Dom Eliseu Maria Coroli, e a Rádio Educadora do Araguaia, no sul do Pará, criada no final dos anos 1960. Além das aulas transmitidas via rádio, existiam turmas presenciais em que monitores do médio apresentavam os cursos de alfabetização, em espaços como Igrejas, sindicatos e escolas públicas.

Com o golpe civil-militar de 1964, a repressão aos movimentos sociais agrários, a exemplo das ligas camponesas ou dos sindicatos rurais, terá atenção especial da cúpula militar que assume o controle político após a derrubada do governo de João Goulart. Havia, como desdobramento da deposição de Goulart, “pelo menos 300 leigos e membros do clero na prisão” (BRUNEAU: 1974, p. 215). No momento imediatamente posterior ao golpe, enquanto se celebrava nas ruas a preservação dos “valores tradicionais cristãos (o terço e o rosário, o matrimônio, a família)” (CODATO: 2004, p. 273), supostamente ameaçados pelo “perigo vermelho”, “os militares começaram a prender militantes do MEB e da Ação Católica mais diretamente implicados na criação de sindicatos camponeses” (ALVES: 1979, p. 184). O Movimento de Educação de Base (MEB) foi alvo de inúmeras ações dos militares, que “invadiram ou fecharam escritórios”, além de confiscar ou mesmo destruir cartilhas, sem

falar na prisão de inúmeros membros de equipes locais (DE KADT: 2003, p. 277). Para o comando militar que assumiu o controle político do país e seus tentáculos repressivos, Reforma Agrária soava como uma expressão comunista, e educação de base, uma tentativa de subverter a ordem. Os “camponeses sem nome largados na prisão do interior” e os estudantes foram os que, “numericamente, mais sofreram com as perseguições” (ALVES: 1968, p. 223).

Neste texto, abordaremos – a partir da documentação produzida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), entrevistas e de fontes hemerográficas –, as diversas formas de atuação do Movimento de Educação de Base no estado do Pará, seja no que se refere ao letramento formal subvencionado pelo Estado brasileiro, seja as práticas educativas não formais de educação popular que tanto contribuíram para a formação política do campesinato, muitos dos quais viriam a se tornar importantes lideranças dos sindicatos de trabalhadores rurais.

A Esquerda Católica e o Movimento de Educação de Base

Embora pequena em termos numéricos, a *Esquerda Católica*, nos dizeres de Scott Mainwaring, “introduziu novos conceitos de fé e mostrou dinamismo potencial do laicado dentro da Igreja” (MAINWARING: 2004, p. 82), impulsionando sua renovação desde a década de 1950, ainda que em muitos momentos tenha sido marginalizada por boa parte da hierarquia. Criada na década de 1930 como parte da Ação Católica Brasileira (ACB), a Juventude Universitária Católica inicialmente se constituiu como um movimento conservador, clerical, visando cristianizar a futura elite. Na década de 1960, a JUC dará uma *guinada à esquerda* especialmente a partir da realização do Congresso Nacional da entidade e do documento publicado pelo Comitê Regional Centro-Oeste, intitulado *Algumas Diretrizes de um Ideal Histórico Cristão para o Povo Brasi-*

leiro, cujo “programa mínimo” – ou eixos fundamentais, consistia: “na luta contra o subdesenvolvimento, sendo a Reforma Agrária o objetivo tático imediato; a luta contra a política dos monopólios, e a ruptura dos laços coloniais com as metrópoles desenvolvidas” (ALVES: 1979, p. 126-127; apud SALEM: 1981, p. 23).

Até a década de 1950, a JUC – ainda que fizesse discussões sobre “o estudante e a questão social”, era um “movimento auto-centrado” em temas como o amor humano e a família, limitado à universidade, sendo que somente a partir do “congresso dos dez Anos”, realizado em 1960, que se dá a “viragem para a política de forma mais radical e definitiva”(SALEM: 1981, p. 23). Mas como explicar essa guinada?

Um elemento importante é a influência da Revolução Cubana na cultura política da América Latina, especialmente entre a juventude universitária. Além do impacto político da Revolução Cubana, o desenvolvimento da Esquerda Católica no Brasil também é um reflexo direto das transformações ocorridas na Igreja Católica, doutrinárias e de organização, especialmente na França. Para Michael Löwy, desde o final do século XIX “a França é um país onde se desenvolve, dentro do catolicismo, uma corrente crítica, anticapitalista, atraída pelo socialismo” (LÖWY:, 2016, p. 234). Para o autor, as diversas manifestações católicas francesas convergiam para uma “crítica ético-religiosa do capitalismo como sistema intrinsecamente perverso”, através de práticas de vivência religiosas no meio das classes trabalhadoras, os chamados “padres camponeses e operários” engajados em suas lutas, e através de textos teológicos que davam uma nova perspectiva para a prática católica a partir do método *ver-julgar-agir*. Muitos desses textos produzidos por teólogos e filósofos católicos

Foram lidos e discutidos apenas por uma vanguarda intelectual dentro do catolicismo brasileiro: os estudantes da JUC (e seus assistentes religiosos), os dominicanos, alguns outros padres, religiosos e intelectuais leigos e um peque-

no número de bispos. Mas essa vanguarda exercia – graças à Ação Católica, ao Movimento de Educação de Base e a outros movimentos cristãos leigos – uma influência social nada negligenciável (LÖWY, 2016, p. 234).

Dessa forma, como assinalou Thomas Bruneau, a Ação Católica e a JUC eram guiadas por “um grupo jovem e muito progressista de membros do clero, cuja maioria fora educada na Europa” (BRUNEAU: 1974, p. 211). Löwy chama a convergência teológica e prática franco-brasileira de “Conexão Francesa”, especialmente no que se refere à influência teológica do movimento *Economia e Humanismo* liderado pelo economista e religioso dominicano francês Louis-Joseph Lebret. Em sua passagem pelo Brasil, em 1947, padre Lebret deu um curso de dois meses intitulado “Introdução à economia humana”, na Escola de Sociologia e Política da USP, lançando as bases para a criação da filial brasileira do movimento, resultando em inúmeras pesquisas socioeconômicas de campo na década de 1950, além de ter vários de seus livros publicados no Brasil. Seus escritos, ainda segundo Michael Löwy, serão mais críticos ao capitalismo que as correntes “desenvolvimentistas” presentes na esquerda brasileira da época, influenciando membros importantes do clero, como D. Hélder Câmara, “que considerava Lebret como um verdadeiro profeta”, e intelectuais católicos importantes como Alceu Amoroso Lima e Cândido Mendes. Além disso, influenciou parte importante da liderança da JUC nos anos 1950 – Plínio de Arruda Sampaio, Francisco Whitaker, Luís Eduardo Wanderley e Vinícius Caldeira Brandt, sem falar nos dominicanos, a exemplo de frei Benvenuto Santa Cruz, “o principal colaborador brasileiro de Lebret, ou o teólogo e biblista frei Gorgulho”. LÖWY, 2016, p. 237.

Outra questão importante diz respeito às mudanças ocorridas na Igreja Católica quando do Concílio Vaticano II (1962-1965), que contou com a presença de muitos bispos brasileiros. Mas o que pensavam os bispos brasileiros consultados à época da preparação

do Concílio? Pelas respostas apresentadas, algumas enviadas individualmente e outras coletivamente, haveria dois grupos opostos: um grupo defensor de um *catolicismo intransigente* ou *tradicionalista* (BEOZZO, 2001), reunidos em torno de D. Antonio de Castro Mayer e D. Geraldo de Proença Sigaud, “próximos ambos da sociedade criada por Plínio Corrêa de Oliveira, ‘Tradição, Família e Propriedade’”; e um outro grupo defensor de um “catolicismo mais aberto social e doutrinariamente” também conhecidos como *progressistas* ou *reformadores*, reunidos em torno de D. Hélder Câmara e do núncio Armando Lombardi.

Os *intransigentes*, no Brasil e na Europa, apoiaram diversos regimes autoritários (Vargas, Salazar e Franco), eram fortes no Santo Ofício e “olhavam com desconfiança até mesmo para a democracia cristã, não por ser cristã, mas por ser democrática” (BEOZZO, 2001, p. 84). D. Hélder, por outro lado, questionava sobre qual seria o papel da Igreja para organizar a sociedade de modo a superar as desigualdades entre as pessoas e as nações; qual o seu papel na promoção dos operários, na libertação dos povos submetidos ao colonialismo na África e na Ásia e como receber os refugiados. Essa diferença é importante para compreender como o MEB se desenvolveu após o golpe de 1964, recebendo apoio de muitos bispos *progressistas*, ao mesmo tempo em que a ditadura passou a empreender uma repressão sistemática ao movimento, muitas vezes auxiliada por bispos conservadores, como é o caso do bispo de Bragança, no Pará.

O MEB e a educação popular

A metodologia desenvolvida pelo MEB está intrinsecamente ligada ao princípio filosófico de formação do *homem integral* e, por isso, “o Movimento não se deveria limitar a transmitir o ensino das primeiras letras [...]. Tinha necessariamente de se preocupar com o desenvolvimento comunitário, técnicas sanitárias e agrícolas, noções de

democracia política e de direito sindical” (ALVES, 1979, p. 142). Na conjuntura em que foi criado, de forte polarização política, o MEB deveria preparar os camponeses “para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do país” (DE KADT: 2003, p. 219).

No I Encontro de Coordenadores do MEB realizado em dezembro de 1962, foi possível constatar que parte da coordenação nacional do movimento não havia tido muito contato com os camponeses e sua situação de vida, nem se deixado influenciar pelas “novas ideias que já se espalhavam como pólvora entre os jovens católicos” (DE KADT: 2003, p. 219). Um dos documentos apresentados no encontro, elaborado por um membro da coordenação nacional que havia participado recentemente da JUC, apresentava discussões sobre a desigualdade e o subdesenvolvimento existentes no Brasil, além da necessidade de uma educação transformadora e libertadora, identificada com os oprimidos. Uma nova diretriz do movimento foi elaborada em relação à educação popular na qual o povo deve ser o agente de sua própria história:

O povo, e não uma força externa (seja uma vanguarda de esquerda ou políticos tradicionais), deve tomar as decisões mais importantes relacionadas com sua própria vida [...]. Este princípio atribuía uma responsabilidade maior aos setores populares do que a Igreja jamais o fizera e questionava a visão tradicional de que as massas são incapazes de modificar sua situação e não têm interesse em fazê-lo (MAINWARING: 2004, p. 88).

Essa perspectiva de pensar o povo como sujeito tanto da história quanto do próprio conhecimento também está presente na formulação do educador Paulo Freire, que teve grande influência na metodologia do MEB, especialmente nos anos de 1970. A *dialogicidade*, isto é, o diálogo entre o professor e o aluno, a educação e o conhecimento como via de mão dupla, a experiência e a realidade como instrumentos que regulam o conhecimento, a observação da realidade concreta dos oprimidos visando à superação da opressão

e à libertação, a educação como prática de liberdade, uma vez que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”, segundo Paulo Freire (1980).

Ao final do I Encontro, uma comissão de supervisores de vários sistemas ficou responsável pela elaboração de uma nova cartilha para o MEB em que duas palavras-chave aprecem como ideias fundamentais para o movimento: *conscientização* e *libertação*. A cartilha, elaborada em 1963 e impressa em janeiro de 1964, intitulada *Viver é Lutar*, era destinada aos estudantes do nível mais avançado do MEB. Com o argumento de que “folhetos comunistas estavam sendo impressos para o Ministério da Educação”, o então Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, ordenou a apreensão de três mil cópias do caderno. O jornal vespertino *A Notícia* divulgava numa manchete de capa que as “Cartilhas subversivas apreendidas pertencem aos bispos cor-de-rosa” (DE KADT: 2003, p. 229), numa tentativa de desacreditar o clero perante a opinião pública. O MEB havia definido como eixo de atuação uma dupla função: educar e mobilizar. Educar significa despertar a consciência para o seu lugar no mundo, o não conformismo e a não naturalização da opressão. Esta, enquanto fenômeno histórico poderia ser superada a partir de uma mudança de atitude diante da vida, através do engajamento, por exemplo, em sindicatos rurais, muitos dos quais o MEB ajudou a criar.

A cartilha *Viver é Lutar* foi considerada “subversiva” porque seu conteúdo, a partir das “lições” – passagens curtas e diretas sobre determinados aspectos da realidade, apresentavam uma visão de mundo não conformista. Ao contrário, o objetivo era despertar “a consciência do povo”, ler o texto a partir da leitura da vida:

Eu vivo e luto.
Pedro vive e luta.
O povo vive e luta.
Eu, Pedro e o povo vivemos.
Eu, Pedro e o povo lutamos.
Lutamos para viver.
Viver é lutar.

A cartilha falava de Deus, na medida em que “ao homem não bastava salário e casa. O homem precisa de Deus. Deus é Justiça e Amor. Deus quer Justiça entre os homens”. Mas os significados de amor e da justiça “que Deus quer” eram muito claros:

Pedro voltou esclarecido do treinamento. Voltou esclarecido de que o governo é para todos. Todo o povo deve participar no governo. Alguns homens têm de sobra e muitos nada têm. Alguns ganham demais. Muitos trabalham e seu trabalho é explorado por outros. [...] Por que o trabalhador não tem o fruto de seu trabalho? Quem está lucrando com isso? O povo do Brasil é um povo explorado. Explorado não só por brasileiros. Há muitos estrangeiros explorando a gente. Como libertar o Brasil dessa situação? (DE KADT, 2004, p. 233).

Ao contrário do que pensavam e diziam os opositores do movimento, motivados por um comportamento anticomunista cada vez mais presente diante da radicalização política em que vivia a sociedade brasileira naqueles meses que antecederam o golpe de 1964, esta e outras cartilhas não configuravam nenhum material “comunista”, tampouco um “manual de guerrilha rural”. No entanto, para muitos católicos politicamente engajados, a atuação no MEB era uma oportunidade extraordinária de tornar práticas as novas perspectivas filosóficas e teológicas que modificaram as bases da Igreja e que acabaram por criar a chamada *Igreja Popular*. O MEB, que iniciou sua atuação com foco nas áreas de tensão agrária no nordeste, aos poucos iria deslocar sua atenção para o norte do país, como podemos ver no **quadro 1**. Em 1961, 96% das escolas radiofônicas estavam localizadas no Nordeste. Na região Norte eram apenas 3% as rádios em funcionamento naquele ano. Em 1966, essa proporção ficou um pouco mais equilibrada, com 53% no Nordeste e 45% no Norte, embora tenha havido uma queda geral na quantidade de escolas radiofônicas: eram 2.687 em 1961, passando para 7.353 em 1963. Em 1966, foram reduzidas a 2.527.

Quadro 1 - Número de rádios e proporção por região (1961-66)

	Dez. 1961		Dez. 1962		Dez. 1963		Dez. 1 964		Dez. 1965		Jan. 1966	
	nº.	%	nº.	%	nº.	%	nº.	%	nº.	%	nº.	%
NO*	75	3	362	7	500	7	678	15	1.051	23	1.154	45
NE**	2.586	96	4.956	88	6.464	88	3.604	78	3.280	73	1.332	53
CO***	22	1	280	5	389	5	316	7	191	4	41	2
Total	2.687	100	5.598	100	7.353	100	4.598	100	4.522	100	2.527	100

* Amazonas, Pará, Rondônia.

** Maranhão, Piauí, Ceará, R.G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia.

*** Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso.

Fonte: O MEB em cinco anos. DE KADT, Emanuel. *Católicos Radicais no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p. 193.

Ditadura e repressão: O MEB como alvo

A repressão ao MEB no Pará, embora tenha ocorrido de alguma maneira em toda localidade onde havia escritório do MEB, foi mais intensa nas regiões Bragantina, Marabá e Araguaia Paraense². Ocorreu também entre os membros da própria hierarquia católica, não poupando nem o arcebispo de Belém, D. Alberto Gaudêncio Ramos. Dom Alberto foi acusado de dar apoio “ao Movimento de Educação de Base (MEB) de Bragança/PA, que iniciara um processo de subversão entre caboclos da localidade. O MEB, fazendo uso da emissora de Bragança/PA, transmitia textos de caráter nitidamente subversivos” (SNI: 1979, p. 2).

Esta observação sobre o envolvimento de D. Alberto Ramos com o MEB de Bragança é importante por evidenciar que após o expurgo de políticos e a perseguição a religiosos e estudantes, sem falar de inúmeros sindicalistas, a ditadura no Pará direcionou sua

² Até meados dos anos 1980, s microrregiões existentes no estado do Pará eram: Tapajós, Bai-xo Tocantins, Belém, Bragantina, Furos, Guajarina, Campos de Marajó, Salgado, Araguaia Paraense, Médio Amazonas Paraense, Marabá, Xingu, Tomé-Açu e Viseu.

atenção para um dos poucos canais de ativismo que ainda sobrevivia à ditadura: O Movimento de Educação de Base. A sobrevivência do MEB se explica, em parte, pelo controle exercido por alguns membros da hierarquia católica sobre os integrantes do grupo. Eram os bispos preladados ou diocesanos, no fim das contas, que definiam as equipes, as atividades e o pessoal de apoio a ser contratado. Permaneceu também porque a experiência do MEB e sua estrutura eram uma base importante para a tentativa de superação do analfabetismo e do pouco alcance da educação pública entre a população, especialmente nas áreas rurais. Dados apresentados por Bruneau dão conta de que “em 1965, apenas 17,9% da população de idade entre 12 a 18 anos cursavam escolas secundárias” (BRUNEAU: 1974, p. 123). Além disso, o número de analfabetos no Brasil era de 46% em 1960, diminuindo para 43% em 1970 (PNUD/IPEA, 1996), uma redução irrisória que pouco alterou o déficit educacional que atingia quase a metade da população. Em outras palavras, segundo a ditadura, o MEB era uma espécie de “mal necessário”.

Ainda assim, os monitores, coordenadores e professores que atuavam no Movimento sofreram perseguições de toda ordem, na lógica repressiva que buscava, como bem salientou Marcos Napolitano, “dissolver as conexões entre a cultura de esquerda e as classes populares” (NAPOLITANO: 2004, p. 100), na qual o MEB se inseria. O MEB de Bragança era de responsabilidade do bispo da Prelazia do Guamá³, D. Eliseu Maria Coroli. Segundo documentos do SNI, o próprio D. Eliseu havia requisitado informações sobre as investigações de envolvimento de membros do MEB em “atividades subversivas” (SNI: 1969, p. 12). As acusações recaíam sobre o suposto envolvimento de integrantes do Movimento com o grupo Ação Popular, além de considerarem “o

³ A Prelazia foi criada em 14 de abril de 1928, pelo Papa Pio XI, sob a denominação de Prelazia do Gurupi, com território desmembrado da Arquidiocese de Belém. Em 03 de fevereiro de 1934 passou a denominar-se Prelazia do Guamá. Foi elevada a diocese em 1979 para, em 13 de outubro de 1981, ser denominada como Diocese de Bragança.

caráter subversivo das aulas radiofônicas do MEB⁴ transmitidas a inúmeras localidades (CENIMAR/SNI: 1969, p. 23) pela Rádio Educadora de Bragança, que acabou sendo temporariamente fechada por decisão dos órgãos de repressão.

Não é possível perceber, pela documentação analisada, o conteúdo dos programas radiofônicos transmitidos. Também não há, nos inquéritos apresentados sobre as pessoas acusadas de envolvimento com “práticas subversivas”, nenhuma relação comprovada com a Ação Popular. Mas há alguns elementos importantes contidos nos depoimentos dos acusados que podem indicar a real preocupação do aparato repressivo. A freira Selma Regina Garcia, coordenadora do MEB em Bragança, afirmou em depoimento prestado em 29 de janeiro de 1969 que a suspeita sobre a equipe estava relacionada com a preocupação com que D. Eliseu via “a criação de líderes das comunidades para atuarem como monitores do MEB nas localidades de origem”. Segundo a irmã Selma, então com 21 anos, o “sr. bispo acreditava que a formação de líderes não ia dar certo, por ser um processo perigoso [...], que sempre vem uma tática de origem comunista”, tendo, inclusive, “advertido toda a equipe sobre essa questão de liderança e seus perigos, falando em injustiças e outros termos [sic] que poderiam criar problemas angustiantes e sem solução” (SSPP/SNI: 1969, p. 23).

Os depoimentos dos membros do MEB convergiam para uma caracterização de D. Eliseu como sendo “conservador”, na medida em que não admitia que a Igreja de São Benedito, em Bragança, fosse dirigida por uma “Congregação Leiga”, a Sociedade de São Benedito (SSPP/SNI: 1969, p. 23). Além disso, “o Bispo Dom

⁴ Os municípios e localidades cobertos pela Prelazia do Guamá em que membros do MEB foram investigados em 1969 eram: Bragança, Vizeu, Augusto Corrêa, Capitão Poço, Irituía, São Miguel do Guamá, Ourém, São Domingos do Capim e trechos da Rodovia BR/22 (Pará/ Maranhão): km. 28, 47, 74 e 93. Cf. Secretaria de Segurança Pública do Pará. Serviço Nacional de Informações. Agência Central nº 2187/82. Assunto: AUTO DE DECLARAÇÃO QUE FAZ HENRIQUE LELIS ROSÁRIO E SILVA. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Coordenação de Documentos Escritos. 28/01/1969, fls. 03.

[Eliseu] Caroli reclama do MEB porque o movimento ministra instrução aos filhos dos protestantes e ele, Dom Caroli, acha que estão trabalhando contra ele e contra os padres” (SSPP/SNI: 1969, p. 23). Este depoimento, prestado em 28 de janeiro de 1969 pelo também coordenador do MEB de Bragança Henrique Lelis Rosário e Silva, bem como o da irmã Selma, nos ajudam a entender as dificuldades que os religiosos mais antigos tinham para compreender e praticar as novas diretrizes aprovadas pela Igreja após o Concílio Vaticano II e a Conferência dos Bispos Latino-Americanos que acabara de ser finalizada em Medelín (1969). A preocupação com a formação de líderes de comunidade contrariava os novos princípios da Igreja de compartilhamento, com os leigos, de muitas atividades e atribuições antes restritas aos clérigos. Contrariava também os novos preceitos que viam os excluídos como *sujeitos da transformação*. Além disso, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso, especialmente com denominações protestantes como a Igreja de Confissão Luterana, também representavam uma novidade que a “velha geração” de bispos relutava em aceitar.

Mas o afastamento de parte dos acusados das atividades do MEB, para além da relutância do bispo local, dá-se também como desdobramento dos esforços da repressão em afastar qualquer influência de D. Hélder Câmara no MEB, ainda que seja perseguindo seus apoiadores. A ex-freira e ex-coordenadora do MEB local, Izabel Carneiro da Cunha, teve que ser transferida para a cidade do Rio de Janeiro em razão das perseguições que sofria no Pará. Ligada a D. Hélder, com muita influência sobre a equipe de Bragança, e uma “subversiva perigosa” segundo o SNI (1969, p. 12), o nível de ligação pessoal entre Izabel e os acusados serviu de indício para o desfecho do inquérito. Ao final, foram afastados o coordenador do MEB, Henrique Silva, os supervisores José Augusto Silva e José Maria Gonçalves, por determinação de D. Eliseu depois de concluído o Inquérito da Polícia Federal (SNI: 1969, p.

20-12), além de cinco professoras com vínculos com a secretaria estadual de educação, afastadas por determinação do governador Alacid Nunes, da ARENA.⁵

A perseguição ao MEB continua, segundo o SNI, através de um trabalho conjunto entre a Delegacia Regional da Polícia Federal do Pará e o Bispo D. Eliseu. Segundo relatório produzido pelo CENIMAR, o centro de espionagem da Marinha, a executiva nacional do MEB tentou “organizar a Seção Regional [do movimento] em Belém, que teria apoio de D. Gaudêncio Ramos, Arcebispo local, o qual seria pessoa com tendência a favorecer os adversários de D. Eliseu”. Ainda segundo o relatório, estavam “marcadas três reuniões do MEB nacional na cidade de Bragança em abril de 1969, com a presença de todos os 10 bispos para traçar as diretrizes do Movimento”. Nesta reunião, que também contaria com a presença de D. Eliseu, a estratégia montada pelos bispos contrários a D. Hélder Câmara para minar sua influência sobre o MEB, era a de “reunir dados positivos para convencer os demais bispos sobre o comprometimento do MEB local, a partir do trabalho de investigação feito pelo DPF” (CENIMAR/SNI: 1969, p. 23-24). Em outras palavras, as redes de informação estariam trabalhando em conjunto com D. Eliseu na sua disputa interna com os bispos contrários às suas posições, D. Hélder em nível nacional, e D. Alberto Ramos no plano local.

Frustrado o encontro, o MEB nacional insistiu na presença do Movimento para fortalecer sua ação no Pará, desta vez através de um retiro de uma semana na casa pertencente ao Arcebispo do Pará em Icoaraci, distrito de Belém. Programado para ser realizado em dezembro de 1969, o retiro visava à formação dos novos integrantes do MEB de Bragança que haviam “substituído outros que se en-

⁵ As professoras afastadas foram: Sibá Torres Rosário e Silva, Analina Monteiro dos Santos, Ana Maria Lisboa, Maria José Gonçalves (professoras locutoras) e Genésia Alencar da Silva (professora supervisora). Cf. Serviço Nacional de Informações. Agência de Belém. Informação nº 040/SNI/ABE/69 – Agência Central nº 2187/82. Assunto: REUNIÃO DE ELEMENTOS DA “AÇÃO POPULAR”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Coordenação de Documentos Escritos. 26/03/1969, fls. 20-21.

volveram com atividades subversivas de conscientização”, segundo o SNI. Para os serviços de espionagem e repressão, “conscientização” era sinônimo de “subversão”, existindo, portanto, uma linha tênue entre o trabalho do MEB e a possibilidade de transformar a educação de base num foco de atividade subversiva. Por isso, o relatório produzido pelo SNI em 12 de dezembro de 1969 afirma, com certo triunfalismo, que “o objetivo do MEB-NACIONAL não foi atingido em Icoaracy [sic], pela ação eficiente dos agentes da Delegacia de Polícia Federal encarregados de controlar as reuniões do Movimento de Educação de Base havidas” (SNI: 1969, p. 25). A “ação eficiente dos agentes”, segundo o chefe da Turma de Diligências Especiais da Delegacia de Polícia Federal no Pará (TDE/DPF), Mauro Rodrigues de Moraes, significava “impedir a realização da conscientização pelos meios que julgamos necessários”. Vigiando ostensivamente o encontro realizado pelo MEB em Icoaracy, através de métodos de terror psicológico, o relatório apresenta as táticas de medo e intimidação usadas contra os “elementos suspeitos”:

Ao chegar ao local previamente escolhido a viatura foi colocada exatamente onde teria que ficar. Passamos então a rondar sistematicamente o local do encontro e a fazer com que fôssemos vistos pelo grupo já mencionado. Fingimos transmitir de hora em hora mensagens que para lá levei. Após algumas horas fui procurado por Creuza [MEB-Nacional] que mostrava-se apreensiva e nervosa. Quis saber o motivo da minha presença no local [...] Senti que sua perturbação aumentou pela falta de certeza do real motivo da minha campana, dizendo até a uma pessoa que não sabia se seria presa ou voltaria para o Rio de Janeiro com plena liberdade, pois lá estava preso um membro da equipe Nacional e ainda um parente seu que tentou localizá-lo. Passei então a dominar completamente a situação, pois não havia mais campo para trabalhos de CONSCIENTIZAÇÃO, pois a intranquilidade foi geral. [...] Diante do exposto, não houve campo para um trabalho de incriminação [sic] ou doutrina ideológica por parte dos membros das equipes do MEB (SNI: 1969, p. 28-30).

A repressão ocorria não só através de tortura física, mas também a partir da imposição de ameaças de prisão, como ficou claro na transcrição do documento acima mencionado. A dúvida, a angústia, o medo, sentimentos onipresentes no cotidiano das pessoas consideradas “inimigas do regime”, tornavam todo e qualquer cidadão um “suspeito em potencial”: serei preso pra nunca mais voltar?

A desarticulação do MEB de Bragança, a partir da perseguição a seus membros sob acusação de “práticas subversivas”, teria contado com a participação direta do bispo D. Eliseu. Segundo outro documento produzido pelo SNI,

D. ELISEU M. COROLI, Bispo de Bragança e Padre MIGUEL M. GIAMBELLI, compareceram à Superintendência Regional da Polícia Federal neste Estado, para agradecerem a cooperação prestada por aquela Delegacia pela vitória alcançada pela Prelazia, ao se desligar do Movimento de Educação de Base (MEB), que trabalhava para fins subversivos [...]. Esclareceu ainda D. ELISEU, que o Ministro de Educação, destinou uma verba especial para a Prelazia se manter e autorizou que esta ficasse com todo o acervo do MEB, e ainda, que já despediu todos os componentes da equipe do Movimento e está organizando outra de elementos democratas (SNI: 1969, p. 1).

O apoio existente entre D. Eliseu e o aparato repressivo teria ocorrido pela troca de informações que interessava a ambos. Ao bispo contrário a qualquer tentativa de “politização das atividades da Igreja”, incluindo aí as ações do MEB, era interessante usar os levantamentos feitos pela espionagem da ditadura para uso em momentos de disputas internas na Igreja contra adversários. À ditadura interessava uma Igreja colaboracionista e que punisse com censura ou expulsão, os “elementos subversivos”. Sem dúvida, o aporte financeiro de uma “verba especial para a Prelazia se manter”, através do Ministério da Educação, era mais um elemento desse jogo de interesses.

Mas nem todo o clero estava disposto a se submeter aos interesses e ditames da ditadura. Se o MEB em Bragança passou a atuar “em perfeito entrosamento com as autoridades locais, realizando trabalho de grande valor para a região”, segundo o SNI, em outras regiões, “o MEB mantém uma atuação fechada em relação aos órgãos governamentais, dificultando todo e qualquer trabalho de entidades públicas, em consequência de influência religiosa do clero “progressista” (SNI: 1980, p. 2-3).

Segundo Ademir Martins, leigo que ingressou no MEB em 1971:

D. Estevão trouxe o MEB para Marabá em 1971 e eu fui convidado pra participar da equipe porque minha mãe tinha forte ligação com a Igreja. A hóstia era feita na minha casa, inclusive, na velha Marabá. Só existia uma Igreja na cidade nesse tempo, de São Félix de Valois. Veio uma equipe do MEB nacional, em julho de 1971, fazer um treinamento com a equipe local que começou a trabalhar em agosto do mesmo ano, equipe composta por Luzanira, Luiza, Jane, Jacira, Edmundo, Ademir e outros (Entrevista com Ademir Martins, 2018).

Ademir afirma ainda que o MEB foi criado primeiro em Conceição do Araguaia, mas que foi fechado, sendo reaberto em 1971: “essa experiência lá em Conceição serviu muito pra gente, a experiência com a Rádio Educadora de lá que transmitia os programas. Aqui em Marabá funcionava não pela rádio, mas presencial, de educação de jovens e adultos, através do método Paulo Freire” (Entrevista com Ademir Martins, 2018).

O MEB atuava na região sudeste do Pará com turmas de alfabetização de adultos e supletivo, num ensino mais formal, regular. Mas havia ainda uma outra linha de atuação, “através da *grupalização*, mais social, grupo de jovens, moradores, associações de moradores, os amigos do bairro, conscientização e formação”, cuja diretriz era dada muito em função da orientação do bispo que, no caso de Marabá, São João – em localidades como Palestina, Brejo Grande, Abel Figueiredo, Bom Jesus, São Domingos e Itupiranga,

“havia muito apoio de D. Estevão que dava grande autonomia para a equipe”, num trabalho conjunto e articulado a partir das comunidades e das paróquias:

Nós éramos considerados agentes de pastoral, embora fôssemos profissionais pagos para realizar o trabalho no MEB. Viajávamos pelos interiores, fazíamos reuniões, treinamento de monitores – que eram peças fundamentais pois eram responsáveis pelas aulas de alfabetização. Na estrutura da Igreja tinha o conselho pastoral que reunia cerca de 50 pessoas, que definia a estratégia, as ações para cada ano. Nós, como agentes de pastoral, também participávamos desse conselho. Apresentávamos as ações do MEB e fazíamos avaliação sobre o trabalho. As aulas eram realizadas em espaços cedidos pela comunidade: uma associação de moradores, uma delegacia sindical, numa paróquia, com cerca de 30 alunos em média (Entrevista com Ademir Martins, 2018).

A repressão acompanhava de perto a atuação do MEB em Marabá e Conceição do Araguaia, na medida em que havia a articulação do Movimento com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que cresciam enormemente num momento de grande imigração para a região, e da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, que teria um forte impacto nas tensões agrárias na região ao se posicionar em favor dos camponeses. Os membros das equipes das CPTs, além dos religiosos, também foram formados através das articulações com o Movimento de Educação de Base na região. Essa relação entre o MEB e a estruturação das CPTs, a partir de Conceição do Araguaia e Marabá, pode ser compreendida segundo a análise de Airton Pereira ao afirmar que:

Em Marabá e Conceição do Araguaia, as CPTs locais foram criadas no ano seguinte [1976] com o objetivo de articular as práticas político-pedagógicas que diversos padres, freiras e agentes de pastorais ligados às paróquias e ao Movimento de Educação de Base (MEB) vinham desenvolvendo junto aos trabalhadores rurais envolvidos na luta pela terra. Os agentes do MEB, além de seus trabalhos na alfabetização de adultos por meio das escolas radiofônicas

[...], passaram a contribuir diretamente na estruturação das CPTs. Ou seja, essa entidade nos primeiros anos de sua existência, em Conceição do Araguaia e Marabá, constituía a articulação dos trabalhos de pastoral da terra que poucos padres, freiras e agentes de pastorais das paróquias e do MEB vinham desenvolvendo no campo (PEREIRA: 2015, p. 167-168).

Portanto, a relação MEB-CEBs-CPT foi fundamental para organização e resistência dos trabalhadores rurais em luta pela terra, num momento em que as atividades políticas das classes subalternas eram consideradas sinônimo de subversão da ordem estabelecida. As estratégias para permanecer na terra ocupada, de organização da resistência para impedir os despejos de famílias inteiras das áreas conflagradas e a posterior criação ou retomada de sindicatos foram criadas a partir das experiências concretas de quem vivia numa lógica em que a violência permeava o cotidiano das relações sociais. Na região sul do Pará, Ricardo Rezende Figueira, que mais tarde seria ordenado padre, foi um dos primeiros membros a atuar na *CPT Araguaia-Tocantins*. Chegou a Conceição do Araguaia em 1976, mesmo ano em que iniciaram as atividades da Pastoral da Terra no Pará. No início, veio para trabalhar no MEB de Conceição para depois se somar ao trabalho da CPT:

Quando eu chego em Conceição, eu estava um pouco atemorizado porque tinha tido a Guerrilha do Araguaia, eu tinha medo do que poderia acontecer. Em 1976, prenderam o padre Maboni, o Hilário e alguns camponeses, em Perdidos, e o Hilário e o padre Maboni foram torturados, especialmente o padre Maboni, e eu sabia disso então estava muito preocupado. Ao chegar em Conceição, encontrei uma diocese muito carente de agentes pastorais e padres, freiras. Uma diocese com pouca gente e muito trabalho, muita dificuldade de comunicação. [...] Aí comecei a trabalhar no MEB e eu já sabia pelas informações que teria problemas porque muitos haviam fugido em razão da perseguição na época da guerrilha [...]. Logo que eu cheguei fiquei espantado com as histórias que eu ouvia sobre os conflitos fundiários e sobre algo que ainda não

sabíamos como denominar, “prisão particular”, trabalho escravo, não sabíamos como definir (Entrevista com Ricardo Rezende, 2015).

As denúncias de conflitos chegavam incessantemente e qualquer iniciativa em favor dos camponeses poderia ser encarada como “subversiva”. Os participantes do MEB, somados agora com os primeiros colaboradores da CPT, já que inicialmente a Comissão não tinha os agentes “profissionais”, eram encarados com desconfiança pelas forças da repressão e representantes dos fazendeiros. Um relatório produzido pelo SNI, afirma que:

Até 1971, era bem grande a atuação de elementos de pensamento político-ideológico esquerdista no MEB, com alguns chegando até a serem indiciados em IPM, por atuação em organizações subversivas. Posteriormente a situação passou a melhorar consideravelmente, permanecendo, contudo, em alguns locais – como SANTARÉM, CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA e MARABÁ – as atividades de contestação às iniciativas governamentais. [...] Em CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA e MARABÁ, o MEB mantém uma atuação fechada em relação aos órgãos governamentais, dificultando todo e qualquer trabalho de entidades públicas. É de se assinalar que a ação conjunta do MEB e da CPT, e a utilização da “Rádio Educadora de Conceição do Araguaia”, como meio de comunicação, divulgação e incitação, formam **a tríade** que conduz e orienta a luta entre posseiros e fazendeiros na área do baixo Araguaia. Recordar-se que o MEB já fora anteriormente citado, em Fev 74, por ocasião da desarticulação da Organização Subversiva - MPL (Movimento Popular de Libertação), como uma das entidades que proporcionavam cobertura às atividades daquela organização (SNI: 1980, p. 4-5). [grifos no original]

A preocupação das forças de segurança na região se assentava na ideia de que os religiosos eram os responsáveis pelo “incitamento ao desrespeito das leis vigentes por *ignorantes lavradores*, na tentativa de desmoralizar o instituto da propriedade privada” (SNI: 1980, p 12). Tal compreensão está presente em boa parte da docu-

mentação pesquisada, assim como nos processos movidos contra os religiosos nos muitos conflitos ocorridos na região.

O trecho do documento produzido pelo SNI também se refere ao “MEB de Marabá e Conceição” como sendo entidades *fechadas* ao governo, e a Rádio Educadora do Araguaia, enquanto “meio de comunicação, divulgação e incitação”, a “tríade que conduz e orienta” a luta dos posseiros. Como relatou Ademir Martins, o MEB em Conceição havia sido fechado, bem como o seu instrumento principal de divulgação das aulas transmitidas via rádio: a Rádio Educadora do Araguaia. Sob a responsabilidade do frei Manoel Borges da Silveira, a Rádio Educadora

Foi criada em 1962 e coordenada pelo MEB, tinha um papel fundamental na educação das comunidades, através de programas específicos veiculados pela rádio. Eram aulas, mas também cursos via rádio, transmitidos ao vivo em cada comunidade e coordenado por monitores formados pelo MEB. A rádio também transmitia programas humorísticos, músicas, festivais, programas culinários e, certamente, servia como espaço de denúncia dos abusos cometidos contra os trabalhadores rurais. Não é à toa que a rádio foi fechada, em 1982, com ordem expressa do Major “Curió”, e nunca mais foi reaberta (Entrevista com José Alano Mourão e José Belmiro da Silva).

Frei Henrique Marques da Silva era pároco de Conceição do Araguaia e dava todo o apoio necessário para as atividades da CPT e do MEB, em que atuavam destacadamente inúmeros colaboradores. A repressão, que já havia afastado da região alguns religiosos em razão de conflitos agrários (PESSÔA: 2022), procurou afastar qualquer influência do MEB nas disputas agrárias que cresciam no final da ditadura. Um exemplo da perseguição aos membros do MEB foi o fechamento da Rádio Educadora do Araguaia, espaço de transmissão de vários programas de interesse público, incluindo aí as aulas radiofônicas transmitidas para comunidades distantes do sul do Pará. Para a ditadura, no entanto, era um espaço de subversão.

Considerações finais

O Movimento de Educação de Base (MEB) surge num contexto em que boa parte da população brasileira tinha pouca ou nenhuma educação formal, evidenciando índices alarmantes de analfabetismo. Com estratégias de letramento através de aulas via rádio, em que um monitor recebia as aulas num aparelho de transmissão instalado em comunidades do interior do Pará e depois replicava as “lições” para os alunos – a maioria formada de trabalhadores rurais –, a atuação do MEB teve papel importante na educação de amplas parcelas da população sem acesso à escola. Havia também cursos presenciais, supletivos, envolvendo professores, monitores e cursistas, num esforço gigantesco de alfabetização de jovens e adultos. Esse esforço, num momento de polarização política antes e depois do golpe de 1964, significou, para a ditadura, uma tentativa de desestabilizar o regime que criaram, regime que culminou na concentração de terra e renda, mantendo a secular estrutura do latifúndio, especialmente na Amazônia.

Os homens e mulheres que atuaram no MEB, foram fundamentais para a conscientização de amplas parcelas de trabalhadores rurais, muitos atuantes nos sindicatos que aos poucos saíam das amarras de controle e repressão criados pela ditadura, e por isso foram tratados como “subversivos”, “comunistas”, e portanto perseguidos e reprimidos. Muitos perderam o emprego, outros foram presos ou banidos. Mas a história desse engajamento por uma educação libertadora permanece na memória dos participantes do movimento, sejam os professores, monitores, ou cursistas.

HISTÓRIAS, MEMÓRIAS, RESISTÊNCIAS E FAZERE/S DE MULHERE/S NEGRAS

na amazônia tocantina, no Pará



A historiografia brasileira sobre a escravidão pouco ressaltou o papel histórico das relações de gênero. Ao contrário dos Estados Unidos e Caribe - áreas escravistas de destaques - no Brasil são escassos os estudos que tratam especificamente da resistência da mulher escrava². Entretanto, não só na África, como em todas as regiões das Américas negras, as mulheres africanas e suas descendentes crioulas marcaram presença com sua força e poder espiritual.³

Nas revoltas, nas insurreições, nas fugas, nos quilombos e nas outras formas de enfrentamento do cotidiano, a luta da mulher escla-

¹ Professora da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Lider dos grupos de pesquisa Grupo de Pesquisa: Quilombolas e Mocambeira: história da Resistência Negra na Amazônia QUIMOHRENA e História, Educação e Linguagem na Região Amazônica (GPHLRA). E-mail: celestepinto@ufpa.br.

² Dentre os poucos estudos, ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995; GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher Escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 1988; e, MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e Resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

³ PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*. Paka Tatu: Belém, 2004, p. 19.

vizada, a despeito do silêncio da historiografia, nunca deixou de existir. Sem dúvida, alguma, a mulher tinha um importante papel - digo até que tinha poderes - na constituição e manutenção da comunidade escrava. Manejava, deste modo, diversas estratégias: enfrentamento, embates e rebeldia, modificando tanto as suas vidas, como as de seus familiares. De fato, contrariavam a idéia de “passividade” da mulher negra durante a escravidão. Seria possível afirmar que estava na manutenção da família uma das faces essenciais do poder da mulher escravizada.⁴

No caso das fontes históricas, a quase ausência de informações sobre a presença da mulher escravizada ou fugitiva nos quilombos do Brasil tem se constituído em interessante pista metodológica. Visto que, os quilombos possuíam várias estratégias de enfrentamentos. Sob condições de aparente inferioridade numérica e bélica, optavam, ao invés do embate direto com as tropas, pôr se refugiarem na floresta. Desse modo, protegiam seus familiares e a sua própria autonomia, formando seus mocambos em outras regiões.

Neste processo de resistência, a mulher desempenhava um papel de vital importância. Podia ajudar tanto na produção econômica como “administrar” em termos logísticos, materiais e culturais os próprios quilombos. Pois estes eram ao mesmo tempo comunidades camponesas e unidades militares. Na manutenção material, no abastecimento de provisões, na confecção de roupas, de utensílios, no mundo espiritual e no mundo do trabalho, de forma geral, as mulheres foram muito importantes nas comunidades de quilombolas.

Na região Amazônica, a escravidão negra não foi tão intensa, em termos quantitativos, como nas áreas de grandes cultivos de cana-de-açúcar, café ou de extração de minérios. Porém, a escravidão de negros africanos conviveu simultaneamente, nesta região, com a indígena. A presença de negros escravizados na Amazônica tornou-se mais efetiva a partir de 1755, quando a coroa portuguesa,

⁴ Ver, Gomes, Flávio dos Santos. *As Raízes do Efêmero: Comunidade e Cultura Escrava na Insurreição Quilombola de Vassouras*. In: *História de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p. 228 - 231.

numa tentativa oficial de regularizar a mão-de-obra negra escrava, incentivou a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e do Maranhão, propiciando contatos diretos do norte do Brasil com os portos africanos. Nos vinte dois anos de atividades desta companhia, estima-se que foram introduzidos na Província do Grão-Pará, aproximadamente, dez mil negros africanos procedentes dos Grupos Banto e Sudanês⁵. Eram homens e mulheres que se destinavam à lavoura de exportação — como cana-de-açúcar, tabaco, arroz, algodão e cacau — à agropecuária e aos serviços domésticos.⁶

No século XIX, a população negra na Amazônia era considerável, onde juntamente com a indígena foram se entrelaçando nos aspectos econômicos, social e cultural. As peças africanas se distribuíam em Belém, capital da Província do Grão-Pará e nas circunvizinhanças, como Moju, Igarapé-Miri, Cametá, Mocajuba e Baião. Salles ressalta que, a lavoura canavieira alargou-se por uma extensa área, estendendo-se em redor do Golfo Marajoara, ocupando algumas áreas da Ilha de Marajó, subindo, também a calha do Rio Tocantins. Em Cametá, no ano de 1752, existiam 129 proprietários agrícolas, dentro da vila e nos sítios próximos, onde o trabalho era voltado para a lavoura canavieira, cacauceira e roças de espécies alimentícias.⁷

Na opinião de Eduardo Silva & João Reis, no sistema escravista, a unidade básica de resistência foram as fugas. “Para um produtor definido como ‘cativo’, o abandono do trabalho é um desafio radical, um ataque frontal e deliberado ao direito de propriedade. Quilombos pressupõem fugas, tanto individuais quanto coletivas”⁸.

⁵ O grupo Banto era representado pelas nações Angola, Congo, Benguela, Cambinda, Moximbo, Moximbo, Mauúia ou Macua, Caçanje; e o grupo Sudanês, pelas nações Mina, Fâchi-Achânti, Mali ou Mandica, Fula, Fulupe ou Fulupo, Bijogó ou Bixagó.

⁶ SALLES, Vicente. O Negro no Pará: sob o regime da escravidão. Belém: SECULT, 1988, pp. 26 - 60.

⁷ SALLES, op. cit., p. 123.

⁸ SILVA, Eduardo e REIS, João José. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 62.

Fugas e aquilombamentos que, causaram insônia e muita dor de cabeça tanto para os proprietários de escravos, como para as autoridades legais, em toda a Província do Grão-Pará, os quais, constantemente, publicavam notícias de negros fugidos e seus quilombos.

Distrito de Cameté, para onde mais afluíam os escravos fugidos e os próprios desertores das tropas, era uma verdadeira ameaça, por se ter nesse período tornado um foco de desordens, que se prolongaram até depois da adesão à Independência, e para assim dizer, emendando com os lutuosos dias da cabanagem, havendo sido uma medida quase que paliativa a ida do Bispo D. Romualdo a Cameté a pedido da Junta de 17 de agosto de 1823, logo depois da proclamação de D. Pedro”.⁹

As fugas de negros tornaram-se um processo constante e incontornável, cuja vitalidade foi acrescida com a propaganda da Independência, que atraiu os negros na luta pela liberdade. Os negros, embora perseguidos pela força militar, que tinha na caça de negros fugitivos o seu principal emprego, rumavam para diversas direções. A Microrregião de Cameté ou região do Tocantins, no Pará,¹⁰ exercia uma certa sedução, visto que aí, principalmente na localidade de Cameté, ventilavam-se movimentações contra o regime de então, que se arrastaram após a adesão do Pará à Independência, mesclando-se com os ideais cabanos.¹¹

Segundo Gomes (2015), algumas experiências diferentes para os fugitivos nas áreas rurais eram as dificuldades,

⁹ Muniz, Palma. Adesão do Grão-Pará à Independência. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1922, p. 140.

¹⁰ A Microrregião de Cameté ou Região do Tocantins é composta pelos seguintes municípios paraenses: Abaetetuba, Baião, Cameté, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

¹¹ O movimento Cabano ou Cabanagem foi uma revolta popular que ocorreu no Pará, entre 1835 a 1840, contra a Coroa Portuguesa, que detinha o controle político e econômico da Região Amazônica; representou a união de classes subalternas, intelectuais, parte do clero e de elites nacionalistas, na luta para que os ideais de liberdade fossem concretizados. Foi uma revolução de caboclos, índios, negros, que envolveu o campo e a cidade, através da qual o povo conseguiu chegar ao poder e nele se manteve por um determinado tempo.

mudavam de lugar, ficando o fugitivo entre uma vida movediça e sempre improvisada; andando sozinho ou em dupla pelas matas, tentando fazer alianças para obter proteção. Tiveram aqueles que escaparam (muitas vezes coletivamente) e formaram comunidades, procurando se estabelecer com base econômica e estrutura social própria.¹²

Desta forma, no meio da floresta, nas cabeceiras de furos e igarapés, driblando as forças legais, negros fugidos constituíam seus redutos. Como diz tia Chiquinha, ao rememorar as histórias contadas pelos mais velhos, *“caminhavam dias e dias pela mata, comendo fruta e, às vezes, bebendo água de cipó até chegar onde estava a sua gente já livre, liberta dos castigos e da humilhação de apanhá do senhor”*¹³. Fugindo da escravidão, se esgueirando da perseguição das forças legais, nos mocambos ou quilombos homens e mulheres escravizados tomavam para si a condição de libertos. Na expectativa de que outros *“irmãos fugidos vinham”* ao seu encontro escolhiam locais seguros e farto de alimentos para constituírem suas moradas. Interagindo com matas, rios e igarapés, reconstruíam suas vidas coletando, pescando, plantando, fazendo festas e negociando com regatões, que rompiam os rios da região ou pequenos taberneiros ribeirinhos, que lhes ofereciam alguma forma de proteção.¹⁴

No município de Cameté formou-se às margens do Igarapé Itapocu o quilombo do Mola; no município de Mocajuba há indí-

¹² GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 9.

¹³ Francisca Farias, Tia Chiquinha, 88 anos, povoação de Umarizal/Baião.

¹⁴ Nas lembranças dos mais velhos emergem as histórias de negros que circulavam de um quilombo para outro, reforçando a versão de que os negros fugidos viviam em constantes contatos uns com os outros e até mesmo com escravos das fazendas e vilarejos que ficavam nas proximidades. Nos povoados negros rurais do Tocantins são corriqueiras as histórias acerca do negro Valdemar, conhecido por Volta Seca (cujo apelido faz alusão a um cipó de volta, seco, duro, resistente, que gira para todos os lados) que tinha laços de parentesco e descendência entre os habitantes dos povoados de Icatu e Putiri (município de Mocajuba), Mola, Laguiño, Boa Esperança (município de Cameté) e Umarizal (município de Baião). Segundo seus descendentes, Volta Seca era um negro alto e muito forte, que conhecia as matas da redondeza *“como a palma da mão”*. Conta-se que, através dos caminhos feitos na mata, além dele visitar regularmente os povoados negros, também viveu por longos anos entre os indígenas Assurini nas matas da região.

cios do quilombo de Icatu; e, no município de Baião, negros libertos e fugidos se uniram na formação do quilombo de Paxibal.

Estas comunidades de fugitivos propiciaram a formação de vários mini quilombos, no Tocantins. Temerosos de que as autoridades legais viessem perseguir-los e destruir seus redutos, os aquilombados adotavam a tática da dispersão. Pois, o crescimento demográfico, além de levantar suspeitas dos caçadores de negros fugidos, também requeria uma maior produção de alimentos. Uma vez que, a precária autonomia desses redutos era assegurada pelo extrativismo vegetal, caça, pesca e agricultura de subsistência, por meio do cultivo da mandioca, do milho e do arroz.

Das constantes saídas de negros rumo a um outro pouso foram se formando, na região, novos mini quilombos, como foi o caso de Porto Alegre, Boa Esperança, Porto Seguro, João Igarapé, Laguinho e Tomásia, em Cametá, que se originaram do quilombo do Mola; Icatu, no município de Mocajuba, desmembrou-se no Putiri; Umarizal, Bailique Centro, Bailique Beira e Igarapé Preto, no Município de Baião, se originaram do antigo quilombo de Paxibal.

Nessa região, vários povoados negros rurais têm suas origens marcadas pela existência desses redutos de fugitivos. Nas lembranças dos mais velhos ainda se fazem presentes as histórias vividas e contadas por seus avós, que recuam para um tempo distante; expresso nas falas como o tempo “dos passados”, “dos mais antigos”, “dos fugidos”, “do pega pega” e da existência de quilombos ou mocambos. Por meio da memória oral, tenta-se reconstituir vivências e experiências cotidianas de mulheres parteiras, benzedeiras e curandeiras, que atuaram nessas povoações. As falas multifacetadas dos guardiões da memória, além deixarem emergir pistas do início da formação da maioria destes povoados também, ressaltam a participação feminina nas suas devidas constituições. Nos retalhos das lembranças, aos poucos, vão insurgindo mecanismos diversos de resistência da mulher no Tocantins, suas lutas em torno da manuten-

ção da família e, fundamentalmente, o manejo do poder espiritual e o seu papel de liderança no cotidiano dos seus povoados.¹⁵

Na região do Tocantins, no Pará, emergem evidências de que a mulher negra desempenhou com força, coragem e desenvoltura o destino de quilombolas. Assumindo, entre outras tarefas, a própria chefia de quilombos e posteriormente de suas comunidades remanescentes. Como ocorreu com a negra Felipa Maria Aranha, que assumiu a liderança do quilombo do Mola ou Itapocu, localizado nas cabeceiras do Igarapé Itapocu¹⁶, um braço do Rio Tocantins¹⁷. Este quilombo foi formado, na região, na segunda metade do século XVIII, constituído por mais de 300 negros, seus habitantes quilombolas, sob a responsabilidade desta mulher, viveram ali por vários anos sem serem “ameaçados” pelas forças legais. Felipa Maria Aranha deixou um legado de luta, improvisações e liderança para suas descendentes na Região do Tocantins.

Uma outra mulher, a negra Maria Luiza Piriá ou Pirisá, registrou sua passagem no quilombo do Mola organizando e liderando a Dança do Bambaê do Rosário¹⁸ e na administração da própria

¹⁵ Ver análises mais aprofundadas dessas discussões em PINTO, Benedita Celeste de Moraes. “Filhas da Mata”: prática e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. **Editora Açaí**: Belém – Pará, 2010.

¹⁶ O Igarapé, ou Rio Itapocu nasce como um pequeno filete de água nos campos localizados nas margens esquerda do Rio Tocantins; após o seu encontro com outros igarapés ou ainda igapós, toma o formato de um pequeno rio que deságua no Tocantins, nas proximidades da Vila de Juaba. Segundo a tradição oral, a expressão Itapucu ou Itapocu derivou-se dos vocábulos: Ita, que significa pedra e, pucu, que quer dizer acari, uma espécie de peixe cascudo da Amazônia. Dessa forma, Itapucu significa lugar de acari das pedras, tudo indica que seja um nome de herança indígena.

¹⁷ O Rio Tocantins corta parte do Estado do Pará, formado pelos Rios Paranã e Maranhão, nasce na Serra dos Pirineus e deságua no Oceano Atlântico, formando o estuário do Rio Pará, às proximidades da cidade de Belém do Pará. Encontra-se com o Rio Amazonas pelo Canal de Tagipuru e tem como principais afluentes pela margem direita os rios Manuel Alves da Natividade, Sono, Manuel Alves Pequeno, Manuel Alves Grande e Farinha; pela margem esquerda os Rios Santa Tereza, Itacaiúnas e Araguaia - seu maior afluente.

¹⁸ O Bambaê do Rosário surgiu, no quilombo do Mola em forma de rezas e louvores em homenagens a Nossa Senhora do Rosário, quando uma imagem desta santa chegou nesse quilombo no meio das escassas roupas de uma negra fugida e, após a abolição da escravidão migrou juntamente com outros para a Vila de Juaba. É uma prática cultural de origem africana, de caráter religioso, com mais de um século de transmissão de uma geração para outra. Essa

vida dos quilombolas que ali viveram. Juvita foi mais uma dessas mulheres que fizeram a sua própria história e de seus povoados. Ao sair do Quilombo do Mola ou Itapocu ela fundou o Povoado de Tomásia e liderou o mesmo por muitos anos. Maria Hilária e *velha* Paula ao se embrenharem sozinhas “nas trinças da mata fizeram o primeiro tapiri (cabana) de palha”¹⁹ da povoação de Laguinho²⁰, que aos poucos foi se multiplicando por outros, de negros que deixavam a povoação do Mola, em fins do século XIX.

As Negras Leonor, Virgínia, Francisca, Maximiana e outras no quilombo do Paxibal, se embrenharam na mata para ajudar na sua constituição e ali faziam atividades, até então consideradas como afazeres só masculino, como: caçar, trabalhar na construção das improvisadas barracas de moradia - os tapiris cobertos e emparedados com palhas, como Ubim²¹ e sororoça²². Além de outras tarefas que praticavam no quilombo como, a plantação de roças, coleta dos frutos do mato, pesca, marisco, fabricação de utensílios de barro, redes de dormir e roupas de fibra de curuanã²³ e palha de palmeiras. Conforme faz questão de ressaltar a parteira Custódia Vieira:

dança acontece por ocasião das festividades de Nossa Senhora do Rosário, mês de outubro, na Vila de Juaba. Seus rituais se repetem durante nove noites consecutivas, e giram em torno da coroação, do acompanhamento e da descoroação do rei e rainha. Para melhores detalhes sobre o Bambaê do Rosário recomendo ver: PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Memória, oralidade, danças, cantórias e rituais em um povoado Amazônico. Cametá: B. Celeste de M. Pinto. Editora, 2007.

¹⁹ Benedita Machado, Tia Bena, 78 anos, Laguinho/Cametá.

²⁰ O nome Laguinho foi dado pelos primeiros habitantes, que fixaram residências na beira de um Igarapé, um lago, que se desprende do rio Anauerá.

²¹ O ubim é uma espécie de palmeira com aproximadamente dois metros de altura, da qual os habitantes da região do Tocantins tiravam as folhas, e ainda tiram, para cobrirem e emparedarem as casas.

²² Pertencente a família das musáceas, a sororoça (*Ravenala Guianensis*), atinge aproximadamente dois metros e meio de altura, suas folhagens no formato das folhas de bananeiras, porém mais ásperas e resistentes são utilizadas para cobrir e emparedar casas, além de empalhar paneiros onde conservam-se farinha, seus derivados, peixes e carne de caça salgada.

²³ A planta curuanã ou curauá é herbácea da família das bromélias, conhecida cientificamente por *Ananas Sativa*. Suas folhas, após ficarem de molho em água corrente por alguns dias, fornecem fibras brancas e compridas de resistência extraordinária, apropriadas para o fabrico de cordas, redes de dormir, tecidos grosseiros para roupas e outros utilitários.

As pretas velhas, nossas bisavós foram pega pra escravidão nos campo lá da África, quando tiravam folhas e raiz de pau pra curá a doença do seu povo. Chegaram por aqui como escravos, trabalhavam muito, eram humilhados, tratados como bichos, apanhavam e tudo! Pela força e ajuda dos mistérios, dos guias que acompanhavam elas, fugiram por esses matos e, assim, começou muito desses lugares que existe por aqui por esses centros.(...) Os nossos antepassados, avós, nossas mães, e nós mesmo, nascemo da madre dessas matas, desses rios; é por isso que algumas de nós consegue entender a linguagem dos espíritos, dos encantados do fundo e da mata; foi por meio desse mistério, que recebemo de Deus o dom pra benzê, pra apará criança, fazê remédios de folhas e cascaria de pau (Parreira Custódia Vieira, Zinha, 73 anos, Umarizal/Baião.

As mulheres quilombolas da região do Tocantins, nordeste do Pará, juntamente com as suas parentelas, reconstroem, através da memória oral, suas histórias de vida, de suas bisavós, avós, mães e da própria origem dos seus povoados, na região do Tocantins. De certa forma, na rememoração das suas lembranças e relembanças, elas se reinventam, assim como, reinventam os espaços sociais em que estão inseridas. Modos de trabalhar, se divertir e festejar seus santos padroeiros são inter cruzados. Herdeiras de uma tradição cultural, que vem de longe, seus saberes, poderes e experiências se alternam e dialogam entre si. Assim, suas lutas, resistências, vivências cotidianas e seus saberes como, por exemplo, as práticas de partejar, benzer e curar com plantas medicinais, ao serem transmitidas através da oralidade, vão sendo desenvolvidas, ressignificadas, reinventadas e renovadas.

Na reconstituição dos lampejos da memória dessas mulheres, insurgem e se descortinam as histórias de formação dos seus povoados, relações de gêneros, lutas, sobrevivência e reprodução. Seguindo as trilhas das suas lembranças e de suas histórias de vida enveredo por rios, igarapés e picadas sombrias rasgadas no seio da mata para colher as teias com as quais, tais mulheres, ao falarem dos seus saberes, poderes e experiências, reconstroem uma memória

étnica da escravidão, dos antigos quilombos ou, simplesmente, do “*lugar dos fugidos*”, e fundamentalmente de suas antepassadas.

Diante da sua gente, suas palavras e ações são rigidamente obedecidas. Contudo, seus ofícios, vistos como dons que trouxeram ao nascer, ao se caracterizarem como uma “*missão a ser cumprida*”: de jamais negar socorro a “*uma pessoa que esteja com algum sofrimento*”²⁴ ou com dores do parto, pela especificidade de como o atendimento se processa — sob a obrigatoriedade de se acatar a dádiva divina, de ajudar as pessoas em lugares ermos, a qualquer hora do dia ou da noite — se descortina como mais um dos espaços de domínio destas mulheres, cuja vida cotidiana se pauta em acúmulos de responsabilidades e múltiplas formas de trabalho.²⁵

Mesmo havendo a presença masculina, é a mulher que, na maioria das vezes, acaba chefiando a casa. Ela sempre sai na frente para fazer os trabalhos, principalmente da roça. Segundo afirmam, a esposa conversa com o “*marido pra acertá qual o pedaço de mata que deve ser derrubado*”²⁶. Cabe ao homem providenciar o broque, a derruba, a queima e a limpeza do roçado. A mulher, no entanto, nunca fica ausente dessas tarefas; sempre concilia com as demais atividades do lar e dos trabalhos da roça, está vistoriando todos as tarefas de preparação de uma nova roça. Ela sempre está agenciando o preparo da alimentação, incentivando para que os trabalhadores terminem os serviços com maior agilidade.

Nas falas dessas mulheres, autonomia e independência feminina aparecem como conquistas arrancadas de um universo machista, que, muitas vezes, demandam coragem e determinação. A parteira e benzedeira Anastácia, do povoado de Umarizal, construiu passo a passo a independência tão prezada pelas mulheres da região

²⁴ Parteira, curandeira e benzedeira Maria Madalena Borges, tia Madá, 80 anos, ex-habitante do Mola, Bairro Novo/Cametá.

²⁵ PINTO, Benedita Celeste de Moraes. “Filhas da Mata”: prática e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. *op. cit.*

²⁶ Virgina Borges, Tomásia/Cametá.

do Tocantins. Por possuir os atributos de “*uma mulher simpática, ladina, alegre, uma negra bonita*”²⁷, chegou a sofrer violência física por parte do marido. Nas suas constantes viagens para partejar e benzer, “*tinha um certo conhecimento e muitos amigos*”, fato que acentuava ciúmes no seu companheiro, que ao suspeitar de estar sendo traído, atacou a mulher com um terçado. A partir de então, Anastácia, apoiada pelos filhos, parentes e amigos, optou por ir viver só; tornou-se, conforme faz questão de frisar, “*dona do seu próprio nariz*”, passou a gerenciar sua casa e sem ter quem lhe dê ordens, vai para onde quer; sem a obrigação de prestar obediência, considerando-se “*uma mulhé respeitada*”, agora vive melhor, “*faço de tudo, sou livre*”.²⁸

Primeiro eu tive dois filhos e não vivi com o pai deles, mas não diga a senhora que quando chegasse na hora de parí eu não tinha dinheiro pra dá alguma coisa pra parteira, pra comprá as coisas necessárias. Eu ia com a senhora: a senhora não tem roça pra capiná? Aí eu ia fazendo o trabalho e jutando o dinheirinho pra quando fosse preciso. Eu não ficava esperando de homem iguá certas mulheres. (...) Já depois de algum tempo que eu arrumei homem pra vivê comigo. Mas assim mesmo, eu nunca digo que dependi de homem, sempre fiz de tudo, rocei, cheguei a derribá, plantei, capinei, tirei concha, cortei siringa; pra criá um bucado de filho, netos e tudo (Parteira Custódia Vieira, 73, Umarizal/Baião).

Custódia, assim como outras parteiras e curandeiras da região do Tocantins, através da sua memória, reconstrói a trajetória da mulher negra rural, que não encontra limites para nenhum tipo ou forma de trabalho. Sem excluir a presença da figura masculina de suas vidas, com a qual estabelecem relações de companheirismo, tensões, conflitos e oposições, vão demonstrando suas lutas e resistências. Relegando, assim, a possível dependência feminina a ângulos distintos de se ver ou aos modos de viver a vida. Dessa forma, a mulher só se torna submissa quando ela se acomoda, aceita a

²⁷ Fala de um habitante de Umarizal/Baião.

²⁸ Parteira Anastácia de Souza, 65 anos, Povoado de Umarizal/Baião.

submissão. Caso contrário, ela é capaz de trilhar seus próprios caminhos desempenhando os mais variados papéis na vida; exercendo, inclusive, muitos daqueles considerados socialmente como sendo da alçada masculina.

A maioria dessas mulheres não se curva por muito tempo diante da figura masculina, principalmente no que diz respeito ao lar. Não relutam em reivindicar para que os companheiros, além das atividades da roça, destinadas à manutenção da família, também executem os trabalhos domésticos, *“porque homem que se considera tem que saber de tudo um pouco. Lavar, cozinhar, varrer não diminui o valor dele em nada”*²⁹. Muito pelo contrário, enaltece a sua figura como um marido exemplar, que coopera em casa, que sabe ser companheiro, participa da criação dos filhos e de tudo que envolve sua família:

Eu ensinei os meus filhos fazerem os serviço de casa, pra ajudarem também mulher deles. O pai deles, o meu marido verdadeiro, sabia fazer comida, lavava, tomava conta de tudo, me ajudava muito. Mas era péssimo porque era muito mulherengo, aí eu mandei correr terra mesmo. Sabe quantas vezes vou deixar abusar dessa preta velha? Nenhuma! Homem nenhum! Eu disse: se tu gosta de mulhé, eu também gosto de homem, se tu quê namorá, eu quero muito mais. Ele queria sê livre, eu muito mais! Mandeí pastá! E, olhe, que eu nunca me arrependi nesta minha vida (Parteira e benzedeira Raimunda Ramos, Vila de Juaba/Cametá).

Na memória oral dos povoados rurais do Tocantins, parteiras, curandeiras e benzedoras, pelas forças e especificidades das funções que exercem, são vistas como mulheres que jamais se curvam diante das dificuldades, do esforço físico e nem dos perigos. Nunca tomam a forma de ser frágil, não importa a idade. Suas figuras emergem como mulheres destemidas, fortes, independentes e valentes lutadoras, capazes de ultrapassar tanto a liderança dos seus povoa-

²⁹ Parteira Raimunda Dias, Vila de Juaba/Cametá.

dos como a chefia doméstica; onde, na maioria dos casos, aparecem como as principais provedoras das suas famílias:

Pra lhe contar a verdade que o marido dela, daquele tamanho, ela guiava ele no terçado. Ela mandava e ele obedecia. É uma mulher assim agitada, fala uma coisa, depois outra, conforme esteja de acordo com ela. Mas é perigosa pra trabalhar. Olhe, aqui nesse lugar, eles sempre faziam grandes roçados e ela era quem estava na frente de tudo. Contava o pessoal e todos sabem que pra plantar a mandioca ela é perigosa mesmo. E é rápida pra plantar. É uma mulher que gosta de trabalhar (Benedito Coelho - Miramar/Mola).

A mulher líder de povoado, no exercício da função de parteira, “experiente” ou benzedeira, quando se ausenta, repassa o papel de chefia da casa, ou do seu povoado, para uma pessoa de sua inteira confiança, que pode ser: o seu companheiro, um filho ou filha mais velho (a), ou então um outro parente mais próximo; que, na ausência daquela, transforma-se em um representante, de comportamento exemplar, com poder de decisão diante dos demais e hábil para solucionar os possíveis descontroles que possam ocorrer.

A situação da mulher aqui não se diferencia muito de outras regiões brasileiras, onde a luta pela sobrevivência propicia condições para que as relações de gênero sejam constantemente improvisadas. As ações femininas tendem a apontar, constantemente, para o rompimento de papéis considerados formais. Ao negar a possível “passividade”, a mulher se transmuta da condição de “frágil”, “dependente” e passa a executar papéis considerados masculinos³⁰,

³⁰ Cristina Wolff, referindo-se ao caso de escassez de mulheres nos seringais do Acre afirma que a diferença entre a população masculina e a feminina, entre 1890 e 1940, era bastante grande, e podia haver seringais em que não houvesse nenhuma mulher. Este desequilíbrio demográfico com certeza criava situações bastante originais na vida dessas mulheres. As relações de gênero tinham de ser improvisadas levando em conta seu menor número e, ainda, a falta de espaço para elas no esquema produtivo dos seringais que se formavam. Elas acabavam surgindo na documentação pesquisada por essa autora, como coletora do látex, ou como patroa do seringal. Aparecem sempre ações originais, mulheres que romperam com os seus papéis formais, tornando-se “homens”. Aquelas que caçavam na mata enquanto o marido dava milho para as galinhas. O que acontecia também no estrato dos patrões, no qual mulheres assumiam o controle de negócios, tinham iniciativas políticas e econômicas e padrões

como chefiar o lar, liderar povoados, caçar, fazer casas; enquanto o seu companheiro, em muitas ocasiões, é obrigado a cuidar dos filhos e das tarefas domésticas. Talvez tenha sido a partir dessas condições que a figura feminina passou a cruzar à categoria de “*mulher macho no trabalho*”; expressão usada na região do Tocantins para exemplificar uma mulher que desempenha as mais variadas atividades, que demonstra iniciativas políticas e econômicas diante dos seus.³¹

Observa-se, portanto, que as mulheres negras rurais da região Tocantina estavam presentes juntamente com os homens na resistência. Eram elas que mantinham a organização e manutenção dos quilombos, muitas vezes na ausência temporária dos homens, tendo que sobreviver, acabavam praticando tarefas consideradas pesadas, ditas de homens. Essas mulheres improvisavam, inventavam e reinventavam produzindo saberes para os seus, que acabavam se interligando na convivência entre homens e mulheres. Esses saberes e poderes ancestrais que acumularam ao longo de suas vidas, suas invenções, reinvenções e improvisações na vida diária as tornam fortes o suficiente para partejar, curar através das ervas e afastar *malínezas* dos encantados.

As mulheres negras rurais ultrapassam a noção de “fragilidade” e “dependência” da figura feminina. Como pares dos homens, vão trançando, concomitantemente, com este, não a divisão do trabalho por sexo, ou ainda a prática de funções “leves” e “pesadas”, mas a alternância e as trocas múltiplas de papéis. Homens e mulheres partilham, pelo que parece, na luta, que tem sido para eles, o ato de sobreviver, forças saberes e experiências mútuas. Essas mulheres ao superarem a condição do “ser frágil”, “passivo” e “dependente” foram capazes de construir sua própria história e de seus povoados, através da força simbólica vinda de sua personalidade e de suas várias formas de resistência, que vem sendo

de comportamento não muito usuais (WOLFE, Cristina Scheibe. Mulheres da Floresta: Uma História: Alto Juruá, Acre (1890 – 1940). São Paulo: Hucitec, 1999).

³¹ PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Nas Veredas da Sobrevivência. op. cit. p. 62

repassada até os dias atuais por algumas de suas descendentes nos povoados negros rurais da região do Tocantins, no Pará.

Segundo afirma Beatriz Nascimento, a luta da mulher negra brasileira, caracteriza-se a partir das estruturas de dominação presente em suas vidas, que ainda estão relacionadas ao período colonial. Essas estruturas infelizmente definem e perpetuam as posições sociais da mulher negra:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais as estruturas de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assumam empregos domésticos, em menor grau nas indústrias de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. (...) estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismo que são essencialmente ideológicos e que ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade tem efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupavam na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados.³²

Gisele Santos, por sua vez, menciona que mesmo nos dias atuais a própria categoria analítica gênero ainda se mostra vinculada a certa homogeneização, desconsiderando as diferenças entre os mais diversos grupos de mulheres. Pois, o racismo epistêmico se configura como “uma das consequências diretas dessa tendência no campo dos estudos feministas”, uma vez que, tanto a invisibilidade das mulheres negras como protagonistas na história, quanto o silenciamento da produção intelectual desenvolvida por estas mesmas

³² NASCIMENTO, Maria Beatriz. Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018, p. 82)

mulheres resultam na construção de análises distorcidas e limitadas a respeito das experiências femininas no Brasil:

A utilização de uma perspectiva unidimensional, que só considera a realidade das mulheres brancas, legitimou a utilização de acervos, tipos de fontes e metodologias condizentes com os espaços sociais onde este grupo de mulheres foi inserido historicamente. Mas, outros grupos foram sociabilizados em ambientes diferentes. Assim, a própria divisão entre público e privado, enquanto espaços majoritariamente masculinos e femininos, respectivamente, não se adequa à experiência histórica das mulheres negras, o que demonstra a parcialidade de determinadas escolhas de pesquisa.³³

Contudo, segundo afirma Dias, na história do povoamento do Brasil, as mulheres foram capazes de assumir papéis de homens, guerreiros e provedores da casa e, como tais, foram obrigadas a sustentar os companheiros³⁴. Na região do Tocantins, as falas de algumas parteiras e curandeiras e líderes locais entrevistadas deixam aflorar indícios do tempo em que os companheiros, quem sabe interessados no que elas poderiam arrecadar como recompensa pelos seus trabalhos de partejar, benzer e curar, mostravam-se indiferentes à segurança destas e aos seus esforços físicos, cansaço e fome. Tudo leva a crer que seus interesses se voltavam unicamente para os possíveis lucros que viriam do trabalho da mulher, do qual, na condição de maridos, se apossavam. Apesar dos protestos da companheira e de terceiros.

As mulheres nas povoações quilombolas da região Tocantina se forjam personagens de sua própria história. Ultrapassam as barreiras ideológicas do silêncio da historiografia para provarem que são, igualmente, portadoras de poderes diante dos homens. Poderes nos mais diversificados âmbitos sociais,

³³ SANTOS, Gisele C. dos Anjos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. *Gênero*, vol. 16 nº 2, 2016, p. 25-26.

³⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.238.

cuja simbologia procuro explicitar através deste estudo. Fracassa desse modo, a idéia de invisibilidade da mulher como sujeito histórico, uma vez que ela sempre se fez presente nos mais variados eventos da nossa história³⁵. Embora a sua participação tenha sempre sido ignorada.

A propósito, numa instigante busca pela figura feminina na historiografia brasileira, Maria Odila L. da Silva Dias, afirma que “o pressuposto de uma condição feminina, idealidade abstrata e universal, necessariamente a-histórica, empurra as mulheres de qualquer passado para espaços míticos sacralizados, onde exerceriam misteres apropriados, à margem dos fatos e ausentes da história”. Dessa forma, Segundo Margareth Rago, todo “discurso sobre temas clássico, como abolição da escravatura, a imigração européia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, jamais de mulheres capazes de merecerem uma melhor atenção”.³⁶

No entanto, seja de que forma for, desde a colonização brasileira, as mulheres acabam aparecendo na literatura, nos inventários, nas declarações de posse, nos processos, ou ainda nas confissões segredadas e silenciosas das páginas dos cadernos e livros de memórias. As consideradas ricas, têm seus nomes grafados nas páginas dos inventários, nos livros, com suas joias e suas posses de terras; as mulheres negras escravizadas também têm os seus nomes ali registrados, embora apareçam como propriedade das ricas; as pobres livres, as lavadeiras, as doceiras, as costureiras, as rendeiras, as quebradeiras de coco, as parteiras, as quilombolas, as roceiras e outras tantas, são mulheres das quais pouco se sabe. Não deixaram nenhum bem após a morte, e “seus filhos

³⁵ Ver SCOT, Joan. “Gênero uma categoria útil de análises históricas”, In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, Vol. XVI, n.º 2, julho- dezembro de 1990.

³⁶ RAGO, Margareth. As mulheres na Historiografia Brasileira. In: *Cultura Histórica em Debate*. org. Zélia Lopes da Silva. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 81.

não abriram inventário, nada falaram dos seus anseios, medos, angústias, pois eram analfabetas e tiveram, no seu dia a dia de trabalhar, de lutar pela sobrevivência”.³⁷

Da vida dessas mulheres, suas histórias, lutas, experiências e saberes só emergem através do processo de esquadrinha e da reconstituição de uma memória quase que surda, bastante fragmentada, já quase esfacelada pelo tempo. Mas que teima em insurgir da surdez do passado para o presente no exercício das lembranças e relembrações, e das histórias de vida de seus descendentes, como bem exemplificam as falas e as reminiscências com as quais tentei tecer a trama de composição do presente texto.

Memória que faz ecoar dos escombros esquecidos da história os sons das cantigas em forma de murmúrio de negras fugitivas de quadris largos, canelas finas e longas, cabeleira amarrada com fibra de curuanã, envira³⁸, ou com um cipó qualquer tirado do mato, que vagando nos caminhos de mata entre cipós e imensos troncos de acapuzeiros³⁹, seringueiras⁴⁰, maçarandubeiras⁴¹, castanheiros⁴², nos embrenhados da floresta amazônica ambientavam seus feitos

³⁷ FALCI, Miridam Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: *História das Mulheres no Brasil* Mary Del Priore (org.): Carla Bassanezi (coord. de textos). - 2. ed.- São Paulo: Contexto, 1997. p. 242.

³⁸ Fibra extraída da casca de envreira ou embreira, árvore que varia entre grande e mediana, pertencente ao grupo das Anonáceas. Existem diversas variedades na floresta amazônica.

³⁹ O acapuzeiro é uma árvore muito comum em toda floresta amazônica cuja madeira muito forte e resistente é muito requisitada na região. Da família das leguminosas - plantas caracterizadas pela frutificação em vage-, quando adulta chega a uma altura de mais de trinta metros. Seu nome científico é *voucapoua americana*.

⁴⁰ A seringueira é uma árvore nativa da Amazônia, da família das euforbiáceas que produz o látex ou a borracha. Seu nome científico é *hevea brasiliensis*.

⁴¹ Árvore grande da família das sapotáceas, de madeira com a coloração vermelho-escuro, dura e de grande resistência. Através de cortes por todo o seu caule obtém-se uma resina de cor branca (o leite de maçaranduba), um látex potável. No interior dos seus frutos há uma polpa comestível, de sabor adocicado e gostoso. Sua madeira é apropriada para dormentes, estacas e cercas. É conhecida cientificamente como *Mimusops Huberi*.

⁴² Castanheiro ou Castanha-do-Pará é conhecido cientificamente como *Bertholetia Excelsa*, árvore de grande porte, da família das lecitidáceas. Seus frutos fornecem amêndoas, que representam um dos valores econômicos nas exportações do Estado do Pará. Nas exportações as amêndoas perdem o nome de castanha-do-Pará para se tornarem “BRAZIL NUTS”, ou seja, “Castanha-do-Brasil”.

entre os demais aquilombados, dirigindo, chefiando, defendendo, granjeando o sustento do dia-a-dia.⁴³

Mulheres sábias, aprendizes da natureza, cujas lições eram as práticas de infusões, unguento, e beberagem de folhas, cascas e raízes de pau para curar os males do corpo. São estes saberes, poderes, experiências, trabalhos, sofrimentos, modo de sobrevivência, e finalmente, suas lutas nos antigos quilombos, assim como, de suas descendentes nas povoações quilombolas e demais mulheres de povoados negros da região tocantina, que marcam o compasso de sua participação e constituição na história. Ressaltam sobre os papéis centrais e norteadores que essas mulheres detêm, especialmente nos povoados quilombolas na região Tocantina, no Pará.

Os poderes e os saberes feminino, assim como, suas lutas pela sobrevivência, nas povoações quilombolas da região do Tocantins, são marcas visíveis delegadas por antigas quilombolas (suas ancestrais), as quais, através da reconstituição de suas memórias e de suas histórias fixaram normas de trabalhos não estabelecidas pelo sistema patriarcal. As mulheres negras rurais dessa região ultrapassam a noção de “fragilidade” e “dependência”, visto que como pares dos homens, vão trançando, concomitantemente, com este, não a divisão do trabalho por sexo, ou ainda a prática de funções “leves” e “pesadas”, mas a alternância e as trocas múltiplas de papéis, partilham, pelo que parece, na luta, que tem sido para ambos, o ato de sobreviver, forças saberes e experiências mútuas. Tais mulheres, ao superarem a condição do “ser frágil”, “passivo” e “dependente”, foram capazes de construir sua própria história e de seus povoados, através da força simbólica, vinda de sua ancestralidade, personalidade e de suas várias formas de resistência, repassada até os dias atuais, por algumas de suas descendentes, nos povoados negros rurais da região do Tocantins, no Pará.

⁴³ PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Nas Veredas da Sobrevivência. op. cit. p. 28-29

FRANCIVALDO ALVES NUNES¹

O RIO CAPIM POR JOÃO BARBOSA RODRIGUES (1875):

Entre fazendas, engenhos, sítios e moradas
nos sertões amazônicos



Introdução

João Barbosa Rodrigues (1842-1909), filho de comerciante português e mãe brasileira de ascendência indígena, nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império. Aluno do curso de Bacharelado em Ciências e Letras, pelo Colégio Pedro II, teve seus primeiros contatos com as Ciências Naturais em 1864. Nesta instituição chegou a exercer as funções de secretário e professor de Desenho. Na mesma época, teria conhecido o botânico Francisco Freire Allemão Cysneiros (1797-1874), com o qual aprendeu diversas técnicas e realizou algumas incursões pelo interior do Rio de Janeiro, à procura de orquídeas, cujos resultados foram publicados com o título “Genera et species orchidearum novarum”. Como bem destaca Margali Sá, o estudo como botânico era apenas uma das suas múltiplas

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor na Universidade Federal do Pará, atuando no curso de História do Campus Universitário de Ananindeua e nos programas de pós-graduação em Ensino de História (Campus Ananindeua) e História Social (Campus Belém). Texto resultante de pesquisas vinculadas ao projeto “Roceiros, extractores e o viver no sertões amazônicos: Estado imperial entre interesses de observação e estratégias de controle”, financiado pelo CNPq.

habilidades, envolvendo-se “com temas tão diversificados, quanto importantes para época, como a etnografia, a linguística, a arqueologia, o indigenismo, a química e a farmácia”.²

Em 1871, Barbosa Rodrigues recebeu autorização para realizar uma *Comissão Científica de Exploração e Estudo pelo Vale do Amazonas*, concedida pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por influência da Princesa Isabel (1846-1921) e de Guilherme Schüch, o futuro Barão de Capanema (1824-1908). O objetivo principal desta viagem era catalogar espécies de palmeiras para contribuir com a conclusão da obra “Flora Brasiliensis”, do naturalista bávaro Carl Friedrich von Martius (1794-1868), que havia percorrido a região amazônica no início do século XIX.

**Imagem I - Retrato autografado de
João Barbosa Rodrigues (1842-1909).**



Fonte: RODRIGUES, João Barbosa. *Sertum Palmarum Brasiliensium*.
Bruxelles: Imprimerie Typographie Veuve Monnon, 1903. v. 1, p. 6.

² SÁ, Magali Romero. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. VIII (suplemento), p. 899-924, 2001, p. 900.

A presença na Amazônia e o longo percurso pelos rios da região geraram alguns relatórios, posteriormente publicados na Corte do Rio de Janeiro. Para esta comunicação nos ocuparemos do relatório intitulado “Exploração e Estudo do Valle do Amazonas: rio Capim”, publicado em 1875, sendo apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Neste documento, Barbosa Rodrigues realizou, não só uma minuciosa descrição geográfica e hidrográfica deste rio, como também aspectos sobre a ocupação humana, destacando as formas de uso da terra e dos recursos florestais, assim como presença de uma consolidada experiência de ocupação em que se observava a presença de sítios, engenhos e fazenda na região, mas também marcada pela presença de populações indígenas, como os Turiuaras e Tembés. O relatório, constituído de 56 páginas, apresenta ainda uma detalhada planta do rio Capim, apontando as principais localidades, fazendas, sítios e igarapés.

Nossa intenção aqui é compreender a relação entre o discurso construído em torno das experiências de ocupação desenvolvida pela população que ocupava os sertões amazônicos e as estratégias apresentadas como necessárias para promover o desenvolvimento econômico da região, mediada pela elaboração de um conhecimento científico, construído dentro contexto político do Brasil do século XIX. Neste aspecto, os estudos de Barbosa Rodrigues e as observações e relatos que construiu sobre o rio Capim dialoga com um pensamento da época, em que se pauta pela necessidade de maior conhecimento do espaço amazônico, das experiências de vida e trabalho como estratégia de construção de políticas públicas que promovessem um desempenho, não apenas de manutenção da ordem, assim como elevassem os hábitos das populações interioranas, através da ciência. Nesse aspecto, o conhecimento científico, construído pela observação e registro detalhado das situações e eventos,

presente no relatório, não apenas revelariam aspectos do modo de vida das populações locais. Expressaria também, a compreensão que esse agente, na condição de servidor público, desenvolve sobre esses grupos, assim como revela a defesa de projetos e convicções que constrói sobre a região e as pessoas.

Para darmos conta destas questões dividimos o texto em quatro momentos. No primeiro, procuramos perceber a forma como Barbosa Rodrigues percebe a região cortada pelo rio Capim. No seguimento posterior, nos ocupamos em compreender as interpretações, quanto às experiências de ocupação da região, marcada pela presença de engenhos, sítios e fazendas. Em seguida foi possível destacar as observações sobre a população indígena, os costumes, conflitos e as perspectivas construídas em torno desses grupos. Por último, apresentamos alguns aspectos conclusivos pautados no que se compreendia sobre a região do Capim, mas principalmente os valores defendidos por Barbosa Rodrigues que geram aproximações e distanciamentos das experiências de vida dos que ocupavam os sertões da Amazônia.

O rio Capim

Barbosa Rodrigues, procura demarcar seus estudos sobre o Capim aos moldes da ciência do século XIX, construída pela ideia da busca da veracidade dos fatos, expressas através da observação. Revela a preocupação com o conteúdo, que revelaria a realidade dos acontecimentos, através de uma descrição pormenorizada dos acontecimentos observados. Aqui pauta-se uma questão importante, e que nosso interlocutor constrói como pressuposto de sua investigação, no caso, a observação e abordagem como método fundamental para coleta de informações. Essa estratégia vai permitir não apenas revelar aspectos da paisagem constituída pelo rio Capim, como também os hábitos das populações locais.

O Capim, visitado por Barbosa Rodrigues, se apresentava como uma região exuberante e com histórico de ocupação marcada pela presença de engenhos, sítios e fazendas, como já destacamos. Como advertia Azevedo Marin, ao traçar um quadro das formas e relações de trabalho no vale do rio Capim nos séculos XVIII e XIX, embora estivesse preocupada em identificar as áreas quilombolas, percebeu uma significativa ocupação com a presença de trabalho escravos em engenhos da região.³

Para Ximenes e Coelho, à época da viagem de exploração de Barbosa Rodrigues, o rio Capim possuía duas freguesias: de São Domingos da Boa Vista e de Santana do Capim⁴. Para Barbosa Rodrigues (1875), São Domingos estava “no ponto mais lindo do rio Capim, sobre um terreno sólido, que se eleva acima da preamar três metros”. Possuía 17 casas, que eram “edificadas sem ordem, todas arruinadas”⁵. Havia nesta freguesia um comerciante brasileiro e uma escola pública para meninos, que não era muito frequentada pelas crianças da localidade. Contava com uma nova igreja matriz, que estava em construção desde 1862. Em 1872, o governo provincial tentou mudar a sede da freguesia para outro local, uma vez que estava em um “estado de decadência”. Tal decisão, contudo, nunca se efetivou. Em relação ao aspecto econômico, Barbosa Rodrigues salientou o cultivo de cacau, café, arroz, tabaco, bem como a fabricação da farinha, além da extração da goma elástica, sendo o arroz, o tabaco e a farinha os principais produtos de exportação.⁶

³ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Importância da História, da Geografia e da Cartografia na análise da formação social e territorial da Amazônia In: MONTEIRO et al. *Atlas socioambiental*: municípios de Tomé-açu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis. Belém: NAEA/UFPA, 2009, p. 12.

⁴ XIMENES, Cláudio; COELHO, Alan Watrin. A descrição histórica, geográfica e etnográfica do rio Capim feita por João Barbosa Rodrigues. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 12, n. 2, maio-ago. 2017, p. 545.

⁵ VRODRIGUES, João Barbosa. *Exploração e estudo do valle do Amazonas*: rio Capim. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 8.

⁶ *Idem*, p. 9.

A freguesia de Santana do Capim localizava-se também na margem direita do rio Capim. Nela, havia uma matriz, 14 casas, dois comerciantes brasileiros e uma escola pública, com 42 alunos matriculados. Importante destacar que esta descrição da forma como eram compostas as populações das vilas e de freguesias do rio Capim, bem como de seus afluentes, além das observações, Barbosa Rodrigues utilizou o mapa de estatística da província do Pará, de 1872, elaborado por Antônio dos Passos de Miranda (1847-1899), o qual compôs o relatório do presidente de província Domingos José da Cunha Júnior, apresentado em 1º de julho de 1873.⁷

Acerca da população das vilas e de freguesias do rio Capim e de seus afluentes, Barbosa Rodrigues salientou que “como em quasi todas as freguesias da província, principalmente deste rio, a população feminina é superior à masculina, devido à emigração constante para os seringais”. Outra questão observada é que existiam “a raça tapuya, com o seu cruzamento, e a preta, que geralmente representa a escravatura que se acha dividida pelos diversos engenhos”. Revelou ainda que, “comparando-se a população hodierna com a de 1833, que era de 5.298 habitantes sendo 2.673 livres e 2.625 escravos, nas três freguesias que então existiam, vê-se que não só duplicou, como também uma grande vantagem se conseguiu; que, foi a diminuição do elemento escravo que, sendo quase igual então ao livre, hoje é muito menor”.⁸

A ideia de explorar o rio Capim surgiu no final de 1874, quando Barbosa Rodrigues procurou saber quais rios da região ainda não haviam sido explorados por naturalistas. Como bem destaca, ao descer da cidade de Óbidos, que por algum tempo serviu de centro para suas explorações, o teria levado aos “estudos para o rio Ca-

⁷ MIRANDA, A. P. Relatório do anno de 1872, apresentado pelo Presidente da Província, Domingos José da Cunha Júnior na 2ª sessão da 18ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de Julho de 1873. Belém: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1873. (Relatório 2, Anexo 7).

⁸ RODRIGUES, João Barbosa. *Exploração e estudo do valle do Amazonas: rio Capim*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 25.

pim, onde a messe prometia, recompensar as fadigas, por ser um rio pouco explorado e conhecido”⁹. De acordo com Romero Ximenes e Alan Coelho, ao saber que o Capim era um desses rios pouco visitados por pesquisadores, o botânico procurou, e conseguiu, apoio do Governo Provincial do Grão-Pará para realizar a viagem¹⁰. Na verdade, nos adverte os autores, o naturalista inglês Alfred Russel Wallace (1823-1913) havia percorrido a foz do Capim em junho de 1849, logo depois de ter explorado o rio Guamá, a fim de verificar o fenômeno da pororoca, em que se observava os efeitos de destruição provocados pelos encontros das águas do rio com as do oceano. A 7 de dezembro de 1874, em uma lancha do 3.º Distrito Naval, cedida pela província Pedro Vicente de Azevedo, partiu com destino ao famoso engenho de José Calixto Furtado (1806-1882), fazendeiro e industrial, chefe do partido político conservador na freguesia de Santana do Capim.¹¹

Entre fazendas, engenhos, sítios e moradas

As primeiras observações de Barbosa Rodrigues, dava conta de descrever a foz do rio Capim, limitado ao sul por diversas ilhas, e ao norte pela ponta de terra firme, onde estava edificada a cidade de Belém. Penetrando pelo rio observava as margens revestidas de uma vegetação frondosa, interrompida por uma ou outra casa ou estabelecimento industrial, principalmente serrarias, engenhos, sítios, olarias e fazendas. As ruínas do *Paiol da Pólvora* do governo, a margem do igarapé do Aurá eram também observadas, sendo este paiol construído ainda em 1791, sob o governo de D. Francisco de Souza Coutinho, e denominado de São Francisco do Aurá. Acima do Aurá,

⁹ *Idem*, p. 5.

¹⁰ XIMENES, Cláudio; COELHO, Alan Watrin. A descrição histórica, geográfica e etnográfica do rio Capim feita por João Barbosa Rodrigues. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 12, n. 2, maio-ago. 2017, p. 542.

¹¹ WALLACE, Alfred R. *Viagens pelo Amazonas e rio Negro*. Brasília: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2004, p. 155.

também duas milhas, porém na margem esquerda terminariam as ilhas e apareceria um canal que unia o Capim ao rio Moju. Ficando quase fronteiro ao lugar era denominado de Uriboca.¹²

A descrição dos canais e igarapés e as experiências anteriores de ocupação de suas margens aparecem, neste primeiro momento do relatório, para demonstrar os diferentes usos que se tinha feito da vegetação local, como também do caminhos navegáveis e que ligavam essa região ao porto de Belém, fundamental para o comércio dos produtos que são desenvolvidos nestes engenhos, sítios e fazendas. Esta questão fica evidente quando, seguindo o curso do rio, depois do igarapé Caraparu, nosso observador faz referência a ilha Bom Intento e a presença de duas fazendas: a Mucajuba, fundada em 1762, e Bom Intento. Não deixava de registrar ainda a ilha de Pernambuco dos Frades e, próximo a ela, na margem direita, a fazenda Pernambuco, localizada “n’um dos pontos mais lindos do rio, e donde se goza a primeira formação da *pororoca*”. Não deixava ainda de registrar a Engenhoca de Santa Thereza de Monte Alegre, habitada por escravos libertos da Ordem dos Carmelitas.¹³

A descrição das experiências de ocupação das margens do Capim dão conta ainda da identificação dos sítios Bom Jardim e Valverde que também teriam sido propriedades carmelitanas, cujas terras se estendiam ao rio Bujaru. Alguns quilômetros depois da freguesia de São Domingos, na margem esquerda, observava a fazenda Graciosa. No perímetro onde desaguavam os igarapés Caquita e Palheta, registrava a presença de dois engenhos, ambos pertencentes a Vicente Chermont de Miranda (1849-1907), mais conhecido por Vicente Gallego: o Tapiruçu – “antigo, de uma construção sólida e com uma bonita capela, infelizmente maltratada”, que utilizava as águas represadas de um igarapé com o mesmo nome para moer cana-de-açúcar e arroz – e o Aproaga – que utilizava as águas do igara-

¹² RODRIGUES, João Barbosa. Exploração e estudo do valle do Amazonas: rio Capim. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 4.

¹³ *Idem*, p. 7.

pé Jaruará para mover suas máquinas, pertencente outr'ora a família Braga, que habitava o mesmo igarapé. Entre eles, desaguavam os igarapés Jari (margem direita) e o Pirajoara (margem esquerda).¹⁴

Três quilômetros adiante do Aproaga, ficava localizada, na margem direita do rio, a freguesia de Santana do Capim e, a pouco menos de dez quilômetros depois, mais pela margem esquerda, encontrava-se o engenho Santo Antônio, dentro da fazenda São José, de propriedade de José Calixto Furtado, o único da região que possuía “machinas a vapor, uma com todos os melhoramentos modernos e de grande custo para o descarçamento do arroz e a moagem da cana”. Esse engenho produzia e exportava “arroz, açúcar, cachaça, farinha etc”. Além desta propriedade, Calixto Furtado possuía o “Sítio do Carmo”, de mais de “oito léguas de terras”, também no rio Capim.¹⁵

Neste ponto, o rio formava um pequeno conjunto de cinco ilhas, com vários sítios, entre os quais desaguavam os igarapés Jaboti Maior e Tachyteua, ambos pela margem direita. Cerca de dez quilômetros adiante do igarapé Anunirá, localizava-se a ilha São Caetano. Três quilômetros, além de desaguar o igarapé Maracachy, encontrava-se a ilha Caapoamque, que, segundo Barbosa Rodrigues era a maior do rio Capim, com pouco mais de três quilômetros de extensão. Mais à frente, estava o igarapé Jauaryteua, denominação dada por nosso observador devido à existência de grande quantidade de palmeiras do gênero *Astrocaryum jauari* no local. A partir desse trecho, pela margem esquerda, encontrava-se o sítio de Manoel dos Santos e, em seguida, a ilha Gipó-oca .

A partir dessa ilha, Barbosa Rodrigues chamou de “região dos lagos”, formada pelo Tachy – onde, de acordo com o botânico, no verão, costumava-se fazer grandes salgas de tucunaré e pirarucu, bastante consumido na região e que também servia para abastecer o

¹⁴ *Idem*, p. 25-26.

¹⁵ *Idem*, p. 34.

mercado de Belém – e pelo Tymbira, ambos pela margem esquerda, e o Maria Preta, Caraná-deua e Cata em Pé, pela margem direita. Quase defronte a este último, pela margem esquerda, ficava o sítio São Francisco e, cerca de três quilômetros depois, Badajós, localidade que também pertencia a José Calixto Furtado e que, segundo Barbosa Rodrigues, fora destruída pela Cabanagem, a grande “rebellião de 1835”.¹⁶

Os indígenas do rio Capim

Barbosa Rodrigues se ocupou ainda de visitar uma aldeia Tembê, próxima ao igarapé Pixuna, um dos afluentes do rio Candiru-açu, localizada “em um terreno elevado, à margem do rio e rodeada de florestas”. Esta aldeia era formada por alguns índios que fugiram do aldeamento Santa Leopoldina e por outros vindos de florestas próximas aos rios Urahy e Pimental (afluentes do rio Gurupi), e aos rios Putyritá e Cauichy (afluentes do rio Capim). O botânico ficou hospedado na casa do Tuxaua, com quem “felizmente” conseguiu se comunicar “não só por falar o tucháua já algumas palavras portuguesas, como por entenderem a língua geral que para quem viaja por todas as regiões é um poderoso auxiliar”.¹⁷

O aldeamento de Santa Leopoldina foi criado em 26 de Agosto de 1861 pelo presidente do Pará Francisco Carlos de Araújo Brusque, com indígenas da maloca Tracuateua, no Alto Gurupi que depois de assassinares nove indivíduos, entre eles dois regatões (comerciantes), fugiram para as brenhas do rio Candiru-açu. Originaram essas mortes os raptos das mulheres do Tuchaua *Tocaroy* e do índio *Pocó*, pelos mesmos regatões. Sete indígenas as consumaram, e depois de perseguidos pela justiça, espancaram barbaramente os que puderam apanhar.

¹⁶ *Idem*, p. 40.

¹⁷ *Ibidem*.

Foi encarregado de estabelecer o aldeamento, Pedro Lourenco da Costa, que reuniu 132 índios, sendo 61 do sexo masculino e 72 do feminino, com 74 adultos, numero que mais tarde se elevou. Deixando Pedro da Costa a administração ficaram os índios entregues a cobiça dos regatões, que os empregavam na indústria extractiva, voltando por conseguinte novamente para as florestas, abandonando suas roças. Depois desse abandono foi encarregado um missionário de os reunir, e os fazer descer para o abandonado aldeamento. Identificava que naquele momento, sem administrador ou missionário, esta aldeia estava quase deserta, tendo parte dos indígenas descido para o Pixuna, parte para o Gurupi, “ficando ainda alguns que se comunicavam com os selvagens”. Conservavam os aldeados ainda seus costumes, porém vão abandonando alguns usos, como seja, “o vestuário de penas, que só preparam para as suas festas”. Barbosa Rodrigues ainda registrava que, “geralmente andam os homens só de calças e as mulheres ou de saia curta ou de tipoia, mas esses vestuários estão rotos e tão imundo, que mais andam nus do que vestidos”.¹⁸

Outros costumes dos Tembé também chamaram a atenção de Barbosa Rodrigues, como o fato de as habitações desse povo não serem totalmente fechadas e terem a forma de “pequenos ranchos”, cobertos com casca de abiuarana. Havia algumas roças de mandioca próximo à aldeia, mas os índios ainda caçavam e pescavam, hábitos que denunciavam seu estado de “semi-civilização”.¹⁹ Essa condição era apontada como desejosa de que se desenvolvesse uma ação pública que pudesse alterar a condição de vida dessas populações, daí se explica a defesa dos aldeamentos, uma vez que o entendimento era de que se tratava de braços para o trabalho pouco ou quase nada aproveitado.

¹⁸ *Idem*, p. 41.

¹⁹ *Idem*, p. 46.

Aspectos conclusivos

O rio Capim e o seu entorno, portanto, aparece nas reflexões de Barbosa Rodrigues como estratégico por ser um espaço de experiência de ocupação para a região Amazônica, materializadas em suas fazendas, sítios e engenhos, o que explica a sua preocupação em registrar esses espaços. Nesse sentido, os registros produzidos e as reflexões construídas por estas expedições exploratórias e sistematizadas em relatórios tornavam-se instrumentos fundamentais de conhecimento quanto às riquezas geradas, podiam servir para justificar políticas públicas de desenvolvimento econômico, assim como utilizados para construção de estratégias que permitiam maior controle e domínio sobre as populações locais.

A necessidade de maior conhecimento e controle sobre a população local estão associados também a uma questão observada por Barbosa Rodrigues, que é a capacidade da região se tornar um grande centro de comércio e produção, incorporando ao trabalhos nos engenhos e fazendas da mão de obra indígenas que vagueavam pela região. Isso explica o cuidado de Barbosa Rodrigues em registrar as experiências dos aldeamentos na região e das tentativas de controle das populações indígenas, como no caso dos Tembés.

Quanto à descrição do ambiente dos sítios, engenhos e fazendas, Barbosa Rodrigues procurava mostrar o êxito das formas de exploração desses espaços. Nesse caso, mostrou-se um crítico da forma como as populações indígenas atuavam, principalmente não dedicando maior tempo do dia ao trabalho com a lavoura. Em outras palavras, o julgamento negativo ao modo de vida dos indígenas estava associado à ideia de uma não regularidade diária de tarefas.

Barbosa Rodrigues mostrou, portanto, uma preocupação em descrever o rio Capim de forma que também fosse possível entender a atuação humana na região. Suas impressões apontavam seus posicionamentos políticos, como a defesa da produção de ali-

mentos, a diversificação das experiências de usos da terra, o trabalho como possibilidade de disciplinar índios e o comércio como estímulo ao aumento produtivo, o ensino e o conhecimento técnico como propulsor de maior qualidade na produção. Foram propostas mediadas pela leitura que fazia da região. Embora estivesse preocupado com as plantas, como orientava a sua expedição de exploração e os trabalhos como botânico, permitiu nos seus registros que pudessem compreender aspectos do modo de vida da população que ocupavam os sertões amazônicos, no caso, o rio Capim.

A planta a seguir expressa as suas expressões de viagens, mas também o registro das diversas localidades que se ocupou de descrever, guardando capítulo importante destas anotações para pensar as ocupações que margeavam o rio Capim, o que apontava como fazenda, sítios e moradas. A importância de seus registros perpassa, portanto, por perceber essas lugares como experiências diversas que marcavam o processo histórico de ocupação da Amazônia.

DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL AO ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS:

a história e a escrita da história sobre
o período colonial brasileiro.



“Uma revolução copernicana”. Foi esta a definição de Stuart Schwartz ao referir-se à obra “O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)”.¹ Professor da Universidade norte-americana de Yale e um dos mais atentos intérpretes do passado colonial no Brasil, Schwartz aludia à profunda transformação iniciada por Nicolau Copérnico (1473-1543), considerado o pai da astronomia moderna. A partir de estudos inovadores e modelos matemáticos bem desenvolvidos, Copérnico questionou a premissa de que o sistema planetário seria geocêntrico (centrado no planeta Terra), substituindo tal concepção pelo vigente modelo heliocêntrico (tendo o sol ao centro).

A laudatória declaração foi proferida na conferência de abertura de um Seminário Internacional que tinha o intuito de refletir sobre os impactos, analisar os muitos desdobramentos acadê-

¹ Refiro-me à conferência proferida pelo professor ao compor a Mesa I, intitulada “Comparação entre Monarquias Ibéricas”, que ainda contou com a participação dos professores Bartolomé Yun-Casalilla (Universidad Pablo Olavide) e Nuno Gonçalo Monteiro (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa). O evento foi parte do Seminário Internacional “O Antigo Regime nos Trópicos: 20 anos”, que ocorreu de forma virtual entre os dias 07/10 e 04/11 de 2021 em comemoração à publicação da obra.

nicos suscitados desde a publicação do livro (cuja primeira edição data de 2001) e, finalmente, discutir a validade das premissas apresentadas vinte anos depois. Organizado por João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, “O Antigo Regime nos Trópicos”² afigurou-se como o ápice de um processo de amadurecimento historiográfico iniciado após a Revolução dos Cravos de 1974, marcou uma geração de historiadores tanto no Brasil quanto em Portugal e pode ser considerado o legítimo representante de um debate que se desdobrou num conjunto profícuo de reflexões críticas em torno de novos pressupostos analíticos.

Ainda que tal publicação tenha constituído o expoente de uma importante e acalorada controvérsia intelectual, há quem diga trata-se, atualmente, de uma discussão pacificada, datada ou mesmo ultrapassada, na medida em que seus argumentos centrais foram alvo de criterioso escrutínio, matizados e repisados por diversos trabalhos posteriores. Nesse sentido, o presente artigo não apresenta qualquer novidade entre o sol nado e o sol posto. Entretanto, esta ainda nos parece uma questão central e incontornável, em especial para aqueles que se encontram em processo de formação. O exame de tais questões teóricas vai, portanto, ao encontro dos objetivos primeiros desta publicação editada pelo corpo docente da Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, na medida em que contribui não apenas para a instrução básica de futuros professores de história, mas volta-se à construção e refinamento intelectual de historiadores e demais pesquisadores em ciências humanas, para os quais afigura-se fundamental extrair algumas lições dessa divergência.

Tal pressuposto apoia-se na dimensão particularmente cumulativa intrínseca ao conhecimento histórico, com a qual seria prudente familiarizar-se o quanto antes, já que nos parece pouco

² FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

factível iniciar o estudo colonização portuguesa na América (ou sobre qualquer outro fenômeno e período histórico) ignorando obras e estudos relevantes e que impactaram a sua interpretação. Desta forma, mesmo que o diálogo que aqui se apresenta tenha angariado apoiadores e opositores ao longo do tempo, seria interessante analisar tais perspectivas criticamente, uma vez que nos encontramos diante de algumas das bases modelares que constituem parte fundamental do esforço analítico inerente à história do Brasil e seu passado colonial. Este texto serve, portanto, como um incentivo preliminar à leitura das principais obras produzidas sobre o período colonial ao longo do século XX – mais especificamente em sua segunda metade –, perfazendo um modesto roteiro para auxiliar na compreensão dos modelos interpretativos ou proposições analíticas que balizaram a produção historiográfica.

Ao folhear as páginas do livro “O Antigo Regime nos Trópicos” um leitor mais incauto poderia se surpreender ao constatar uma coletânea de textos, trabalho coletivo composto por artigos de investigadores brasileiros e portugueses que se conectam através de uma mesma perspectiva analítica. Não se trata, portanto, de uma composição densa, típica de dissertações ou teses de doutoramento, de onde normalmente se extraem as grandes formulações teóricas e interpretações mais propositivas ao campo historiográfico. Embora os textos não sejam densos, as análises não são, em nada, superficiais, rasas em termos teóricos ou menos rigorosas metodologicamente. Ao contrário, pode-se mesmo afirmar que um dos pontos mais interessantes da obra reside, justamente, nessa característica coletiva, já que resulta de um conjunto de análises de diferentes pesquisadores que – após décadas de análise empírica – acabaram por convergir em seus distintos campos de investigação, a ponto de questionarem certos pressupostos que pareciam não mais abarcar a complexa realidade que lhes saltava aos olhos nos documentos e arquivos consultados.

Os temas abordados na coletânea são os mais diversos. Compreendem desde as conexões financeiras e os circuitos comerciais que envolviam os contratos até o lucrativo comércio atlântico. Versam sobre a formação e a composição das elites e da chamada “nobreza da terra”, que passou a ocupar não apenas as Câmaras Municipais ultramarinas, mas inseriu-se nos postos chave de instituições que, de forma original, foram tidas como *locus* privilegiados que possibilitavam a criação de estratégias de poder e ascensão social. Assim, são abordadas as negociações, as redes de poder, as trajetórias individuais e coletivas, as famílias e as principais ações desses agentes históricos que empreenderam a ventura da colonização, sem omitir-se o imponderável fator religioso e o papel de relevo ocupado pela escravidão neste contexto colonial.

Para se formular tais conclusões e embasamentos teóricos que justificam a importância de se estudar, especificamente, esses agentes é preciso considerar que anteriormente a historiografia se mantinha centrada em análises macroestruturais, que acabaram por fomentar uma percepção do período colonial calcada num caráter demasiadamente homogêneo, quase monolítico, sem que fossem percebidas ou consideradas certas conjunturas históricas e suas várias singularidades regionais, sociais e econômicas. Em linhas gerais, pode-se dizer que o que moveu os pesquisadores a desenvolverem as teses reunidas em torno da noção de um Antigo Regime nos trópicos foi, em grande medida, a crescente insatisfação com modelos explicativos até então vigentes na historiografia sobre o Brasil colonial. Passemos, portanto, a uma breve digressão historiográfica tendo como foco aquilo que de melhor e mais relevante se produziu na segunda metade do século XX.

Teses como a formulada por Caio Prado Júnior em 1941 que apontam para um sentido da colonização³ – que se assenta de maneira indissociável aos destinos das nações europeias, aos avanços e retrocessos de sua política, cultura e economia –, não obstante

³ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1941.

tenham sido fulcrais ao esforço de compreensão do Brasil, passaram por grandes revisões e foram alvo de questionamentos. Na raiz da contraposição encontra-se a externalidade econômica conjuntural vista como chave explicativa da própria história brasileira que, segundo tal concepção, deveria ser analisada inserindo o Brasil num quadro geral, mais amplo.

Neste quadro, a passagem do mundo colonial para o mundo nacional teria ocorrido como um desdobramento mercantilista e subproduto da formação e desenvolvimento do sistema capitalista. A própria palavra “formação” adquiriu contornos muito singulares na principal obra de Caio Prado Júnior, na medida em que indicaria um processo contínuo, em desenvolvimento, sinalizando que os desdobramentos daquele passado colonial, herança da colonização portuguesa, seriam o resultado direto do Brasil contemporâneo. Estaríamos, portanto, compelidos a carregar não apenas o peso, mas o fardo de um passado escravista e de uma economia agrária, monocultora e latifundiária, cujo propósito central encerrava-se em servir à metrópole como exportadora de matérias primas. O passado colonial, visto como sementeira dos males atuais, teria gerado as muitas assimetrias e incongruências do presente, que se desvelavam na imensa desigualdade social, concentração fundiária, má distribuição de renda, uma irresoluta questão racial e uma industrialização que não teria sido capaz de servir ao conjunto da nação.

As linhas mestras do pensamento de Caio Prado Júnior embasaram refinamentos teóricos posteriores, como o de Celso Furtado.⁴ As principais postulações sobre este contexto de exploração da metrópole portuguesa sobre a sua colônia na América chegaram a reverberar no cenário político do século XX.⁵ Muito apegadas ao

⁴ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1959.

⁵ Sobre o tema, ver: SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001. MANTEGA, Guido. “Marxismo na economia brasileira”. In: SZMRECSÁNY, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 2002.

viés econômico, serviram a uma geração revolucionária de pensadores brasileiros e latino-americanos que, no emprego das teorias marxistas, formularam a chamada “Teoria da Dependência”,⁶ fornecendo contributos não apenas à história do Brasil, mas à tentativa sistemática de compreender as razões do desenvolvimento econômico desigual daquilo que se entendia como o centro e as periferias do capitalismo, opondo o norte e o sul global e favorecendo disparidades entre as nações.

Se entre os economistas a teoria da dependência e as premissas de Caio Prado Júnior e Celso Furtado encontraram grande aceitação, a ponto de marcarem toda uma geração de pensadores, no campo historiográfico a obra de maior requinte a utiliza-se de tais axiomas foi, sem dúvida, a de Fernando Novais.⁷ Publicado em 1978, “Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)” tornou-se um clássico da historiografia brasileira ao situar a colonização do como parte complementar das economias centrais no contexto de expansão do capitalismo comercial. Trata-se, portanto, da análise de uma estrutura histórica, que insere metrópole e colônia

⁶ Trata-se de formulação teórica que tenta explicar de maneira crítica, através de leitura marxista não dogmática as diferenças econômicas e sociais existentes entre os diferentes países a partir da ideia de que haveria uma relação de dependência entre as nações do centro e da periferia global. Essa dependência se caracterizaria pela diferença constituída na base produtiva e tecnológica entre os ricos e pobres. Enquanto os primeiros seriam intensivos em tecnologia (ou bens industrializados), os segundos se ocupariam com mão de obra, e seriam produtores ou exportadores de bens primários. Desenvolvida por intelectuais como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro e outros, a teoria da dependência se contrapunha às posições marxistas convencionais dos partidos comunistas e à visão estabelecida pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Ver: MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2012. MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Serie Popular, 1977. GUNDER FRANK, Andre. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. New York: Monthly Review Press, 1967. SANTOS, Theotonio dos. *El Nuevo Caracter de la Dependencia*: Santiago: Centro de Estudios Socioeconómicos Universidad de Chile, 1967. BAMBIRRA, Vânia. *Capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2013. SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. SANTOS, Theotonio dos. *A Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁷ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

num grande quadro de referência, tentativa de ampliar a concepção da Época Moderna, não só pelo Renascimento, pelas reformas, pelo Iluminismo, mas também pela existência daquilo que se classificou como o Antigo Sistema Colonial da Época Mercantilista.

O pressuposto de análise de Fernando Novais situa-se em compreender as razões que culminaram com a ruptura das relações tecidas entre Portugal e Brasil e, mais especificamente, nas vicissitudes que levaram à crise deste sistema econômico em fins do século XVIII e princípios do século seguinte. Analisando sobretudo a conjuntura econômica, mas também questões sociais e políticas, Novais propõe que o seu esgotamento teria sido causado por contradições internas, inerentes ao próprio funcionamento sistema capitalista que, radicalmente instável, teria a tendência de produzir avanços e fracassos cada vez maiores até a sua dissolução.⁸

Desde a sua formulação, o conceito de Antigo Sistema Colonial foi muito utilizado para compreender as relações não apenas entre Portugal e Brasil, mas para assimilar os vínculos estabelecidos e a dinâmica exploratória existente entre as diferentes metrópoles e suas colônias. Segundo esta proposta de interpretação, a despeito das formas de dominação empreendidas pelas grandes potências coloniais (Portugal, Espanha, França ou Inglaterra), haveria certos denominadores comuns, inerentes às distintas realidades, que se aglutinaram em torno de três pilares.

O primeiro deles seria a sujeição política, que inseria os domínios coloniais nas formas de controle institucional metropolitana, na medida em que tanto a legislação quanto as corporações e organismos administrativos que regulavam a experiência ultrama-

⁸ Karl Marx acreditava que as contradições cada vez maiores, inerentes ao funcionamento do sistema capitalista, fariam com que o próprio sistema estivesse inegavelmente fadado à sua autodestruição. O sistema seria, portanto, a própria contradição em processo, uma vez que “sua produção se move em meio a contradições superadas constantemente, porém postas também constantemente”. Ver: MARX, Karl. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. p. 334.

rina seguiam os moldes daquilo que se tinha na Europa, e os ocupantes desses cargos mais proeminentes também eram pessoas de confiança daquelas monarquias. O segundo dava-se em torno da exploração econômica centrada na expropriação da metrópole sobre a colônia, sobretudo através do estabelecimento do chamado exclusivo comercial (pacto colonial ou exclusivo metropolitano), que limitava as negociações e granjeava altos proventos, sempre remetidos à Europa e, em contrapartida, reprimia ou mesmo impedia o pleno desenvolvimento das economias coloniais. Por fim, a teoria ancorava-se num terceiro fator, constituído pela mão de obra compulsória, que também acabava por pavimentar o acesso dos centros do poder político e econômico aos extraordinários dividendos advindos dessa forma de exploração, que incluía o escravismo e o tráfico atlântico. Verifica-se, ainda, que o declínio da utilização de mão de obra compulsória nas metrópoles seria inversamente proporcional à ascensão do trabalho compulsório nas colônias, transformando tais domínios em espaços de escravidão, por excelência.

Celebrado como um modelo fiável de compreensão do passado colonial (com sua economia dependente) e, por conseguinte, voltado ao próprio entendimento da realidade brasileira contemporânea – em grande parte, devido ao alinhamento com os pressupostos teóricos do marxismo revisionista –, aos poucos este recorte esquemático começou a encontrar alguns limites. Como normalmente se verificam com os grandes modelos de interpretação, porque bastante genéricos e focados nas superestruturas econômicas e sociais, o conceito de Antigo Sistema Colonial passou a receber críticas que apontavam, de início, para um cenário mais plural e diverso daquele circunscrito à *plantation* agroexportadora, escravista e monocultora.

Uma das primeiras vozes dissonantes a se levantar com ponderações acerca desse paradigma analítico foi a de Ciro Flamarion Cardoso. Num artigo inicialmente publicado em francês em 1971

e traduzido dois anos depois, advertia para um suposto “excesso de generalização” da obra de Novais, apontando que tais pressupostos acabavam por desconsiderar um conjunto de realidades específicas do mundo colonial ibero-americano.⁹ O texto expunha as bases da hipótese doutoral de Cardoso, apontando que o eixo da dinâmica colonial portuguesa repousava nas suas relações sociais e, em especial, nas relações de produção escravistas. Com isso, criticava-se o modelo de interpretação proposto por Caio Prado Júnior, então dominante entre as esquerdas brasileiras, acautelando para uma maior complexidade dessas economias coloniais. Em textos posteriores, o mesmo *Ciro Flamarion Cardoso* chegou a dissertar sobre uma “preocupação obsessiva com a extração do excedente” de produção¹⁰ que, segundo Prado Júnior e Novais fluíam em sentido único, irrigando os cofres metropolitanos e ditando os parâmetros da circulação econômica então vigente, vistos como marcadores históricos de toda uma época.

A partir desse momento a historiografia brasileira passou a tomar essas questões como pontos centrais de discussão, aduzindo para uma providente revisão das explicações correntes sobre a escravidão nas Américas e o acerca do estatuto dessas sociedades coloniais. Ganharam força estudos que ressaltaram o papel do mercado interno e a dinâmica dos mercados coloniais, especialmente acerca da chamada “brecha camponesa” da economia escravista,¹¹ em de-

⁹ CARDOSO, *Ciro Flamarion S.* “Observações sobre o ‘Dossier’ preparatório da discussão sobre o modo de produção feudal”. In: *Centre D’Études et Recherches Marxistes*. Sobre o feudalismo. Lisboa: Editorial Estampa, 1973, p. 71-73.

¹⁰ CARDOSO, *Ciro Flamarion F.* “As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘Antigo Sistema Colonial’: a preocupação obsessiva com a ‘extração do excedente’”. In: LAPA, José (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

¹¹ Os inspiradores destes estudos foram, sobretudo, *Maria Yedda Leite Linhares*, *Ciro Flamarion Cardoso* e *Kátia de Queiroz Mattoso*, ao abordar tais questões na Bahia. Ver: LINHARES, *Maria Yedda*. *História do abastecimento: uma problemática em questão*. Brasília: Binagri, 1979. MATTOSO, *Kátia M. de Queirós*. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978. MATTOSO, *Kátia M. de Queirós*. *Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*. São Paulo: Martins Fontes, 1979. CARDOSO, *Ciro Flamarion S.* “A brecha camponesa no sistema escravista”. In: *Agri-*

trimento das interpretações anteriores, que vinculavam essa dinâmica ao mercado externo e a uma visão de constituição da colônia como indutora do processo de industrialização europeu. De forma complementar, essa renovação analítica acabou por redimensionar a dependência econômica, ressignificar as dimensões do exclusivismo metropolitano e as formas de acumulação exógena.¹²

Obras fundamentais como a de Caio Prado Júnior, apesar de todos os seus méritos e do caráter bastante inovador à época de sua publicação, trazia em seu bojo a ideia da constituição da nação brasileira e do caráter nacional como base para se pensar retroativamente a colônia. No que tange ao poder, à política e a administração, de posse dessa leitura pradiana, muitos historiadores acabaram por insistir na constituição de uma distância entre o “Brasil formal”, existente nas normas jurídicas lusitanas, e o “Brasil real da

cultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979. CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987. Um debate interessante sobre esta última obra lê-se em: SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹² LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979. BAUSS, Rudolf Willian. *Rio de Janeiro: the Rise of the late colonial Brazil's dominant emporium (1777-1808)*. Dissertation of the department of History of Graduate School of Tulane University, 1977. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. (1550-1835)*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. GORENSTEIN, Riva. *O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região centro-sul do Brasil: 1808-1822*. Dissertação (mestrado em história). São Paulo: USP, 1978. PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos*. Tese (doutorado em história). Niterói: UFF, 2009. BLAJ, Ilana. “Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana”. In: *Revisita Brasileira de História*, São Paulo, vol. 18, nº 36, 1998, p. 281-296. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento das carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835)*. São Paulo: Editorial Alameda, 2010. ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O Sentido da Colônia: revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial (1780-1830)”. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 245-263. MARIUTTI, Eduardo Barros; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira; DANIELI NETO, Mário. “Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 31, nº 2, 2001, p. 369-393.

colônia”, onde tais leis eram frequentemente desrespeitadas ou mal aplicadas, criando um ambiente de “realidades” distintas, por vezes contraditórias.¹³ As alegações de que o papel fundamental das colônias teria sido o de servir às suas respectivas metrópoles foram vistas como geradoras de uma dicotomia, que criava dois polos opostos, assentando-os como concorrentes. Para alguns analistas, o modelo de observação proposto por Fernando Novais acabou por não prever, de modo eficiente, vários elementos que atualmente são aceitos como elementares e distintivos não só da economia, mas da própria sociedade colonial.

Além disso, alguns autores chamaram a atenção para o fato de que perceber as colônias quase como apêndices metropolitanos, inseridos num jogo de poder econômico mais amplo, poderia retirar a autodeterminação e protagonismo do Brasil e de seus agentes no curso da história, na medida em que a América era percebida como mero entreposto comercial sujeito aos ciclos, fluxos e espasmos da economia global e do capitalismo em seu processo de desenvolvimento, sendo que a própria ocupação e o povoamento das terras (que no futuro viriam a constituir o que hoje chamamos de Brasil) não representariam mais do que um simples capítulo da expansão ultramarina europeia.

A despeito das formulações cada vez mais consideráveis de objeções e posições divergentes, pode-se dizer que esses modelos explicativos do passado colonial – nesta altura já sendo classificados, por alguns, como “clássicos” – foram hegemônicos até princípios da década de 1990, embora não tenham sido os únicos. No campo da história econômica e social, podemos citar os trabalhos de José Roberto do Amaral Lapa, João Fragoso e Manolo Florentino, cujas reflexões passaram a ganhar cada vez mais espaço no debate acadêmico, sobretudo pelos questionamentos em relação às características da acumulação de capitais (que permitiria for-

¹³ BICALHO, Maria Fernanda Bicalho. “História, historiografia e pesquisa histórica”. In: *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco*, vol. 9, nº 14, 2012, p. 232-239.

mas endógenas), e a existência de escravizados direcionados para atividades relacionadas com este mercado interno, manifestando formas de produção não capitalistas e não escravistas, condicionando, assim, a uma reinterpretação de alguns traços fundamentais da economia colonial.¹⁴

Em outras palavras, tais teses passaram a defender que a economia colonial não estaria unilateralmente sujeita às estruturas do escravismo e do mercado internacional, mas que somavam-se a ela a existência de um pungente e dinâmico mercado interno, que permitiria acumulação e enriquecimento, promovendo a presença de um setor mercantil residente e que, a somatória de todos esses elementos configuraria uma formação social tal que acabaria por controlar boa parte dos mecanismos de produção.

Já no que diz respeito às práticas políticas e administrativas destacaram-se, à época, os trabalhos de C. R. Boxer, A. J. R. Russell-Wood e do supracitado Stuart Schwartz. A partir de interpretações pioneiras, tais autores analisaram características fundamentais da governação lusitana, não só sob o prisma de uma civilização atlântica, mas da constituição de um império ultramarino e transcontinental. Assim, sinalizaram a importância de analisar as instituições dos governos locais, os funcionários régios e as variadas formas de mobilidade social dos diversos agentes, incluindo negros africanos e mestiços inseridos nessa sociedade luso-brasileira, com características altamente hierarquizadas, mas

¹⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. Brasília: Cia. Editora Nacional, 1968. FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1998. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro – c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. “Negociantes, mercado atlântico e mercado regional: estrutura e dinâmica da praça mercantil do Rio de Janeiro entre 1790 e 1812”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p.155-179.

que ao mesmo tempo convivia e se coadunava com impulsos individuais e estratégias coletivas de ascensão social.¹⁵

A efervescência intelectual especialmente manifesta na última década do século XX, profícua em renovações, permitiu a análise de velhas questões e problemas da história colonial e das conjunturas econômico-sociais no Brasil, refletidas através de outros prismas. Importante ressaltar que a própria consolidação dos programas de pós-graduação em história nas principais universidades brasileiras desde a década de 1970 e a circulação desses pesquisadores por instituições no exterior concorreram para uma maior profissionalização do campo historiográfico e para o aprimoramento das pesquisas, contribuindo para arejar os métodos de investigação, ampliar os horizontes teórico-metodológicos e possibilitar o surgimento de temas e olhares voltados para novos agentes de transformação histórica.

Nesse sentido, a referida publicação de “O Antigo Regime nos Trópicos”, ao mesmo tempo em que representa um marco significativo na historiografia luso-brasileira parece ter contribuído menos com o ineditismo da formulação de teses, e mais enquanto a grande obra responsável pela adaptação de novos modelos interpretativos, que foram aplicados ao estudo da realidade do império ultramarino português, contribuído para a introdução, sistematização e popularização de debates que, de certa maneira, revolucionaram

¹⁵ BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel Editora, 1998. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Portugal e o mar: um mundo entrelaçado*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1997. RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 55, n° 109, 1977. SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a suprema corte da Bahia e seus juizes (1609-1751)*. São Paulo: Perspectiva, 1979. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. Sob perspectiva de uma história atlântica e global, sobretudo em relação a economia e seus agentes, destacamos, ainda, dois trabalhos que serviram de base para fundamentar tais interpretações: GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1981. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos entre os séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Corrupio, 1981.

o campo historiográfico ao oferecer perspectivas distintas daquelas em voga até então. Ao reunir trabalhos bastante heterogêneos, cujos temas versam sobre a constituição e as características do Estado moderno, as dinâmicas mercantilistas ou o ponto de vista dos nativos sobre o processo de colonização, a obra coletiva incorpora uma série de questões fundamentais, como a existência de centros e periferias de poder (relativizando a autoridade centrada nas metrópoles), tal como referenciado por Edward Shils.¹⁶

Os artigos evocam a possibilidade de negociação entre os diversos agentes políticos, reinterpretando aquilo que até então era considerado um dualismo político rígido e inflexível, como advoga Jack P. Greene.¹⁷ Ainda que lateralmente, são evocados conceitos e noções responsáveis por grandes releituras interpretativas, tais como a noção de “sistemas mundiais” desenvolvida por Immanuel Wallerstein,¹⁸ e questões candentes que circulavam em análises como as de Pablo Fernández Albaladejo, Bartolomé Clavero e Antonio Domínguez Ortíz.¹⁹

Através da consulta sistemática de uma profusão de fontes documentais salvaguardadas em diferentes arquivos brasileiros, mas também europeus, africanos a até asiáticos, as abordagens presentes em “O Antigo Regime nos Trópicos” abriram espaço não apenas para o incipiente processo de construção da soberania portuguesa em seus

¹⁶ SHILS, Edward Shils. *Center and Periphery: Essays in Macrosociology*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1975.

¹⁷ GREENE, Jack P. *Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history*. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 1994.

¹⁸ WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno* – vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia mundo-europeia no século XVI. Porto: Edições Afrontamento, 1974. WALLERSTEIN, Immanuel. “Análise dos sistemas mundiais”. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 447-470.

¹⁹ ALBALADEJO, Pablo Fernández. *Fragments de monarquia: trabajos de historia política*. Madrid: Alianza, 1992. CLAVERO, Bartolomé: *Razón de Estado, razón de individuo, razón de historia*. Madrid: Centro de Constitucionales, 1991. CLAVERO, Bartolomé. *Mayorazgo: propiedad feudal en Castilla, 1369-1836*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1974. DOMÍNGUEZ ORTÍZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en la España del Antiguo Régimen*. Madrid: Istmo, 1973. DOMÍNGUEZ ORTÍZ, Antonio. *Instituciones y sociedad en la España de los Austrias*. Barcelona: Ariel, 1985.

diferentes espaços ultramarinos – tal como evidenciado por trabalhos anteriores –, mas impulsionaram esta nova chave interpretativa, consolidando definitivamente o conceito de *império* no seio da produção historiográfica nacional. Ao propor alternativas para superar a dualidade metrópole e colônia vigente nos modelos explicativos anteriores, a obra também procurou dialogar com premissas fundamentais presentes nos trabalhos de António Manuel Hespanha, historiador do direito português e ibérico, convidando a repensar categorias estanques como “Estado” ou “centralização”, chamando atenção para a existência de uma plêiade de laços políticos e modelos jurídicos que recobriam o império português, interligando-o em sua totalidade.

À guisa de conclusão, dadas as inúmeras obras fundacionais que figuram como pilares da historiografia luso-brasileira – formuladas mais ou menos recentemente, compondo partes de um oportuno debate que nos informa sobre a dinâmica imperial portuguesa –, espera-se que esta breve apresentação contribua para que, além da elaboração de um roteiro de estudos, se possam desfazer certos enviesamentos correntes a respeito de uma suposta competição ou contenda firmada entre dois modelos ou métodos de análise antagônicos que, ao fim e ao cabo, tendem a constituírem-se como complementares. Não se trata, portanto, de elogiar neutralidades, enaltecer análises inócuas ou exaltar qualidades de discursos planejados e pacificados, cujos fundamentos parecem se voltar para uma eterna dialética hegeliana, assentada sem grandes discussões ou reflexões. Antes, evoca-se a evidência de que, mesmo sendo fiáveis, nenhum método ou modelo de análise estará livre de imperfeições e generalizações. E mesmo com seus notórios limites e equívocos, jamais deixam de se constituir como imprescindíveis à compreensão de realidades históricas numa escala mais ampla. Caso contrário, estaremos fadados à simples enumeração e descrição de fatos, acontecimentos e personagens históricos, sem que haja, de fato, qualquer compreensão do passado.

SOBRE OS AUTORES

ARIEL FELDMAN, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2013), mestre (2006) e graduado (2003) em História pela Universidade Federal do Paraná. Realizou estágio pós-doutoral no Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Pará, no Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Atua como professor no curso de licenciatura em História e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura. Tem experiência na área de pesquisa em política educacional, ensino de História e pesquisa histórica. Pesquisou durante mais de uma década a história política brasileira do século XIX. Atualmente investiga políticas educacionais no âmbito municipal.

BENEDITA CELESTE DE MORAES PINTO, professora da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Lider dos grupos de pesquisa Grupo de Pesquisa: Quilombolas e Mocambeira: história da Resistência Negra na Amazônia QUIIMOHRENA) e História, Educação e Linguagem na Região Amazônica (GPHELRA). E-mail: celestepinto@ufpa.br.

CARLOS LEANDRO ESTEVES, professor Associado da Faculdade de História do Tocantins/Cametá (FACHTO/UFPA); e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHist/UFPA).

ELIAS DINIZ SACRAMENTO, doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2020), mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2007) e graduado em História pela Universidade Federal do Pará (2003). É professor Adjunto III da Faculdade de História da Amazônia do Campus Universitário de Cametá da Universidade Federal do Pará. É Presidente da Fundação Virgílio Serrão Sacramento de Educação - Moju. É sócio da Associação Brasileira de História Oral (ABHO). É sócio da Associação Nacional de Professores de História (ANPUH). Autor dos livros *A luta pela terra numa parte da Amazônia* (Belém: Editora Açaí, 2009), *As almas da terra: a violência no campo mojuense* (Belém: Editora Açaí, 2012) e *Romeiros de Moju: devotos de Nossa Senhora de Nazaré* (Belém: Gráfica Destaque, 2019) É membro dos grupos de pesquisa: Governos Militares na Amazônia - entre a memória e a História (UFPA) e Culturas, Identidades e Dinâmicas Sociais na Amazônia Oriental brasileira (UNIFESSPA). Foi Membro da Comissão da Verdade da UFPA César Leite de Moraes. Tem desenvolvido trabalhos na área de História da Amazônia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, Amazônia, Pará, História Oral, atuando principalmente nos seguintes temas: educação do campo; ensino de história; campesinato; conflitos agrários; movimentos sociais; agricultura familiar; quilombolas e agronegócio.

FÁBIO TADEU DE MELO PESSÔA, Professor Adjunto na Faculdade de História (FACHTO) e do Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) da Universidade Federal do Pará – Campus de Cametá.

FRANCIVALDO ALVES NUNES, doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011), com Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa (2014). Pesquisador do CNPq. Mestre em História Social da Amazônia (2008) e Graduado em His-

tória (2000) pela Universidade Federal do Pará. Atua nos cursos de graduação do Campus de Ananindeua, nos programas de pós-graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém), Ensino de História (Campus de Ananindeua) e Educação e Cultura (Campus de Cametá). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Rural da Amazônia, com os seguintes temas: conflito de terra, apropriação territorial, agricultura, educação rural, núcleos coloniais e migração. Desenvolve pesquisas também voltadas para Ensino de História e História da Educação, com destaque para estudos para a compreensão do conhecimento histórico escolar e o fenômeno da aprendizagem histórica. Integra a Rede Proprietas, hoje INCT - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, projeto internacional: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso (Disponível em: www.proprietas.com.br), sendo Coordenador da Regional Norte. Entre outros trabalhos, publicou os livros: *Benevides: uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX*, em 2009; *Colônias Agrícolas na Amazônia*, em 2012; e *Terras de Colonização: agricultura e vida rural ao Norte do Império brasileiro*, em 2016.

IVO PEREIRA DA SILVA, doutor em Altos Estudos em História pela Universidade de Coimbra (Portugal). Possui mestrado em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2008), especialização (2007) e graduação em história pela mesma instituição (2008). Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará, onde atua na Faculdade de História da Amazônia Tocantina no Campus de Cametá. Investigador associado do Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Atualmente atua como Analista Técnico de Políticas Sociais no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC).

JOSÉ DO E.S. DIAS JR., é professor Adjunto de História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em História (PUC-

-SP/2014). Mestre em História Social da Amazônia (UFPA/2009) . Especialista em Estudos Culturais da Amazônia(UFPA/2007) e Bacharel e Licenciado Pleno em História (UFPA/2000). Atualmente é Professor da Faculdade de História UFPA/Campus Universitário do Tocantins/Cametá, ocupando a cadeira de Estágio Supervisionado; é Professor do Programa de Pós Graduação em Ensino de História (PPGEH)/ Mestrado Profissional em Rede de Ensino de História (ProfHistoria-UFPA). <http://lattes.cnpq.br/7994103518602397>

THIAGO NICODEMOS ENES DOS SANTOS, é doutor em história moderna pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com estágio doutoral (Junior Visiting Research Fellowship) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Mestre em história moderna pela Universidade Federal Fluminense. Bacharel e licenciado em história pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Empreende investigações sobre o poder e a administração, culturas, ideias, práticas e economias políticas dos impérios ibéricos de Antigo Regime, suas elites, instituições locais e seus modos de governar através das Câmaras Municipais. Integra o grupo de pesquisa (CNPq/UFMG) Corrupção e Poder no Mundo Ibérico - séculos XVI a XVIII, além de ser vinculado ao Núcleo de Estudos de Migrações, Identidades e Cidadania (NEMIC) e ao Centro de Estudos do Oitocentos (CEO/UFF). Tem atuado como professor de história, principalmente na rede federal de educação básica, profissional e superior, e também como pesquisador em instituições e empresas públicas e privadas, com temas relacionados à memória, história empresarial, dos negócios, de empresas, dos empreendimentos e história econômica.



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
CEP: 67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

